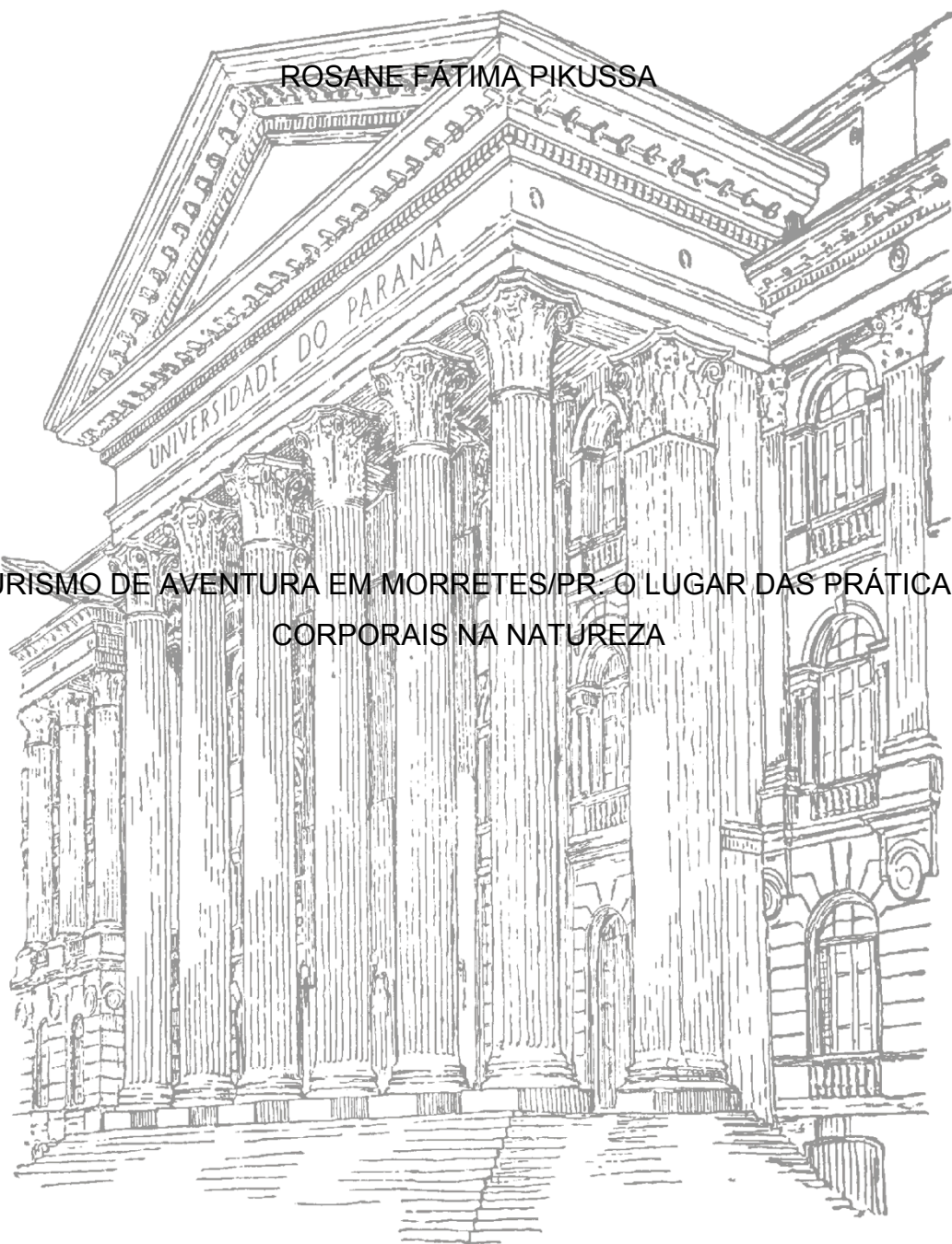


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSANE FÁTIMA PIKUSSA

TURISMO DE AVENTURA EM MORRETES/PR: O LUGAR DAS PRÁTICAS
CORPORAIS NA NATUREZA



CURITIBA

2014

ROSANE FÁTIMA PIKUSSA

TURISMO DE AVENTURA EM MORRETES/PR: O LUGAR DAS PRÁTICAS
CORPORAIS NA NATUREZA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

CURITIBA

2014

P635t Pikussa, Rosane Fátima
Turismo de aventura em Morretes/PR : o lugar das práticas corporais na
natureza / Rosane Fátima Pikussa. – Curitiba, 2014.
157f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da
Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.

Orientador: Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira .
Bibliografia: p. 145-154.

1. Ecoturismo - Planejamento. 2. Ecoturismo - Morretes (PR). I.
Universidade Federal do Paraná. II. Silveira, Marcos Aurélio Tarlombani da.
III. Título.

CDD: 306.4819



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo (a) candidato (a) **ROSANE DE FÁTIMA PIKUSSA** intitulada "**TURISMO DE AVENTURA EM MORRETES/PR: O LUGAR DAS PRÁTICAS CORPORAIS NA NATUREZA**", para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração Espaço, Sociedade e Ambiente, Linha de Pesquisa Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 16 de julho de 2014.

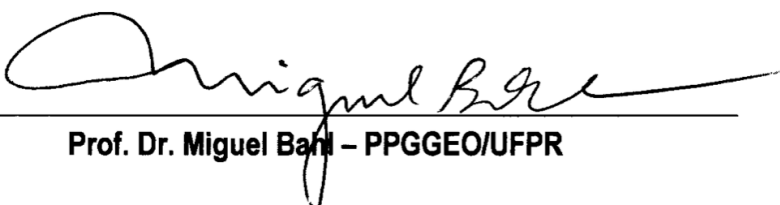
Nome e Assinatura da Banca Examinadora:



Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira - orientador



Prof. Dr. Fernando Marinho Mezzadri - Depto Educação Física/UFPR



Prof. Dr. Miguel Bahi - PPGGEO/UFPR

“O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza”

(Karl Marx)

RESUMO

O turismo é uma prática que vem crescendo substancialmente, sendo necessário um olhar cuidadoso para que o desenvolvimento desta atividade venha acompanhado de um planejamento que leve em consideração a diversidade de relações que envolvem as práticas turísticas. Dessa forma, a estruturação desta ação pode não só minimizar possíveis efeitos negativos, mas também ampliar as possibilidades de gerar os positivos. O presente trabalho envolve as políticas públicas de planejamento e o desenvolvimento do Turismo de Aventura no município de Morretes, litoral Paranaense, a partir da importância conferida aos lugares para as práticas corporais na natureza. A pesquisa surge a partir da seguinte questão: como vêm sendo formuladas as políticas públicas de planejamento do turismo de aventura e qual a importância conferida aos lugares das práticas corporais na natureza, no município de Morretes-PR? O principal objetivo que se pretende com a realização desta pesquisa é contribuir com as discussões acerca do turismo de aventura, a partir de uma perspectiva geográfica, abordando a importância das práticas corporais na natureza e da relação entre ser humano e espaço, a partir de uma análise do município de Morretes/PR. Os objetivos específicos envolvem a descrição do município e dos lugares voltados ao turismo de aventura; um levantamento das políticas de planejamento relacionadas ao turismo no município; a identificação da relação entre o turismo de aventura, as práticas corporais na natureza, e o desenvolvimento do município. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa dentro de um paradigma qualitativo de cunho interpretativo, caracterizada como um estudo de natureza exploratória. A preocupação parte da relação homem-espaço no seu tempo de lazer, restringindo-se ao turismo de aventura como uma das atividades realizadas neste tempo. Dessa forma, acredita-se que ao estabelecer uma relação mais íntima com o espaço natural o ser humano possa desenvolver uma nova maneira de pensar, agregando valores socialmente justos e ambientalmente corretos, e assim contribuindo no desenvolvimento de uma sociedade pautada em valores que vão ao encontro da sustentabilidade. O planejamento dos lugares para as práticas corporais na natureza, neste sentido, pode potencializar o desenvolvimento de uma prática de lazer (o turismo de aventura), a qual se acredita, que tem o potencial de reaproximar o ser humano do espaço natural, desenvolver valores sociais e ambientais e, além disso, auxiliar no desenvolvimento de um município.

Palavras Chave: Lugar. Planejamento. Turismo de Aventura. Práticas Corporais. Morretes (PR).

ABSTRACT

Tourism is a practice that has been growing substantially, a careful look is needed for the development of this activity is accompanied by a schedule that takes into account the diversity of relationships that involve tourism practices. Thus, the structure of this action can not only minimize possible negative effects, but also expand the possibilities for generating positive. This work involves public policy planning and development of Adventure Tourism in Morretes, Paraná coast, from the importance given to places for physical practices in nature. The research arises from the following question: how is being formulated public policy planning of adventure and the importance given to places of bodily practices in nature, in Morretes-PR? The main intended goal with this research is to contribute to the discussions about adventure tourism, from a geographical perspective, addressing the importance of bodily practices and the nature of the relationship between humans and space, from a analysis Morretes/PR. The specific objectives involve the description of the city and places geared to adventure tourism; a survey of planning policies relating to tourism in the municipality; identifying the relationship between adventure tourism, bodily practices in nature, and development of the municipality. To that end, we developed a search within a qualitative paradigm of interpretive nature, characterized as a study of an exploratory nature. The concern of the relationship between man and space in your leisure time, restricting themselves to adventure as one of the activities performed at this time. Thus, it is believed that to establish a more intimate relationship with the natural environment humans can develop a new way of thinking, adding socially fair and environmentally correct values, and thus contributing to the development of a society based on values that go to meeting sustainability. The planning of locations for bodily practices in nature, in this sense, may potentiate the development of a practical leisure (adventure tourism), which is believed, that has the potential to reconnect the human being of the countryside, develop values social and environmental and, in addition, to assist in the development of a region.

Keywords: Place. Plannning. Adventure Tourism. Body Practices. Morretes (PR).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ NO BRASIL E DO MUNICÍPIO DE MORRETES NO ESTADO DO PARANÁ.....	64
FIGURA 2 – REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ.....	71
FIGURA 3 – IGREJA SÃO SEBASTIÃO DE PORTO DE CIMA	74
FIGURA 4 – IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PORTO	75
FIGURA 5 – IGREJA DE SÃO BENEDITO	76
FIGURA 6 – GALERIA DE ARTE MIRTILLO TROMBINI.....	76
FIGURA 7 – CASA ROCHA POMBO	77
FIGURA 8 – MARCO ZERO.....	78
FIGURA 9 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA.....	78
FIGURA 10 – PORTAL DA GRACIOSA.....	79
FIGURA 11 – INÍCIO DA ESTRADA DO ANHAIA	80
FIGURA 12 – MORRO DO SETE.....	80
FIGURA 13 – SALTO DOS MACACOS	81
FIGURA 14 – SALTO DA FORTUNA.....	82
FIGURA 15 – CUME DO ABROLHOS – PARQUE ESTADUAL DO PICO MARUMBI	83
FIGURA 16 – TRILHA DO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA.....	84
FIGURA 17 – RIO MÃE CATIRA.....	84
FIGURA 18 – RIO NHUNDIAQUARA.....	85
FIGURA 19 – MAPA DO MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MORRETES	94

FIGURA 20 – CASA DO IPIRANGA NO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA	98
FIGURA 21 – PONTE SEMI PÊNCEL NO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA.....	99
FIGURA 22 – PLACA INFORMATIVA NO INÍCIO DA TRILHA.....	100
FIGURA 23 – OBSERVAÇÃO DE FLORA E FOTOGRAFIA NO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA.....	101
FIGURA 24 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA À ESQUERDA E ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO MARUMBI À DIREITA DA FOTO	102
FIGURA 25 – CONCENTRAÇÃO DE RESÍDUOS EM FRENTE A ÁREA DE CAMPING	103
FIGURA 26 – TRILHA DO ROCHEDINHO	104
FIGURA 27 – TRILHA QUE LEVA AO CUME DO ABROLHOS NO PARQUE ESTADUAL DO MARUMBI	105
FIGURA 28 – ATIVIDADE DE FOTOGRAFIA NO CUME DO ABROLHOS	107
FIGURA 29 – ESTRUTURA DE COMÉRCIO EM FRENTE AO NHUNDIAQUARA	108
FIGURA 30 – PLACA INFORMANDO A LOCALIZAÇÃO DO RIO NHUNDIAQUARA	109
FIGURA 31 – ATIVIDADE DE <i>BOIA-CROSS</i> NO RIO NHUNDIAQUARA.....	110
FIGURA 32 – TRILHA SALTO DA FORTUNA	112
FIGURA 33 – PRIMEIRA TRAVESSIA DO RIO PARA CHEGAR AO SALTO DA FORTUNA	113
FIGURA 34 – PLACA COM INFORMAÇÕES NO INÍCIO DA TRILHA.....	114
FIGURA 35 – PLACA INDICANDO A PROIBIÇÃO DA PRÁTICA DO <i>RAPEL</i>	115

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NORMAS TÉCNICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE AVENTURA	35
TABELA 2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DO TURISMO DE AVENTURA.....	39
TABELA 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MORRETES	66
TABELA 4 – POPULAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO RURAL E POPULAÇÃO TOTAL EM 2000 E 2010 NO MUNICÍPIO DE MORRETES - PR	67
TABELA 5 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE MORRETES, ANTONINA E MATINHOS – PR, EM ABRIL DE 2012	68
TABELA 6 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRETES, EM 2012	68
TABELA 7 – POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS, EM 2010	69
TABELA 8 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS, EM 2011	70
TABELA 9 – RENDIMENTO MÉDIO (R\$) NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE NO ANO DE 2008.....	70
TABELA 10 – RESIDÊNCIA E SEXO DOS TURISTAS.....	72
TABELA 11 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA	119
TABELA 12 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO PARQUE ESTADUAL PICO MARUMBI	123
TABELA 13 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO RIO NHUNDIAQUARA	126
TABELA 14 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO SALTO DA FORTUNA	128

TABELA 15 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AOS ESPAÇOS PESQUISADOS	131
---	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL	17
2.1 GEOGRAFIA, LAZER E TURISMO.....	18
2.2 TURISMO DE AVENTURA E AS PRÁTICAS CORPORAIS NA NATUREZA ...	30
2.2.1 As Práticas Corporais na Natureza	36
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO E A SUSTENTABILIDADE	43
2.3.1 Sustentabilidade e planejamento.....	51
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	56
4 ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE MORRETES - PARANÁ.....	62
4.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	62
4.2 LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-NATURAIS.....	63
4.3 ASPECTOS POPULACIONAIS E SOCIOECONÔMICOS.....	66
4.3.1 População.....	66
4.3.2 Estrutura Urbana	67
4.3.3 Atividades Produtivas, trabalho e renda.....	68
4.4 O TURISMO EM MORRETES.....	71
4.4.1 Espaços e equipamentos de lazer.....	73
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	86
5.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO DO TURISMO DE AVENTURA EM MORRETES	86
5.1.1 O Plano de Desenvolvimento Turístico de Morretes	86
5.1.2 O Plano Diretor Municipal de Morretes.....	89
5.2 A APROPRIAÇÃO DO TURISTA E A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS CORPORAIS NA NATUREZA	96

5.2.1 Os espaços pesquisados.....	97
5.2.2 As Entrevistas.....	115
5.2.3 Turismo de Aventura em Morretes: o lugar das Práticas Corporais na Natureza	129
5.2.3.1 As Políticas Públicas no âmbito municipal e o turismo de aventura em Morretes.....	129
5.2.3.2 A busca pela natureza.....	134
5.2.3.3 Estrutura, segurança e lazer de qualidade.....	136
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS.....	144
APÊNDICES.....	153

1 INTRODUÇÃO

O ser humano se desloca no espaço desde os tempos mais remotos. Porém, foi com o processo de industrialização e com o advento da globalização que este deslocamento ganhou força. Inúmeros são os motivos que levam as pessoas a buscarem lugares diferentes daqueles em que vivem o seu cotidiano.

É neste contexto que o turismo vem se desenvolvendo de forma acelerada e, algumas vezes, desordenada, o que pode implicar em danos principalmente no âmbito social e ambiental. No entanto, um planejamento prévio e que leve em consideração a diversidade de relações que envolvem as práticas turísticas pode não só minimizar possíveis efeitos negativos, mas também ampliar as possibilidades de gerar resultados positivos.

Assim, o presente trabalho aborda o estudo das políticas públicas de planejamento do Turismo de Aventura no município de Morretes, litoral Paranaense, a partir do enfoque da importância conferida aos lugares das práticas corporais na natureza.

A pesquisa se deu a partir da seguinte questão: quais são as políticas públicas de planejamento relacionadas ao turismo de aventura e qual a importância conferida aos lugares das práticas corporais na natureza, no município de Morretes-Paraná?

Neste sentido, foram colocadas algumas problematizações complementares na intenção de auxiliar o desenvolvimento deste tema:

- Quais são os instrumentos de planejamento utilizados pelas políticas públicas do município e quais as diretrizes contidas nestes documentos estão direcionadas ao turismo de aventura?

- Qual a importância dos lugares para as práticas corporais na natureza, e qual a importância de planejá-los?

- Como as práticas corporais na natureza podem se constituir como um importante fator de desenvolvimento para o município?

De acordo com os questionamentos acima colocados, o principal objetivo que se pretendeu com a realização desta pesquisa foi discutir acerca do turismo, mais especificamente das políticas públicas de planejamento do turismo de aventura, a partir de uma perspectiva geográfica, abordando a importância das

práticas corporais na natureza e da relação entre ser humano e espaço, a partir de uma análise do município de Morretes/Paraná.

Para que o objetivo principal do trabalho fosse alcançado, buscou-se: descrever o município e suas principais características; realizar um levantamento das políticas públicas de planejamento relacionadas ao turismo de aventura no município; analisar qual a importância dos lugares para as práticas corporais na natureza, e qual a importância de planejá-los; identificar ações que possam auxiliar no desenvolvimento do turismo de aventura nesta região.

A escolha do tema e a tentativa de esclarecer as questões apresentadas remetem a diferentes fatos. Em primeiro lugar, não se pode negar que as experiências de um indivíduo exercem grande influência nas suas escolhas. A formação acadêmica, nesse sentido, foi onde se iniciaram os questionamentos que resultaram na escolha do tema. A graduação no curso de Educação Física e as vivências de práticas corporais na natureza foram o início na tentativa de compreender a maneira como o ser humano se relaciona com o espaço. A especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento foi a extensão desta busca, aprofundada nos estudos desenvolvidos no curso de Mestrado em Geografia.

Como poderá ser observada no decorrer desta dissertação, a preocupação partiu da relação homem-espaço no seu tempo de lazer, restringindo-se ao turismo como uma das atividades realizadas nesse tempo. Ainda, mais especificamente, tomou-se o turismo de aventura, por ser o segmento no qual se realizam as práticas corporais na natureza e que possibilita uma relação diferenciada entre o ser humano e o espaço.

Ao estabelecer uma relação mais íntima com o espaço natural o ser humano tem a possibilidade de desenvolver uma nova maneira de pensar, agregando valores socialmente justos e ambientalmente corretos, dessa maneira acaba por contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade pautada em valores que vão ao encontro da sustentabilidade.

Entre outras ações, as políticas públicas de planejamento dos espaços para as práticas corporais na natureza podem potencializar o desenvolvimento de uma prática de lazer (o turismo de aventura), a qual tem o potencial de reaproximar o ser

humano do espaço natural, desenvolver valores sociais e ambientais e, além disso, auxiliar no desenvolvimento de uma região (BRASIL, 2007).

Há muito para se pensar a respeito da relevância de discussões sobre como os lugares destinados às práticas de lazer podem oferecer possibilidades de sensibilização e desenvolvimento através das práticas corporais na natureza.

Além disso, é notória a necessidade de discutir a estruturação das sociedades contemporâneas em relação aos aspectos ambientais e às formas sustentáveis de organização, uma vez que a ênfase do planejamento tem sido voltada prioritariamente aos interesses econômicos.

O planejamento, neste contexto, aparece como um dos aspectos relevantes a serem observados, pois, acredita-se que pensar a organização dos lugares pode ser fundamental para reverter o quadro de distanciamento entre homem e natureza. E, muito além disso, que as relações estabelecidas no espaço (e com ele) podem auxiliar na busca por um mundo sustentável e ambientalmente correto. No entanto, é necessário discutir as diretrizes propostas para o desenvolvimento do turismo de aventura e verificar como elas estão sendo aplicadas, uma vez que a exploração desmedida leva à degradação. Portanto o planejamento dos lugares para as atividades de lazer, em especial aqueles propícios para as práticas corporais na natureza, pode se constituir como um importante elemento das políticas públicas para o desenvolvimento do município.

Em particular, foi foram abordadas as possibilidades de desenvolvimento através das práticas corporais por acreditar que os lugares de lazer do município estudado são propícios e podem ser potencializados, caso recebam a atenção necessária, para práticas de lazer críticas e criativas, podendo assim sensibilizar para as questões ambientais emergentes na contemporaneidade e ao mesmo tempo auxiliar no desenvolvimento das políticas públicas do Município.

A respeito da escolha do município de Morretes, este apresenta algumas características no contexto da pesquisa. Localizado no Litoral Paranaense, pode ser considerado um local propício para o desenvolvimento do turismo de aventura uma vez que conta com características físico-naturais apropriadas à realização das práticas corporais na natureza. Este município encontra-se entre o oceano Atlântico e a serra do Mar (planície litorânea), o que lhe confere potencial enquanto espaço para a realização deste tipo de atividade. Conta com atrativos naturais como o Rio

Nhundiaquara, onde são praticados canoagem, *rafting*, *bóia-cross* e pesca, o Parque Estadual Marumbi, onde são realizadas atividades como montanhismo e escalada, e o Caminho do Itupava, o qual proporciona uma caminhada de aproximadamente 16 km em meio a natureza (BASTARZ, 2009).

No entanto, é necessário discutir as diretrizes propostas para o desenvolvimento do município no que se refere ao turismo de aventura e verificar como elas estão sendo aplicadas, pois o planejamento dos lugares para as atividades de lazer pode se constituir como um importante elemento das políticas públicas para o lazer e para o desenvolvimento do município.

Para a realização do presente estudo optou-se por desenvolver a pesquisa dentro de um paradigma qualitativo de cunho interpretativo, caracterizada como um estudo de natureza exploratória. Primeiramente foi realizada a construção de um referencial teórico que pudesse auxiliar na compreensão dos principais conceitos e teorias relacionadas ao tema, e a descrição da área de estudo. A seguir foi realizada uma análise dos dois principais documentos municipais que direcionam as políticas públicas de planejamento e desenvolvimento do turismo de aventura, sendo eles o Plano de Desenvolvimento Turístico e o Plano Diretor de Morretes. Como instrumentos de pesquisa auxiliares, foram efetuadas observações acompanhadas de registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas nos seguintes atrativos: Parque Estadual do Marumbi, Caminho Colonial do Itupava, Salto da Fortuna, e Rio Nhundiaquara.

O primeiro capítulo apresenta diferentes perspectivas relacionadas aos conceitos inerentes a temática e discute a relação que se dá entre a Geografia, o Lazer e o Turismo. A partir de alguns autores, como Raffestin (1993), Haesbaert (2002; 2004) e Tuan (1979; 1980; 1983; 1985), são discutidos os conceitos de território, paisagem, espaço e lugar (com enfoque nos dois últimos). Para as discussões relacionadas ao lazer, foram utilizados autores de diferentes áreas do conhecimento, como Dumazedier (1979), Bruhns (2002; 2004), Marcassa (2005) e Mascarenhas (2005). Finalizando este capítulo, é discutido o conceito de turismo empregado pela Organização Mundial do Turismo (2001), e por autores como Andrade (2001; 2004), e De La Torre (1992).

O segundo capítulo se inicia expondo o desenvolvimento do turismo de aventura, o qual teve seu início em meados da década de 80. Além disso, apresenta

as práticas corporais na natureza como atividades desenvolvidas durante o tempo de lazer destinado ao turismo. O capítulo se encerra com a descrição de algumas das atividades mais praticadas na área de estudo.

O terceiro capítulo faz referência à importância de planejar os espaços destinados ao lazer para que seu uso seja pautado por uma perspectiva de sustentabilidade. Enfoca-se o planejamento como parte das políticas públicas voltadas ao lazer e ao turismo, as quais devem levar em consideração as relações que o ser humano desenvolve no e com o espaço.

Em seguida, é realizada uma descrição do Município buscando enfatizar as características históricas, físico naturais e estruturais que mais se relacionam com a prática do turismo de aventura. Também são apresentados os principais atrativos onde ocorrem as práticas corporais na natureza.

Para a descrição e discussão foram elaboradas duas categorias de análise a partir do referencial teórico e da coleta de dados, na intenção de responder às questões colocadas no início do trabalho. A primeira delas se refere a como o poder público percebe e direciona o turismo de aventura e as práticas corporais na natureza, a partir de uma interpretação dos documentos que orientam o planejamento. A segunda, aponta como os turistas utilizam os espaços voltados ao turismo de aventura, além de discutir o papel destes espaços e a importância de planejá-los.

Reitera-se que as práticas corporais na natureza realizadas durante o turismo de aventura têm o potencial de estreitar as relações entre o ser humano e o meio ambiente, e quando o lugar onde ocorrem estas relações é planejado de forma a potencializar uma aproximação do homem com a natureza, o resultado pode ser a mudança de valores e atitudes, que passam a questionar a lógica produtiva do sistema capitalista e adotar práticas mais sustentáveis.

2 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

A tentativa de compreender como se dá a relação entre o ser humano e o espaço no turismo de aventura perpassa pela compreensão do fenômeno do lazer e do turismo, conceitos que vem sendo explorados no meio acadêmico a partir de diferentes áreas do conhecimento.

Sob a ótica de Dumazedier (1979), lazer se refere ao tempo em que não se tem obrigações familiares, profissionais e sociais, exercendo ocupações de livre vontade. Nesta perspectiva, o turismo se constitui como uma das possibilidades de lazer, em que há o deslocamento voluntário e temporário de indivíduos por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, para um local em que não serão exercidas atividades remuneradas, gerando inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992).

A partir dessa premissa, o turismo de aventura se apresenta como uma escolha livre e desinteressada, momento em que o ser humano se relaciona com o espaço natural de maneira espontânea, geralmente através de uma prática corporal. Para entender as inter-relações geradas neste momento, se torna necessário esclarecer conceitos tratados pela geografia, como espaço e lugar. Segundo autores como Tuan (1980) estes conceitos se encontram ligados a percepção, as atitudes e aos valores envolvidos na relação entre os seres humanos e o meio ambiente.

Os espaços que se mostram propícios para este tipo de atividade geralmente se consistem em parques, reservas e áreas de proteção ambiental, os quais são mantidos pelo poder público. As políticas públicas de planejamento do turismo de aventura, nesse sentido, direcionam ações que interferem na maneira como o ser humano se relaciona com o meio, e conseqüentemente com as atitudes e valores envolvidos nesta relação.

Neste cenário é preciso discutir conceitos ligados às políticas públicas, planejamento e sustentabilidade, identificando como se pode interferir no turismo de aventura e nas práticas corporais, buscando potencializar uma atividade que tem a capacidade de aproximar o ser humano do que é imprescindível para a sua sobrevivência: a natureza.

O marco teórico conceitual deste trabalho aprofunda as discussões referentes aos conceitos citados, relacionando-os, na tentativa de responder as

questões norteadoras da pesquisa e de subsidiar os resultados encontrados na pesquisa de campo, a qual é apresentada posteriormente.

2.1 GEOGRAFIA, LAZER E TURISMO

Para compreender o turismo de aventura considera-se necessário resgatar e discutir uma série de conceitos inerentes à temática. Neste estudo optou-se por focar as categorias que são consideradas base dos estudos geográficos, como território, paisagem, espaço e lugar. Destas, ainda, tomam destaque os conceitos de espaço e lugar, a partir dos quais se busca entender o fenômeno do turismo e as relações que se dão neste espaço/tempo de lazer.

O espaço geográfico é o lócus do ser humano, do seu viver, do seu agir, do seu produzir, do seu sociabilizar, bem como de suas possibilidades. Já o lazer se dá diante deste intrincado enredo, pois o homem é estimulado ao usufruto incondicional do tempo livre à fazer dele sua expressão maior de liberdade e prazer individual. Nesse tempo as possibilidades se alternam ou se opõem, já que ele pode praticar um esporte de aventura ou ler um livro, assistir a televisão ou viajar.

O turismo é considerado um fenômeno multifacetado que surge como opção de lazer, já que ao praticá-lo o sujeito desfruta de seu tempo livre em uma viagem ou durante a permanência temporária em localidade diferente da sua origem.

Segundo Almeida, Guerrero e Fiori (2007) desde os tempos antigos, o homem vem modelando e transformando o espaço à sua volta segundo suas necessidades básicas: alimentação, higiene pessoal, moradia, segurança, lazer, entre outros. Essa forma de ocupação e transformação do espaço terrestre nem sempre tem sido uma intervenção sadia e ainda tem gerado muitas preocupações e discussões. Porém dentre as consequências dessa interação desequilibrada do homem com o ambiente estão o esgotamento dos recursos, poluição, desaparecimento de espécies animais e vegetais e o desequilíbrio dos ecossistemas.

A Geografia pode contribuir para que o homem realize intervenções no espaço geográfico de forma consciente, por meio das discussões e reflexões sobre

as atividades turísticas, uma vez que essas ocorrem em parcelas significativas da superfície terrestre, influenciando e modificando o *habitat*.

O tempo e o espaço são condições fundamentais para a existência do lazer. Para compreendê-lo, portanto, parte-se do pressuposto que há um vínculo entre o tempo, a organização espacial e as características culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais da sociedade. Portanto, entendem-se estas categorias como produtos de representações, e como processo que influencia e direciona subjetividades e possibilidades de atuação.

O tempo/espaço de lazer pode proporcionar experiências sensoriais e de exploração da capacidade de imaginação, entrelaçando história e cultura no que resulta em um processo de aprendizagem, no qual o ser humano passa a observar o meio, e por meio desse convívio desenvolve um sentimento de pertencimento ao lugar visitado (TUAN, 1980).

Outra possibilidade oferecida através das práticas de lazer é favorecer o acesso à informação, pois, segundo Jacobi (2005):

Observa-se a necessidade de incrementar os meios e a acessibilidade à informação, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e informativos de sua oferta, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. Trata-se de promover o crescimento de uma sensibilidade maior das pessoas face aos problemas ambientais, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle da degradação ambiental. (JACOBI, 2005, p. 241).

De acordo ao exposto por Jacobi, pode-se dizer que o lazer se constitui como um tempo/espaço em que as pessoas se apropriam da natureza em um processo educativo articulado com a sustentabilidade, no qual podem ser questionados valores que orientam práticas sociais.

Muitas vezes, observa-se a ausência de um envolvimento entre as pessoas e o seu meio e, conseqüentemente, a falta de conhecimento sobre o local. Estimular o vínculo entre os sujeitos e o espaço a sua volta, através das atividades de lazer, é uma forma de conscientizar sobre a importância de se reverter a lógica produtiva. O lugar pode possibilitar diversas representações e experiências, e ao fazê-las, permitem-se diferentes formas de uso e apropriação.

É a partir da intrínseca relação entre o lazer e o lugar onde este acontece que se faz necessário esclarecer alguns conceitos amplamente estudados pela

Geografia, na busca de ampliar os conhecimentos e conseqüentemente as possibilidades de atuação do ser humano no que diz respeito ao processo de planejamento e gerenciamento do espaço para o lazer, e mais especificamente para o turismo de aventura como uma forma de lazer.

Outro termo a ser analisado, na Geografia, é o território, pois ele admite diversos sentidos, embora todos estejam atrelados a um espaço geográfico apropriado por seres humanos, espécies de fauna ou flora.

Sob o ponto de vista geopolítico, a noção de território refere-se àquela porção da superfície terrestre ocupada por uma população que dentro de determinadas fronteiras, se organiza política, econômica e socialmente.

Segundo Moraes (1990), um dos percussores na formulação teórica do conceito de território é Ratzel, que sob o ponto de vista geopolítico, define-o como àquela porção da superfície terrestre ocupada por uma população que dentro de determinadas fronteiras, se organiza política, econômica e socialmente.

Para o geógrafo Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço que é apropriado, de forma concreta ou abstrata, por um ator que territorializa esse espaço. Nesse sentido, o autor afirma que o território traduz-se como uma síntese contraditória, envolvendo o processo/modo de produção, distribuição, circulação, e articulações políticas, ideológicas e econômicas.

Haesbaert (2002) aponta o território como resultado de múltiplas relações de poder, sejam elas ligadas a aspectos econômicos e políticos (materiais), ou aos aspectos culturais (simbólicos). Esta perspectiva é possível a partir da compreensão do espaço como “[...] híbrido entre natureza e sociedade, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Dessa forma, para este autor,

[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Percebe-se uma estreita relação entre território e turismo que segundo Fontoura e Silveira (2008, p. 4), é uma “proposta a partir da turistificação dos

territórios e de seletividades espaciais que se adaptam em novas funções nesse processo de transformação espacial”.

Outro conceito importante se refere à Paisagem. Do ponto de vista geográfico, Bertrand (2004) assim a definiu:

[...] A paisagem não é a simples soma de elementos geográficos separados, sendo, para certa superfície do espaço, o resultado das combinações dinâmicas, às vezes instáveis, de elementos físicos, biológicos e antropológicos, que interagindo dialeticamente, fazem da paisagem um corpo único e indissociável em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p. 141).

Ignácio (1984), aponta que a paisagem resulta a partir de elementos físicos, biológicos e antrópicos combinados cuja dependência mútua gera um conjunto indissolúvel em permanente evolução.

No mesmo sentido, Forman e Godron (1986) definem paisagem como uma área de terra heterogênea onde se encontram agrupamentos de ecossistemas interligados que se repetem de forma similar em todo lugar.

Para compreender o planejamento do turismo de aventura, os conceitos de território e paisagem são elementos importantes e de base, no entanto, optou-se neste estudo por um enfoque nas categorias espaço e lugar, as quais também se apresentam como conceitos fundamentais na geografia humanística. Pois se acredita que tais categorias podem proporcionar uma melhor compreensão das práticas corporais que ocorrem a partir da escolha do turismo de aventura como uma forma de lazer.

De acordo com Cavalcante (1998) o lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, no qual está integrado, o lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquele que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas.

Um dos principais geógrafos que discutem o conceito sobre a ótica da percepção é Yi-Fu Tuan, na obra *Topofilia* (1980). O termo que dá nome ao livro é definido, de acordo com Tuan (1980), como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar, é um termo determinado como experiência pessoal vivida. O autor considera a percepção, as atitudes e os valores envolvidos na relação entre os seres humanos e o meio ambiente. Além de que, considera lugar como:

[...] uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. (TUAN, 1979, p. 387).

Ainda, segundo o autor, espaço e lugar definem a natureza da geografia. Contudo, o lugar tem uma importância singular para a geografia humanista, pois, se para as técnicas de análise espacial o lugar se comporta como um nó funcional, para o humanista ele significa um conjunto complexo e simbólico, que pode ser considerado a partir da experiência pessoal de cada um, a partir da orientação e estruturação do espaço, ou da experiência grupal de espaço, como estruturação do espaço mítico-conceitual.

Tuan (1979) expõe ainda, a questão de lugar se diferenciar da cena (*scene*) ou paisagem, porque falta a última estabilidade, pois ela se altera a cada mudança de perspectiva. À medida que o lugar possui uma existência estável, é a experiência, individual ou coletiva, que toma os lugares visíveis. O autor revela que o espaço não é uma ideia, mas um conjunto complexo de ideias. Porque o lugar é um espaço estruturado, e é necessariamente constituído a partir da experiência que o indivíduo tem do mundo.

O autor trata a relação entre espaço e tempo na construção do lugar sendo o lugar uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez implica na relação com o tempo de significação deste espaço em lugar. "O lugar é um mundo de significado organizado" (TUAN, 1983, p. 198). O que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o ser humano o conhece e lhe atribui valor. O "lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais [...]. Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos" (TUAN, 1983, p. 203).

O espaço na perspectiva humanista encontra-se relacionado aos sentimentos espaciais e à experiência, definida por Tuan (1979, p. 388) como "a totalidade de meios pelos quais nós chegamos à compreensão do mundo: nós conhecemos o mundo através da sensação (sentimento), percepção e concepção".

A partir dos estudos de Tuan (1979), Holzer (2003), aponta que o espaço é orientado e estruturado a partir do corpo humano. Segundo o autor:

Como os fenomenologistas e os antropólogos observaram, estas relações primitivas têm o corpo como um sistema de funções que podem servir de instrumento para a escolha consciente e no direcionamento das intenções para um determinado campo. (HOLZER, 2003, p. 120).

Os termos experiência pessoal de espaço e experiência grupal de espaço, também são explicados por Tuan (1979). O primeiro refere-se a percepção do indivíduo que se forma a partir das experiências anteriores, ao seu temperamento e seu propósito. Já o segundo se refere a vivência da experiência do outro, o que os fenomenologistas chamam de intersubjetividade (HOLZER, 2003).

Outro tipo de espaço considerado por Tuan (1979) é o “espaço mítico-conceitual”, o qual se refere ao produto das generalizações produzidas pela mente, situando-se entre o sentido da percepção e o espaço puro da cognição. Segundo o autor, “o espaço mítico-conceitual está sempre ligado ao ego e à experiência direta, mas ele extrapola para além da evidência sensorial e das necessidades imediatas em direção das estruturas mais abstratas do mundo” (TUAN, 1979, p. 404).

O espaço, dessa forma, “torna-se uma categoria que acentua a constituição dos lugares, dedicando uma atenção especial às redes de valores e de significações materiais e afetivas” (GOMES, 1996, p. 317).

O conceito de espaço, segundo Sposito (2004), esteve durante um longo período desvinculado do conceito de tempo, sendo a geografia responsável pelos estudos espaciais e a história se preocupava efetivamente com o tempo. No entanto essas categorias já não podem mais ser desvinculadas, e por essa razão, a compreensão de aspectos relacionados ao tempo também se torna fundamental para discutir questões relacionadas ao lazer e ao turismo na sociedade contemporânea. O tempo, no sentido de “decorrer dos anos”, traz informações sobre o processo contínuo de mudanças no qual os seres humanos vivem, apresentando o passado, na tentativa de esclarecer o presente e melhorar o futuro. É por meio de acontecimentos e conhecimentos produzidos no decorrer do tempo, que surgem e se desenvolvem continuamente os conceitos que o indivíduo explora em cada momento histórico. Por isso se torna necessário compreender as transformações sociais, culturais, econômicas e ambientais, as quais resultaram na sociedade contemporânea, palco dos estudos desenvolvidos.

Considerando as transformações ocorridas ao longo do tempo, principalmente a partir do século XVIII com a primeira revolução industrial, é que são discutidos os conceitos de tempo livre e tempo de lazer, os quais se relacionam intimamente com o tempo de trabalho (SPOSITO, 2004).

Bruhns (2002) aponta algumas considerações em relação ao período entre os séculos XVII e XIX, em que se desenvolve um novo conceito de tempo em todo o mundo industrial, pautada em uma nova concepção de trabalho. Ao discutir as considerações colocadas por Sebastian de Grazia no livro *Tiempo, trabajo y ocio*¹, coloca que o autor:

Demonstra como lazer e tempo livre situa-se em dois mundos diferentes, uma vez que todos podem ter tempo livre e nem todos podem ter lazer. O tempo livre é a ideia de democracia realizável; o lazer não é totalmente realizável, sendo, portanto, um ideal e não somente uma ideia. (BRUHNS, 2002, p. 18).

O tempo livre, embora seja condição para o lazer, não é suficiente para sua existência. O tempo livre se caracteriza pelas horas livres de trabalho remunerado, as quais podem ser ocupadas com as mais diferentes atividades, como por exemplo, os trabalhos domésticos, descansos, atividades biológicas, sociabilidade, entre outras (DE DECCA, 2002).

Segundo Bruhns (2002) só o tempo livre não forma o lazer, uma vez que este “não é constituído por horas livres de trabalho, nem sequer fim de semana ou férias”, mas sim “um estado de isenção de todas as obrigações, e as atividades de lazer são aquelas cujas finalidades estão em si mesmas” (BRUHNS, 2002, p. 31). A autora coloca que o tempo de lazer é um tempo de desenvolvimento pessoal e do cultivo da mente livre, apontando como benefícios o poder de criação, a verdade e a liberdade. Além disso, a partir da relação com a comunidade, acrescenta ainda o benefício político e o religioso (BRUHNS, 2002).

O tempo de lazer, desta forma, é o meio no qual acontecem as relações livres e desinteressadas. É um tempo contraposto ao tempo do trabalho, o qual tudo deve ser cronometrado e racionalizado. Segundo De Decca (2002)

[...] O lazer pode ser percebido nos interstícios do sistema de fábrica, como espaços e parcelas de tempo não administrados pelo capitalismo, como

¹ DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

pode, também, ser visto sob o ângulo da administração do tempo livre complementar ao trabalho organizado oriundo da racionalização moderna do capital. O lazer, então, pode ser entendido tanto pela ótica da acomodação como pela da resistência a imposição dos modos de vida criados pelo sistema de fábrica. (DE DECCA, 2002, p. 61).

Complementando o exposto, Mascarenhas e Marcassa (2005, p. 17) inferem que o lazer se constitui como um “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por questões de hegemonia”.

Segundo os autores citados, o lazer se caracteriza como um fenômeno social recente advindo dos efeitos da revolução industrial, sendo resultado do conflito das novas formas de trabalho impostas pelo sistema produtivo e das reivindicações dos trabalhadores pelo aumento do tempo livre, uma vez que o ser humano necessita de um tempo para o desenvolvimento pessoal e social, que não é alcançado no tempo de trabalho (MASCARENHAS E MARCASSA, 2005). Além disso, esse tempo é o espaço das vivências lúdicas, as quais podem ser entendidas como produto coletivo da vida humana que possui características como desinteresse, seriedade, prazer, organização e espontaneidade (MARCASSA, 2005).

É também momento de organização da cultura, uma vez que é no tempo/espaço de lazer que se tem a oportunidade de vivenciar e dar novos significados a elementos culturais, pois é palco social de disputa predominante, em que é perceptível a tensão que se dá entre a indústria cultural no mercado da diversão e a ação política e pedagogicamente orientada para uma formação crítica e criativa (MARCASSA, 2005).

Cabe aqui destacar a relevância das atividades de lazer na vida do ser humano, as quais ultrapassam os benefícios físicos, biológicos e cognitivos, fundamentais para a qualidade de vida de um indivíduo. O lazer é também um tempo e espaço rico em possibilidades relacionadas à educação, uma vez que nele se criam e reforçam laços de identidade social, renovam valores e comportamentos, desenvolvem princípios éticos, estéticos e políticos, e que se pode ressignificar o mundo (MASCARENHAS; MARCASSA, 2005).

Ao compreender que apenas o tempo de trabalho (produtivo) é importante, a dimensão do lazer se torna desvalorizada, pois passa a não ser considerado um

conhecimento útil pela sociedade. É neste contexto que De Decca (2002) se refere a “esportivização do cotidiano”, no sentido de que as práticas realizadas no tempo livre vêm sendo impregnadas por uma visão produtiva que agrega valores como competitividade e desempenho, ao mesmo tempo em que se concretiza como um novo modo de controle das emoções. Ainda, exposto pelo próprio autor, “a esportivização do cotidiano torna-se, hoje em dia, uma resposta necessária à tendência crescente à ociosidade produzida pelo tempo livre” (DE DECCA, 2002, p. 72). Desde esse ponto de vista, não se trata de valorizar a atividade do trabalho, mas de valorizar o tempo ocupacional. Todo o tempo deve ser produtivo, nada pode ser desperdiçado. E esta lógica é caracterizada por uma expressão bastante comum: “tempo é dinheiro”. Até mesmo o tempo de lazer pode estar mergulhado neste paradigma quando é visto como o tempo de reestabelecer as energias para o trabalho.

Desde outro ponto de vista, o lazer é um tempo em que existe a possibilidade de contrapor a lógica exposta, quando este é realizado com um fim em si mesmo. Trata-se de um tempo em que é possível driblar esta visão produtivista que impregna por introjeção o homem moderno, reelaborando-o a partir de uma individualidade mais livre e autônoma. De Decca (2002) aponta que,

[...] As aquisições de tempo antinormativas do indivíduo moderno estarão no nível de sua subjetividade, em elaborações intelectuais que favorecem a sua autonomia e que são tecidas nos interstícios do tempo ocupacional promovido pelo tempo dos relógios na vida cotidiana. [...] Os jogos e recreações comunitárias seriam o reverso da moeda da esportivização do cotidiano supervalorizada pela dimensão do tempo ocupacional. (DE DECCA, 2002, p. 70).

Segundo o autor, durante o lazer, a sociedade recria espaços que se abrem para uma relação mais equilibrada com as emoções e sentimentos, resistindo ao que chama de “rotinização do cotidiano”.

Nesta linha de pensamento não se pode esquecer as contribuições fundamentais de Joffre Dumazedier (1979), o qual aponta o lazer e o trabalho como complementares, sendo a atividade de lazer composta por quatro propriedades: escolha pessoal, liberatório, hedonístico, e desinteressado. Este é o conceito apresentado por este autor:

[...] Lazer é um conjunto de ocupações as quais os indivíduos podem se entregar de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se, entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou seja, livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações familiares, profissionais e sociais. (DUMAZEDIER, 1979, p. 73).

O processo de industrialização e urbanização, principalmente devido ao avanço dos sistemas viário e de comunicação, faz com que o turismo comece a ganhar popularidade a partir do século XIX, quando ocorre a separação do tempo de trabalho e de não trabalho. A atividade turística, portanto, fundamenta-se principalmente no deslocamento de pessoas nos espaços urbanos, rurais e naturais durante o tempo de lazer. Conseqüentemente, as atividades turísticas passam a exercer influência sobre as atividades econômicas, sobre organização dos espaços e sobre as relações sociais (DUMAZEDIER, 1979).

Segundo Dumazedier (1979), o direito ao lazer foi definido relativamente ao trabalho profissional, porque os homens o reivindicaram, em que o direito à preguiça é o grito de um homem que se rebela contra a redução do trabalhador ao papel de produtor. Às mulheres lhes cabiam apenas o direito ao descanso indispensável para recuperar as forças despendidas pelo serviço no lar, proporcionado aos filhos e ao esposo.

Nota-se que, no século passado, o lazer apresentava-se como um prêmio ao trabalho e não um fator básico de qualidade de vida indispensável aos indivíduos. O lazer, dessa forma, é visto como contraponto do trabalho, quando na sua existência deveria fazer parte da vida diária dos trabalhadores. Legítima essa ideia, Dumazedier (1979) ao colocar que,

[...] duas condições prévias na vida social tiveram de realizar-se a fim de que o lazer se tornasse possível para a maioria dos trabalhadores: a) As atividades da sociedade não mais são regidas em sua totalidade por obrigações rituais impostas pela comunidade. Pelo menos uma parte dessas atividades escapa aos ritos coletivos, especialmente o trabalho e o lazer. Esse último depende da livre escolha dos indivíduos, ainda que os determinismos sociais se exerçam evidentemente sobre essa livre escolha. b) O trabalho profissional destacou-se das outras atividades. Possui um limite arbitrário, não regulado pela natureza. Sua organização é específica, de modo que o tempo livre é bem nitidamente separado ou separável dele. (DUMAZEDIER, 1979, p. 29).

De acordo ao exposto pelo autor, nas sociedades arcaicas e pré-industriais, as atividades relacionadas ao tempo livre não eram propriamente de lazer, porque

estavam ligadas à religiosidade, às estações relativas ao tempo de colheitas, à relação com a família, entre outras situações. A esse respeito corrobora Andrade (2001), ao afirmar que o lazer é uma realidade integrante da vida pessoal, pois da mesma maneira que o trabalho, a religião, a cultura e outros fatos compõem naturalmente ou por aquisição cultural o dia a dia do ser humano, sendo, então, crucial ao indivíduo, como todos os outros fatores sociais e culturais.

Considerando então, que o lazer faz parte da qualidade de vida e do cotidiano do ser humano, diferentes maneiras de lazer ganham mais seguidores, sendo criados e transformados espaços para perfazer as demandas e atender às necessidades do usuário.

Para efeitos de estudo, o turismo é considerado como uma atividade – ou um conjunto de atividades – desenvolvidas no tempo e espaço de lazer, que devem ser entendidas não “somente como atividade econômica” gerada a partir dos anseios de consumo, mas principalmente como uma “prática social complexa e multifacetada”, a qual “implica essencialmente o deslocamento de pessoas e a relação dessas pessoas entre si, com a comunidade e com o lugar visitado” (VILLAVERDE, 2003, p. 54).

Dessa forma, o conceito de turismo está relacionado ao deslocamento de pessoas no seu tempo de lazer, passando por diferentes espaços, o que envolve a interação entre diferentes dimensões que permeiam a vida do ser humano. Segundo Villaverde (2003),

[...] a atividade turística é pensada em dimensões que transcendem seu tratamento como mera atividade comercial e de consumo que, aliás, ocupa cada vez mais espaço no setor denominado “de serviços”, buscando seu entendimento como campo heterogêneo de relações humanas e de relação das pessoas com os lugares e com a cultura. (VILLAVERDE, 2003, p.53).

O foco, portanto, é a relação que se estabelece entre o turista e o local visitado, a qual influencia diretamente nas percepções, sentimentos e no modo de agir do visitante.

Para Andrade (2004), para que se possam estabelecer considerações teóricas sobre o turismo, deve-se antes refletir sobre os três elementos primordiais para a reflexão turística, sejam eles o homem, o espaço e o tempo. Para este autor, sem a existência destes três fatores, não há possibilidade de existir qualquer manifestação do turismo.

De La Torre (1992) se refere ao turismo expondo que é:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1992, p. 19).

A Organização Mundial de Turismo (2001, p. 4) compreende o turismo como “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Neste sentido, destaca-se a importância de espaços que propiciem vivências harmoniosas que permitam ao sujeito se sentir parte do meio, e que as relações neles estabelecidas possam se constituir como uma experiência prazerosa, e, além disso, que estejam ligadas aos princípios, éticos, estéticos e políticos de uma sociedade. Por outro lado, não se pode negar o grande impacto ambiental causado pela expansão do turismo no último século, sobretudo, devido à lógica da cultura urbana e a procura de espaços turísticos que se transformaram em mercadoria de alta rentabilidade. Assim, o espaço turístico criado e a natureza transformada, compreendendo trabalho e o lazer, se torna fonte de acumulação do capital.

Segundo Calvente (1999):

Nesse espaço turístico criado, a natureza passa a ser uma mercadoria, e lugares com aparência natural garantem uma evasão do mundo do trabalho; a fuga disciplinada do espaço cotidiano para o espaço turístico aparece como capaz de trazer bem estar, reproduzindo a condição de homem dividido (trabalho-lazer), generalizada na sociedade atual. Ao mesmo tempo que se controla o tempo de não trabalho, aparecem mecanismos capazes de tornar a atividade turística uma outra fonte de acumulação do capital. (CALVENTE, 1999, p. 32).

Ao ser regulado pelo mercado e pelos interesses capitalistas, os espaços turísticos são consumidos em um processo de degradação contínuo, pois a única preocupação é o acúmulo do capital,

[...] os espaços turísticos evoluem pelo processo de “ondas” de ocupação que são ditadas pela moda ou produzidas pelo consumo do espaço, levando a sua degradação e, portanto, à destruição dos recursos que os engendraram. Aqui se coloca o problema da segregação espacial da

demanda, principalmente nos espaços turísticos do litoral. (RODRIGUES, 1992, p. 76 *apud* CALVENTE, 1999, p. 32)².

Toda atividade turística gera algum tipo de impacto, e esta visão funcionalista e paradigmática acaba por agravar o processo de degradação ambiental (TUAN, 1980). Observa-se, por exemplo, uma série de transformações na organização do espaço desencadeadas a partir das atividades relacionadas ao turismo, onde, a natureza é agredida na intenção de proporcionar o conforto do ser humano, o que pode ser verificado nos grandes *resorts* construídos em áreas que deveriam ser de proteção ambiental e que ocupam faixas de areia em que não deveria haver construções. Segundo Tuan (1980) as pessoas não veem a mesma realidade acerca do meio ambiente, o que para um é bom, para outro pode ser desastroso.

Além disso, é possível notar que os indivíduos objetivam sua prática turística a partir de interesses, Tuan (1980) salienta que como espécie, os seres humanos são extremamente inconstantes, que entre os indivíduos, as variações físicas externas são notáveis, porém não menores quando comparadas com as diferenças internas. O autor ainda ressalta que as diferenças temperamentais, a perspectiva diante da vida, as emoções e as sensações diferem de pessoa a pessoa, contribuindo para a busca de um lugar agradável para seus momentos de lazer. Neste contexto, é necessário um planejamento adequado em relação aos espaços de lazer e turismo, de forma a contrapor a lógica contemporânea e atenuar os impactos provenientes desta. Infere-se, portanto, que o planejamento deve atentar para que o turista não acabe simplesmente consumindo o espaço de lazer, mas que possa vivenciar nele experiências que transcendem a lógica de mercado, fazendo com que ele se sinta parte do meio ambiente, e leve esta sensação para outras instâncias de sua vida cotidiana.

2.2 TURISMO DE AVENTURA E AS PRÁTICAS CORPORAIS NA NATUREZA

² RODRIGUES. A. A. B. Geografia e turismo – notas introdutórias. **Revista do departamento de geografia da USP**. São Paulo, n. 6, 1992.

Segundo o Ministério do Turismo, o segmento do turismo de aventura vem apresentando um crescimento substancial nas últimas décadas, o que o torna merecedor de atenção, uma vez que se dá predominantemente em espaços naturais que podem ser prejudicados caso esta atividade não seja planejada e realizada de forma consciente (BRASIL, 2010b). A partir dessa premissa, e buscando compreender este fenômeno, faz-se necessário uma contextualização sobre este segmento e uma discussão sobre o conceito que o envolve, bem como das atividades que são praticadas durante este tempo/espaço de lazer.

Primeiramente é preciso destacar que o turismo de aventura pode ser considerado uma forma de turismo alternativo, que segundo Lima e Partidário (2002), se diferencia do turismo de massas por ter um público:

- Sensível às questões ambientais;
- Sensível a culturas locais;
- Consciente das questões de justiça social;
- Mais independente e consciente das suas decisões;
- Que faz previamente uma avaliação cuidadosa dos produtos turísticos;
- Mais flexível mas que procura qualidade;
- Que procura experiências desafiantes, autênticas e com significado;
- Com o desejo de contribuir para um impacto positivo no destino.

O conceito de turismo alternativo aparece ligado a viagens que se desenrolam em lugares inexplorados e/ou afastados, em que os sujeitos renunciam às infraestruturas turísticas normais, na possibilidade de viver uma aventura, muitas vezes longe da civilização, como apontam Borges e Lima (2006). Segundo estes autores se pode considerar o turismo alternativo como uma forma de turismo responsável, que contribui para a economia local, visa a sustentabilidade a longo prazo, incorpora preocupações ambientais e a minimização dos impactos sobre as sociedades e culturas locais. Para Krippendorff (1989, p. 77), "o imperativo essencial dos turistas alternativos é o de dissociar-se do turismo de massa".

Outro ponto a ser discutido é diferença entre os conceitos de turismo de aventura e ecoturismo. Com a expansão das discussões sobre a questão ambiental, a menos de dois séculos surge o conceito de ecoturismo, que segundo a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), se refere à "um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva

sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (BRASIL, 1994, p. 19). No mesmo sentido, Villaverde (2003, p. 54), coloca que o termo se refere às atividades de turismo “cuja ênfase recai na vivência turística em ambientes naturais e paisagísticos, e na qual está implícita a ideia de preservação da natureza”.

Posteriormente, associado ao Ecoturismo, o segmento do Turismo de Aventura surge na década de 1970 nos países desenvolvidos, e toma destaque principalmente a partir da década de 1990 a partir dos novos hábitos da sociedade pós industrial (FIGUEIREDO E CAMPOS, 2007).

A definição do termo, dessa forma, vem passando por modificações ao longo do tempo. Em 2005, o Ministério do Turismo definiu o turismo de aventura como:

[...] segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso técnico e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sócio cultural. (BRASIL, 2005, p. 10).

Já em 2010, nos Cadernos de Segmentação do Turismo (BRASIL, 2010b, p. 14), lançados pelo Ministério do Turismo apresenta-se que o “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo”.

Bahia e Sampaio (2005, p. 165), remetem a Uvinha (2003)³ para discorrer sobre o turismo de aventura:

Ricardo Uvinha (2003), por exemplo, discorre sobre as relações do turismo de aventura e as atividades constituídas em suas bases estarem ligadas, em especial, a três elementos: risco, tecnologia e ecologia. E também faz referência às preocupações com os valores embutidos em algumas dessas práticas, tanto no que diz respeito ao crescimento mercadológico, como em relação aos impactos causados por estes. (BAHIA E SAMPAIO, 2005, p. 165).

Os autores apresentam a preocupação em relação às práticas do Turismo de Aventura numa lógica consumista e não sustentável, com atividades executadas

³ UVINHA, Ricardo R. **Turismo de aventura**: uma análise do desenvolvimento desse segmento na Vila de Paranapiacaba. Tese (Doutorado em Turismo e Lazer) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

de forma desordenada e sem planejamento, resultando em impactos socioambientais negativos.

Há uma grande discussão em relação a nomenclatura das atividades realizadas no turismo de aventura, porém existe um certo consenso em relação ao caráter destas atividades e aos sentimentos e emoções desencadeadas. Segundo Figueiredo e Campos (2007)

[...] Diante das novas possibilidades, foram apresentados diversos nomes a estas práticas fundamentadas no deslizamento sobre superfícies naturais, em que são exigidos equilíbrio dinâmico para evitar as quedas e velocidade do deslocamento. Elas aproveitam-se das energias da natureza – eólica, das ondas, das marés, dos cursos fluviais, força da gravidade, tendo no elemento risco um companheiro, que gera uma expectativa ao praticante frente à atividade e a incerteza que a natureza proporciona. (FIGUEIREDO E CAMPOS, 2007, p. 37).

Independente de sua denominação, as atividades de aventura vêm se consolidando como possibilidades de lazer e turismo, e dessa forma podem gerar um crescimento econômico nas regiões que contam com potencial para o desenvolvimento desta atividade (FIGUEIREDO E CAMPOS, 2007).

Enquanto em fase de implantação do turismo de aventura, devem ser respeitadas normas, pois sua atenção será relacionada ao local, ao respeito às suas características e particularidades, sejam elas concernentes a questões físicas ou de pessoal, e valorize, assim, seus atributos e especificidades.

Devido a esses e outros quesitos, faz-se necessário que as pessoas envolvidas no desenvolvimento do turismo de aventura criem e fortaleçam parcerias, nas quais as possibilidades de participação efetiva sejam reais e constantes, e viabilize, assim, a consolidação desta atividade turística.

De acordo com as Orientações Básicas sobre Turismo de Aventura (BRASIL, 2005) as atividades de Turismo de Aventura se diversificam perante diferentes aspectos, tanto em função dos territórios em que são operadas, dos equipamentos utilizados ou das habilidades e técnicas exigidas, quanto em relação aos riscos que podem abranger. Partindo-se dessa inter-relação, apresentam as características mencionadas a seguir.

Primeiramente a diversidade, pois a variedade de atividades de aventura e de locais das respectivas práticas é considerada fundamental na concepção do segmento, exige que se compreenda de que cada atividade apresente diferentes

estágios de dificuldade e desafios, o que requer procedimentos e uso de equipamentos específicos. A diversidade, portanto, das atividades de Turismo de Aventura inclina-se ao aumento da constante inovação resultante do avanço tecnológico e da busca ininterrupta de desafios e experiências inusitadas por uma parcela significativa de consumidores. Esse segmento é dinamizado pela capacidade de captar novas tecnologias que se concretizam nos equipamentos e técnicas que, a cada dia, surgem no mercado considerando-se dois enfoques: o primeiro reside na gama de possibilidades de oferta dos produtos; o outro se apoia na complexidade do processo de planejamento, gestão e promoção desse tipo de turismo (BRASIL, 2005).

Existe também outro aspecto do turismo de aventura que deve ser ressaltado, o que diz respeito aos riscos controláveis, as Orientações informam que se deve haver compreensão das atividades de aventura, porque sugerem determinado esforço e riscos controláveis, e podem variar de intensidade conforme a exigência de cada atividade e a capacidade física e psicológica do turista. Significa, então, considerar a segurança como um dos requisitos indispensáveis para a realização da experiência turística, pois ao render-se a um risco controlável, esse consumidor espera não enfrentar perdas materiais, psicológicas ou físicas (BRASIL, 2005).

Marinho (2001) alerta que as atividades na natureza também requerem prudência e bom-senso no que se refere aos procedimentos de segurança, uma vez que, muitas delas, exigem conhecimentos e familiaridade com alguns equipamentos tecnológicos. Saber os limites próprios, os dos outros, respeitando as imprevisibilidades da natureza é pré-requisito para a prática de tais atividades.

O risco é entendido como a combinação entre a probabilidade da ocorrência de um determinado fato e suas possíveis consequências. E para o controle de tal risco adota-se e implementa-se, de forma regular, um conjunto de normas e técnicas específicas na busca da qualidade da experiência turística e da gestão de segurança. Portanto, se faz necessário o trabalho em conjunto considerando as normas específicas de segurança na operação do segmento, em especial as Normas Técnicas de Turismo de Aventura da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), regulamentos, processos de certificação e outros instrumentos específicos.

De acordo com as Orientações sobre o Turismo de Aventura (BRASIL, 2005) algumas das Normas Técnicas estão descritas a seguir (TABELA 1):

TABELA 1 – NORMAS TÉCNICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE AVENTURA

NORMA	DESCRIÇÃO
ABNT NBR 15285	Turismo de Aventura – Condutores – Competências de pessoal. Estabelece resultados esperados e competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura, independentemente do tipo de atividade praticada.
ABNT NBR 15286	Turismo de Aventura – Informações mínimas preliminares a clientes. Elenca requisitos gerais mínimos de informações relativas à segurança e aos aspectos contratuais pertinentes, referentes a produtos e serviços que incluam atividades de Turismo de Aventura, ofertados por pessoa física ou jurídica, antes da formalização da compra.
ABNT NBR 15331	Turismo de Aventura – Sistema de gestão da segurança – Requisitos. Especifica requisitos para um sistema de gestão da segurança e aplicação de processos de melhoria contínua visando promover a prática de atividades de aventura de forma segura.
ABNT NBR 15334	Turismo de Aventura – Sistema de gestão da segurança – Requisitos de competências para auditores. Estabelece requisitos mínimos para os auditores responsáveis por verificar os sistemas de gestão da segurança implantados nas organizações que atuam com o segmento de Turismo de Aventura.
ABNT NBR 15370	Turismo de Aventura – Condutores de <i>rafting</i> – Competências de pessoal. Estabelece resultados esperados e competências para condutores relacionadas à preparação e condução de cliente para a prática de <i>rafting</i> . Essa norma é complementar à NBR 15285.
ABNT NBR 15397	Turismo de Aventura – Condutores de montanhismo e de escalada - Competências de pessoal. Especifica resultados esperados e competências para condutores de Turismo de Aventura para a prática de atividades de montanhismo e de escalada. São considerados dois tipos de condutores distintos: condutores de montanhismo e condutores de montanhismo e escalada. Essa norma é complementar à NBR 15285.
ABNT NBR 15398	Turismo de Aventura – Condutores de caminhada de longo curso - Competências de pessoal. Estabelece os resultados esperados e as competências mínimas para condutores de Turismo de Aventura com atividade de caminhada de longo curso.
ABNT NBR 15505-1	Turismo com atividades de caminhada – Parte 1: Requisitos para produto. Estabelece os requisitos para produtos de turismo com atividades de caminhada que não envolvam pernoite, relativos à segurança dos clientes e condutores.
ABNT NBR 15505-2	Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos. Estabelece os critérios referentes à classificação de percursos utilizados em caminhadas sem pernoite quanto às suas características e severidade.

FONTE: BRASIL, 2005.

A intensiva participação do turista como interprete da vivência o torna parte da estrutura do próprio segmento. Porém essa característica exige cuidados extras na gestão da disposição dos turistas, visando o conforto físico e emocional, a segurança e o prazer da experiência da atividade do Turismo de Aventura.

Desse modo, Costa, Ribeiro e Tavares (2004) afirmam que

[...] o turismo é revestido 'por sonhos ou por arquétipos culturais sublimares', por isso, ele não se apropria só do espaço físico, mas do conteúdo simbólico das paisagens produzindo mitos a serem vendidos, revestindo o espaço, então, de visões simbólicas. Essas visões remetem às representações sociais forjadas pelo contingente de turistas ao qual se destina a produção espacial do turismo, ou seja, como um projeto de reconstrução objetiva ao mundo, essa atividade incide também sobre as áreas emissoras dos fluxos turísticos. Como construção objetiva do mundo essas representações são dotadas de concretude porque remetem a objetos materializados nos lugares e referenciado na experiência vivida das áreas receptoras. (COSTA, RIBEIRO E TAVARES, 2004, p. 38).

Portanto, o indivíduo, quando procura um ambiente para seu lazer, pretende fazê-lo de maneira a agradar-lhe e satisfazer-lhe, ficando com a sensação de querer voltar.

2.2.1 As Práticas Corporais na Natureza

Entendendo as atividades de aventura como experiências físicas que proporcionam desafios e revelam emoções, pode-se compreender que essas atividades são compostas pelas práticas corporais. Villaverde (2003) define as práticas corporais de aventura na natureza da seguinte forma:

[...] práticas corporais, pois a expressão "prática", conjugada ao adjetivo "corporais", diz respeito diretamente à noção de uma ação intencional, idéia ou projeto em realização, na qual encontra-se expressa a dimensão corporal e motriz da pessoa humana nele envolvida. O acréscimo "de aventura na natureza" qualifica essas práticas corporais quanto a uma de suas características mais latentes, o sentido de aventura e risco, e também o espaço preponderante onde, em geral, elas ocorrem, isto é, os ambientes naturais e seus elementos, como a água, as matas, a montanha, o ar, etc. (VILLAVERDE, 2003, p. 65).

As práticas corporais de aventura na natureza, portanto, são aqui entendidas como atividades em que o ser humano em contato com o espaço geográfico, no seu tempo de lazer, tem a possibilidade de experimentar a troca de energias com a natureza, interagindo com o espaço ao seu redor, nos mais diversos níveis de risco controlado.

A vivência dessas práticas proporciona uma relação diferenciada entre a dimensão corpórea e os espaços naturais, baseada na ética, nos sentimentos, na reciprocidade. Nelas verifica-se “a possibilidade de o praticante exercitar uma nova relação consigo mesmo, de vivenciar de maneira diferente o mundo e de experimentar formas renovadas de sociabilidade e subjetividade” (VILLAVÉRDE, 2003, p. 67).

Segundo Tuan (1980) o ser humano responde ao mundo pelos cinco sentidos: visão, audição, tato, paladar e olfato, desse modo, o sujeito quer apreciar a paisagem, a natureza, o ar puro. Partindo dessa premissa, há, também, o turista que quer integrar-se com a natureza e não somente apreciá-la, buscando realizar alguma prática corporal. Compreende-se, então, que a ideia de aventurar-se em expedições não seja nova, porque há motivações, significados e consequências claramente peculiares à época em que se vive, especialmente quando se pensa em atividades de aventura na natureza.

Observa-se que o meio ambiente natural é de importância indispensável à vida de todo e qualquer indivíduo, e mesmo que esse meio seja negligenciado e renegado a um plano secundário, há indivíduos que buscam alternativas para o seu lazer e práticas de atividades físicas.

Marinho (2001) afirma que as pessoas são seduzidas pelo entretenimento, por emoções, pela aventura, e buscam, então, práticas alternativas e criativas de lazer, tais como as atividades de aventura, que requerem o meio natural como cenário principal para sua realização. Além de que, alguns locais do Brasil são propícios para a prática de atividades físicas na natureza, por possuírem características naturais em seu relevo.

De acordo com Betrán (2003), as atividades físicas integram-se em um conjunto de práticas recreativas que surgiu nos países desenvolvidos na década de 1970, se desenvolvendo e se estendendo na década seguinte, firmando-se nos anos 1990. Essas atividades físicas de aventura podem ser classificadas se baseando nos três elementos da natureza: terra, água e ar, que se desdobram em relação ao eixo em que ocorre a prática horizontal ou vertical, como também, relacionados à estabilidade: estável com risco menor ou instável com risco maior (BETRÁN, 2003).

Ainda segundo Bétran (2003) quando se entrecruzam tais elementos definem-se cinco variáveis: ambiente físico, ambiente pessoal, atividades,

valorização ético-ambiental e o ambiente social. Em relação aos esportes o autor os classifica como esportes sobre rodas, aqueles que utilizam diferentes meios de transportes, motorizados ou não, como bicicletas, motos e até automóveis. Os esportes verticais, que são as modalidades que utilizam técnicas verticais, contam com instrumentos próprios: cordas, cadeiras, capacete, luvas, entre outros e são enunciados como: *rapel*, escalada, alpinismo, montanhismo.

Há também, as caminhadas esportivas, compreendidas como *trekking*, que objetivam a movimentação do corpo como um exercício físico em contato direto com o ambiente natural. Os esportes em cavernas, a atividade física que consiste na descida, como técnicas verticais e o retorno ao exterior. E por fim os esportes aquáticos, que compreendem o nado e o mergulho em águas abertas, tais como travessias em rios, mares e lagos, em alguns casos, canoagem e *rafting* (BÉRTRAN, 2003).

Assim, as diversas práticas, manifestadas nos momentos de lazer, apresentam características inovadoras e diferenciadas dos esportes tradicionais, pois apresentam outras condições de prática, objetivos, motivação e os meios utilizados para o seu desenvolvimento. Há, também, a presença de equipamentos tecnológicos modernos que permitem uma interação entre o praticante e o espaço da prática: terra, água ou ar (MARINHO, 2001).

Uma vez que a aventura na natureza propicia a criação de novas relações entre os envolvidos no lazer e em outros setores da vida humana, criam-se novos laços de amizade e proporcionam-se novas sensações e emoções. Então, mostra-se uma oportunidade produtiva para que a vida social contemporânea seja repensada.

Segundo o Ministério do Turismo a palavra aventura, do latim *adventura*, significa o que há por vir, remetendo ao diferente e ao inusitado. Nesse conceito, consideram-se atividades de aventura as experiências físicas e sensoriais recreativas que envolvem desafios e que podem proporcionar sensações diversas como liberdade, prazer e superação, a depender da expectativa, do envolvimento e da experiência do turista além do nível de dificuldade de cada atividade (BRASIL, 2005).

Conforme a norma ABNT NBR 15500 (BRASIL, 2005, p.15), define-se atividades de Turismo de Aventura como “atividades oferecidas comercialmente,

usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos”.

A diversidade de práticas de Turismo de Aventura, que muitas vezes se relacionam a outros segmentos, varia segundo diferentes aspectos, em função dos territórios e do tipo de atividades em que são praticadas, habilidades e da motivação do turista. Faz-se necessário compreender que tais atividades podem se somar à oferta turística de destinos que tenham como vocação principal outro segmento, com vistas a agregar valor aos produtos turísticos ofertados. Assim sendo, a combinação de vários segmentos para a formatação de um produto turístico contribui para a diversificação da oferta, o aumento de permanência do turista na localidade e a diminuição da sazonalidade da atividade (BRASIL, 2005).

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010b), as principais atividades praticadas no âmbito deste segmento são (TABELA 2):

TABELA 2 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DO TURISMO DE AVENTURA

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Atividades na Terra	
Arvorismo	Locomoção por percurso em altura instalado em árvores ou em outras estruturas.
<i>Bungee jump</i>	Atividade em que uma pessoa se desloca em queda livre, limitada pelo amortecimento mediante a conexão a um elástico. O elástico é desenvolvido especificamente para a atividade.
Cachoeirismo	Descida em quedas d'água, seguindo ou não o curso d'água, utilizando técnicas verticais.
Canionismo	Descida em cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente.
Caminhada	Percursos a pé em itinerário predefinido.
Caminhada (sem pernoite)	Caminhada de um dia. Também conhecida por <i>hiking</i> .
Caminhada de longo curso	Caminhada em ambientes naturais, que envolve pernoite. O pernoite pode ser realizado em locais diversos, como acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, entre outros. Também conhecida por <i>trekking</i> .
Cavalgadas	Percursos em vias convencionais e não convencionais em montaria, também tratadas de Turismo Equestre.
Cicloturismo	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite.
Espeleoturismo	Atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística.
Espeleoturismo vertical	Espeleoturismo de Aventura que utiliza técnicas verticais.
Escalada	Ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos.
Montanhismo	Atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha.
Turismo fora-de-estrada em veículos	Atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos em vias não convencionais com veículos automotores. O percurso

4x4 ou bugues	pode incluir trechos em vias convencionais.
Tirolesa	Produto que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos.
Atividades na Água	
<i>Bóia-cross</i>	Atividade praticada em um minibote inflável, onde a pessoa se posiciona de bruços para descer o rio, com a cabeça na extremidade frontal da bóia e os pés na parte final da bóia, já praticamente na água. Também conhecida como <i>acquaride</i> .
Canoagem	Atividade praticada em canoas e caiaques, indistintamente, em mar, rios, lagos, águas calmas ou agitadas.
<i>Duck</i>	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis e remos, com capacidade para até duas pessoas.
Flutuação / <i>Snorkeling</i>	Atividade de flutuação em ambientes aquáticos, com o uso de máscara e <i>snorkel</i> , em que o praticante tem contato direto com a natureza, observando rochas, animais e plantas aquáticas. Usualmente utilizam-se coletes salva-vidas.
<i>Kitesurfe</i>	Atividade que utiliza uma prancha fixada aos pés e uma pipa de tração com estrutura inflável, possibilitando deslizar sobre a superfície da água e, ao mesmo tempo, alçar voos executados sobre superfícies aquáticas, com ventos fracos ou fortes.
Mergulho autônomo turístico	Produto turístico em que a atividade principal é o mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado.
<i>Rafting</i>	Descida de rios com corredeiras utilizando botes infláveis.
<i>Windsurfe</i>	Atividade praticada em ambientes aquáticos, também denominada prancha a vela, que se serve, basicamente, de técnicas do surfe e da vela.
Atividades no Ar	
Balonismo	Atividade aérea feita em um balão de material anti inflamável aquecido com chamas de gás propano, que depende de um piloto.
Paraquedismo	Salto em queda livre com o uso de paraquedas aberto para aterrissagem, normalmente a partir de um avião. Como atividade de Turismo de Aventura, é caracterizado pelo salto duplo.
Voo Livre (Asa Delta ou Parapente)	Atividade com uso de uma estrutura rígida que é manobrada com o deslocamento do peso do corpo do piloto ou por superfícies aerodinâmicas móveis (asa delta), ou até por ausência de estrutura rígida como cabos e outros dispositivos (parapente).

FONTE: BRASIL, 2010b.

Acredita-se que estas práticas podem reafirmar os laços afetivos que os seres humanos têm em relação ao meio ambiente material, indo ao encontro às colocações de Tuan (1980), em relação a Topofilia. Sob a ótica de Tuan (1980) quando o meio ambiente é irresistível, ele se tornará “o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou será percebido com um símbolo”.

Segundo Silva *et al.* (2009) o termo práticas corporais vem sendo utilizado por alguns campos do conhecimento. A Educação Física, por exemplo, utiliza-o frequentemente. Nos campos da Educação, Antropologia, Sociologia, Psicologia, História e Saúde seu uso também é, relativamente, constante, porém com significados e sentidos diferentes. Contudo, nenhum desses campos dá conta do que sejam as práticas corporais.

Entretanto, Silva *et al.* (2009) elencam sete possíveis conceitos acerca das práticas corporais:

1. São identificadas como manifestações culturais que enfocam a dimensão corporal, característica, segundo os textos analisados, não presente na perspectiva dos pesquisadores que utilizam o conceito de atividade física;

2. Buscam superar a fragmentação identificada na constituição do ser humano e denotam uma crítica à forma de organização da vida contemporânea e seus desdobramentos no corpo;

3. Apontam para uma ampliação conceitual desse termo com elementos das ciências humanas e sociais e tencionam com uma concepção de ciência pautada na objetividade e neutralidade;

4. A exemplificação encontrada indica as práticas corporais como sendo, principalmente, esporte, ginástica, dança, luta, *tai-chi*, *yoga*, práticas de aventura e jogos;

5. Destacam-se as diferenças e contrastes entre as práticas corporais orientais e as ocidentais;

6. Externam uma preocupação com os significados e sentidos atribuídos às práticas corporais por parte dos sujeitos que as praticam, para além de sua utilidade mais pragmática; e,

7. Apresentam finalidades como educação para sensibilidade ou educação estética, para promoção da saúde, para desenvolvimento do lazer, para a sociabilidade e para o cuidado com o corpo.

Silva *et al.* (2009) enfatizam que as práticas corporais são como fenômenos que se mostram, especialmente, em âmbito corporal e se constituem como manifestações culturais. Manifestações compostas por técnicas corporais e que funcionam como uma forma de linguagem, ou como expressão corporal.

Um aspecto importante a ser considerado é a questão da sociabilidade quando se pratica as atividades corporais na natureza, pois pode ser um dos motivos que leva as pessoas a procurarem as práticas corporais, fazer amizades, conhecer pessoas e pertencer a um grupo que possui objetivos que se sobressaem.

No entanto, as práticas corporais só se mostram como momentos de socialização quando se constituem

[...] efetivamente numa forma lúdica de associação, ou seja, na medida em que se emancipam do resultado como meta e centram-se nelas próprias apenas para produzir um tipo especial de convivência com e para o outro. (GONZÁLEZ, 2007, p. 25).

Embora as práticas corporais se estabeleçam como espaços capazes de promover a sociabilização, seguindo a forma de sua organização no tempo de lazer, para González (2007) nem todas as práticas corporais oportunizam as mesmas possibilidades de interação entre os participantes. Segundo o autor os sentidos e relevâncias para quem pratica podem transitar em um *continuum* entre as práticas orientadas pela ideia do trabalho, em que o resultado é o mais importante no processo, e as práticas orientadas pela ideia do jogo/brincadeira, nas quais o pretexto é o que importa para que o momento aconteça.

Por isso, faz-se necessário, compreender que não é provável suceder sociabilização em toda prática corporal. Conforme Blessmann (2007, p. 156), a sociabilidade somente é exequível quando os praticantes estabelecem uma relação destituída de interesses, sendo o jogo ou a prática encarado como um fim em si mesmo e sustentado pela ludicidade do momento, expressa de diferentes formas: alegria, prazer e divertimento.

De acordo com Bruhns (2004), as práticas corporais em meio à natureza, realizadas no lazer, possuem uma maior capacidade de oferecer aos seus praticantes os encontros. Para a autora, o treinamento de alto nível parece não ser compatível com os 'ideais' do lazer. A autora complementa que

[...] somos sujeitos urbanos exercendo uma atividade no meio natural, no caso a caminhada, a qual poderia ser desenvolvida na cidade, porém, uma série de circunstâncias já expostas, desprestigiou a promoção do encontro humano, em função de um planejamento urbano com objetivos mais urgentes de transformar as ruas e avenidas em locais de passagem, permitindo um fluxo rápido do trânsito de carros, ônibus e outros. Na abordagem sociológica, a cidade já mereceu enfoque como terreno de aventura, onde o lúdico e o onírico possuíam um lugar especial. Aventura expressando modos diversos de experiências e de suscitar encontros. Embora às características urbanas tenham mudado, a prática da caminhada urbana não desapareceu, mas ganhou novos contornos e significados, expressos na utilização dos parques públicos multiplicando-se anualmente nos grandes centros, para a execução dessas práticas. (BRUHNS, 2004, p. 12).

Na visão de Carvalho (2007) a definição sobre as práticas corporais se resume em:

[...] manifestações da cultura corporal de determinado grupo, que carregam os significados que as pessoas lhes atribuem. Contemplam as vivências lúdicas e de organização cultural e operam de acordo com a lógica do acolhimento, havendo uma contraposição à ideia de atividade física à medida que a atividade física homogeneiza o coletivo porque é impessoal, padroniza e nivela o corpo, com base na racionalidade biomédica, ao mesmo tempo em que o desqualifica ao destituir o humano do movimento. (CARVALHO, 2007, p. 65).

O conceito salienta a compreensão da prática que o corpo físico pode realizar como também a relação que possa existir do sujeito consigo mesmo, com o ambiente que o envolve, com o outro, buscando uma descoberta sobre os reais sentidos e significados das formas diversas de colocar o corpo em movimento.

Quanto a definição do corpo em movimento, a força motriz tem importância da mesma maneira que as relações, sentimentos e emoções organizadas nas diversas demonstrações culturais concebidas em diferentes contextos históricos, e podem se apresentar por meio da dança, do jogo, das lutas, dos exercícios e ginásticas, dos esportes.

Portanto, nota-se que essas atividades podem ser intensificadas tanto na esfera competitiva quanto no lazer, sendo que este último é capaz de corporificar outras práticas corporais que se desenrolam das atividades físicas e exercícios, como por exemplo, para um simples passeio ou a possibilidade de considerar o corpo em contato com o espaço à sua volta, em um determinado tempo.

Para tanto, faz-se necessário observar o ambiente em que se dão as práticas corporais, especialmente em relação ao planejamento e sustentabilidade do local.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO E A SUSTENTABILIDADE

O turismo de aventura é geralmente praticado em áreas naturais, principalmente em espaços públicos. Na tentativa de compreender como se dá o planejamento destes espaços, o presente estudo se restringe àqueles administrados pela esfera pública.

Portanto, faz-se necessário iniciar o debate conceitual a partir das políticas públicas, definidas por Amaral (2006), como o conjunto de ações organizadas pelo Estado, no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal, para atender a determinados setores da sociedade.

Melazzo (2010, p. 15), vai mais fundo e aponta que “podemos definir política pública como toda ação permanente e abrangente do poder público em uma determinada área de atuação, seja econômica, ambiental, urbana ou outras”. Segundo o autor, trata-se de estratégias para se lidar com objetivos e problemas, as quais se consubstanciam, na maioria das vezes, através de diretrizes, princípios, objetivos e normas explicitadas por meio de planos, programas, projetos e leis.

Para Peters (1986), a política pública pode ser considerada como a totalização das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Segundo Souza (2006),

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (Souza, 2006, p. 26).

Observa-se que o termo políticas públicas, de maneira geral, se refere às ações desenvolvidas pelos responsáveis pela gestão pública, em diversos âmbitos, buscando atender as necessidades da sociedade. Portanto, a definição sobre o conceito de políticas públicas será a utilizada por Melazzo (2010):

[...] se relaciona a formulação de estratégias de intervenção que envolvem formulação, planejamento, gestão/execução e avaliação de ações propostas ou implementadas no plano consciente, racional e sem dar margem a dúvidas ou subjetivismos, uma vez que tais “tarefas” seriam realizadas pelo Estado. (MELAZZO, 2010, p. 15).

Os estudos relacionados às políticas públicas apontam modelos de formulação e análise desenvolvidos para compreender as ações do governo e sua repercussão na vida dos cidadãos. Souza (2006) mapeia alguns destes modelos, dos quais toma destaque o “ciclo da política pública”. Segundo a autora, este modelo

percebe a política pública como um ciclo deliberativo, formado por cinco estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Dentro desse cenário se encontra o planejamento, seja na esfera federal, estadual ou municipal, sendo a última abordada neste estudo. Segundo Rezende (2006, p. 01), o planejamento “identifica as vocações regionais, estabelece as regras de ocupação do solo, define as principais estratégias e políticas do município e explicita as restrições, proibições e limitações que deverão ser observadas para manter e aumentar a qualidade de vida para seus munícipes”.

Souza (2006, p. 68) elabora um conceito de planejamento, definindo-o como um processo sistematizado, através do qual se pode dar maior eficiência a uma atividade para, num certo prazo, alcançar o conjunto de metas estabelecidas pelo poder político.

Portanto, pode-se dizer que a essência do planejamento é auxiliar o desenvolvimento do município de forma harmônica. Nesse caso, o desenvolvimento pode ser definido através de dois objetivos principais, os quais são justiça social e qualidade de vida.

Uma discussão que aparece atrelada ao planejamento se refere à participação popular neste processo. Segundo Frey (2002), um dos maiores dilemas da política local ainda é a dificuldade de conciliar as necessidades de um planejamento efetivo e eficiente com as crescentes reivindicações por parte da população local.

Nesse sentido, o autor aponta que

Na abordagem política de participação democrática a participação popular torna-se peça fundamental, indispensável para uma mudança substancial do atual quadro de políticas públicas. O planejamento público deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também como conduzido por ela. Uma vez que as condições de poder político são vistas como responsáveis para os atuais problemas ambientais, afetando em primeiro lugar os mais pobres, é fácil compreender a reivindicação em favor da alteração dessas condições de poder, o que significaria dar um peso mais forte aos interesses anteriormente marginalizados nos processos políticos de decisão. (FREY, 2002, p. 05).

Segundo Rezende (2006), o planejamento da cidade é um processo que deve mobilizar a comunidade para que esta possa escolher e construir o seu futuro.

Assim, torna-se relevante ressaltar a importância da construção de um planejamento participativo, ou seja, deve haver o envolvimento dos diversos atores sociais, os quais devem contribuir na construção de políticas comprometidas com uma perspectiva de futuro que associe desenvolvimento, cuidados com o meio ambiente e redução das desigualdades sociais.

Em relação aos instrumentos de planejamento, destaca-se que com a Constituição da República Federativa do Brasil⁴ promulgada em 1988, os municípios adquiriram autonomia política ganhando o poder de estabelecer leis próprias, de controlar seus próprios impostos e de ordenar o solo urbano. No artigo 182 da Constituição, são descritos como principais instrumentos do planejamento no Brasil, a Lei Orgânica e o Plano Diretor, os quais devem ser base para “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988: título VII, capítulo II, art. 182).

Ressalta-se que, segundo a Constituição Federal, a elaboração do Plano Diretor é obrigatória somente para municípios com uma população acima de 20 mil habitantes, entretanto, municípios menores também necessitam de instrumentos que ofereçam diretrizes para um desenvolvimento adequado, com objetivos e metas a serem alcançados. Deste modo, é recomendado aos municípios menores que também elaborem seus planos diretores, os quais devem incluir leis urbanísticas rigorosas a fim de evitar a expansão desordenada.

Os principais objetivos deste instrumento são: atuar no processo de desenvolvimento local; servir de referência às ações do governo; recrutar a participação pública (na forma de conselhos, comitês ou comissões representativas). Por meio do plano diretor, define-se o zoneamento e o uso do solo urbano, a expansão, sustentável, do espaço urbano, a gestão tributária, as necessidades sociais (educação, saúde, lazer, transporte, etc.), a gestão ambiental, entre outros (BRASIL, 1988).

Dentro deste contexto, e toma-se como foco o planejamento dos espaços de lazer, mais especificamente, do turismo de aventura como uma forma de lazer. Considerado um dos fenômenos mais significativos do ponto de vista político, econômico, ambiental e sociocultural, o turismo passou a assumir um papel de

⁴ A Constituição da República Federativa do Brasil é a lei fundamental e suprema do Brasil, a qual serve como parâmetro a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

agente social nas sociedades em que se desenvolve (MARUJO E CARVALHO, 2010).

Há de se considerar o turismo, devido à sua importância econômica e sociocultural, um importante apoio para a economia e desenvolvimento de muitas regiões, assim esse dado arrasta consigo um conjunto de atividades bastante relevantes e, por isso, os governos regionais e locais interessados em promover o desenvolvimento local e regional veem no turismo um forte aliado na procura desse desenvolvimento.

Desse modo, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (2001, p. 215), o planejamento assumiu “um papel de maior relevância no desenvolvimento turístico à medida que os governos passaram a reconhecer não apenas que o setor gera um farto espectro de impactos, mas também que pode ter um importante papel no crescimento e revitalização social e cultural”.

Além disso, de acordo com Hall (2004, p. 24) o planejamento do turismo é fundamental para colocar em prática ações relevantes para o desenvolvimento de tal atividade. Dessa maneira, podem-se estabelecer os objetivos e as metas que se pretende alcançar, e, sobretudo, o percurso que poderá ser realizado para atingir os resultados que se almeja. Assim sendo, o planejamento turístico não se trata apenas de decidir o que deve ser oferecido no futuro para determinada área ou comunidade.

O turismo visto como elemento importante da vida social e econômica de uma comunidade, seja ela Municipal, Regional ou Nacional, tem como função a captação de divisas para os países, a atividade é considerada uma das mais expressivas na economia mundial. Além disso, também é considerado maior prestador de serviços no mundo por ser um grande gerador de empregos, de renda e de divisas, podendo vir a ser a solução para o desenvolvimento econômico-social de uma nação (MARUJO E CARVALHO, 2010).

Segundo Fernandes (1998) o turismo de aventura promove a prática de atividades físicas, que tem por finalidade envolver emoções e riscos controlados exigindo técnicas e equipamentos específicos, garantindo a segurança de quem o pratica, tornando-se essencial o planejamento desses locais para que não aconteçam acidentes ou situações inusitadas.

De acordo com o Termo de Referência em Turismo (BRASIL, 2010a) é preciso considerar alguns itens para que um ambiente seja propício à prática

turística, a atividade inicial de planejamento requer a clara identificação do público-alvo que será trabalhado com mapeamento das suas necessidades e desafios a serem superados. Essa tarefa não pode se restringir a um exercício superficial ou uma reflexão genérica. Muito pelo contrário, a delimitação geográfica (quais regiões e localidades), o universo empresarial existente no segmento a ser trabalhado e qual o recorte será feito, é uma missão importante para o êxito da atividade.

A intervenção estatal, via planejamento, é considerada indispensável para reduzir ou evitar os efeitos nocivos dos processos de crescimento econômico, ou ainda, para poder eliminar ou reparar distúrbios e danos já existentes (FREY, 2001). Assim sendo, é preciso também uma administração eficiente e estável com alta competência técnica e de planejamento, capaz de elaborar concepções e planos de ação inteligentes e de custos favoráveis, discuti-los com a população e as associações da sociedade civil e implementá-los de forma eficiente e em cooperação com a sociedade civil ou a comunidade local.

A maioria dos Estados tem variados territórios turísticos ordenados por meio das mais variadas designações: zonas, circuitos, regiões, costas, vales, entre outros. Cada território formado por cidades, localidades e distritos constitui essa composição geográfica. E são, justamente, nesses locais que se instalam os pequenos negócios turísticos dos segmentos de hospedagem, alimentação, agências, atrativos, atividades comerciais e de serviços integrados ao turismo (BRASIL, 2010a).

De acordo com Ruschmann e Widmer (2000) cabe ao Estado cuidar do planejamento por meio de políticas e legislação necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura básica, que proporcionará o bem estar da população residente e dos turistas. Deve cuidar, também, da proteção e conservação do patrimônio ambiental: natural, psicossocial e cultural, assim como criar condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos serviços e equipamentos nas destinações, necessários ao atendimento das exigências e anseios dos turistas, em geral, ficam a cargo de empresas privadas.

Uma vez que se definiram os territórios emergentes no Estado, o passo seguinte é o próprio recorte de quais localidades de um território serão atendidas. Nessa etapa é importante levar em consideração aspectos como:

Densidade de pequenas empresas ligadas à atividade turística e seu nível de organização através de entidades de classe.

Nível de prioridade do turismo para o poder público municipal, materializada por meio da existência de órgão local de turismo estruturado.

Proximidade geográfica e vínculos de identidade entre as localidades que proporcionem trabalhos integrados com a composição de roteiros e produtos complementares.

Grau de interesse dos parceiros permitindo que o projeto possa ser abrangente suficiente para gerar os impactos necessários. (BRASIL, 2010a, p. 21).

As dimensões também são importantes nesse processo, pois podem se relacionar com a identidade de um território independente do tamanho geográfico ocupado. Isso significa que um território pode ser desde uma propriedade urbana, uma propriedade rural, um bairro, um centro histórico de um município, o entorno de uma represa, um trecho de litoral, ou ainda um conjunto de municípios, estados, países, entre outros. Por isso, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010a, p. 22), é importante considerar as dimensões como:

1. Dimensão econômica: produção, comercialização e consumo.
2. Dimensão ambiental: clima, solo, relevo, hidrografia e vegetação.
3. Dimensão cultural: usos e costumes, gastronomia, patrimônio histórico e arquitetônico, manifestações culturais e artes em geral.
4. Dimensão sociopolítica: ministérios, secretarias estaduais, agências de desenvolvimento, conselhos, consórcios e organizações similares.

Para Ruschmann e Widmer (2000), em relação ao planejamento turístico, faz-se importante nomear as competências e atribuições de órgãos públicos e da iniciativa privada da seguinte maneira: às políticas públicas cabe estabelecer diretrizes e políticas para o desenvolvimento do setor; estabelecer normas e regulamentos de preservação ambiente, bem como para abertura e funcionamento de equipamentos e serviços turísticos; criar mecanismos de fiscalização e controle; promover o desenvolvimento da infraestrutura básica (vias de acesso, saúde, saneamento, outros; promover o desenvolvimento turístico nos níveis nacional, estadual e municipal; criar condições para a captação de recursos, promover facilidades a obtenção de créditos e financiamentos e estimular o desenvolvimento da atividade na esfera privada; realizar pesquisas e estatísticas sobre o turismo, bem como promover e incentivar o desenvolvimento destas em esferas não governamentais; e, incentivar a capacitação profissional, entre outros.

Continuam as autoras que à iniciativa privada cabe observar leis e regulamentos, mecanismos de fiscalização e controle; atuar no desenvolvimento da infraestrutura turística; planejar cuidadosamente o funcionamento de suas atividades e equipamentos para atender com qualidade às necessidades e desejos do turista; utilizar-se de mão de obra capacitada; desenvolver associações, visando a troca de experiências e informações para melhor articulação na criação e defesa de interesses perante empresariado e, ou governo; manter-se atualizado quanto às tendências do turismo; e elaborar pesquisas com clientes, acompanhando a funcionalidade e a qualidade de seu estabelecimento, entre outros (RUSCHMANN E WIDMER, 2000).

Segundo o Termo de Referência em Turismo (BRASIL, 2010a) as principais abordagens/ênfases para delimitação de um projeto turístico:

[...] Territorial (prioritário e preferencialmente): definindo o território de acordo com as prioridades dos poderes públicos, densidade empresarial e potencial para a atividade turística. Mesmo num projeto com ênfase territorial é importante a definição do conjunto de setores que serão atendidos dentro do espaço geográfico;

Setorial: existe quando se tem uma atividade empresarial bastante predominante em determinado território, o qual por sua densidade e complexidade demanda um projeto específico para a atividade. Podemos citar como exemplo projetos voltados exclusivamente para bares e restaurantes em algumas capitais.

Segmentação vocacional: trata-se de um projeto voltado estrategicamente para fortalecimento de um segmento turístico âncora do território. Leva em conta a classificação de Segmentação Turística adotada pelo Ministério do Turismo. Tais projetos podem ser focados num determinado território ou podem ser transversais em vários territórios com o mesmo potencial. Como exemplo, pode-se imaginar um Projeto de Turismo de Negócios na Cidade de São Paulo ou ainda um Projeto de Turismo de Sol e Praia para o Ceará. (BRASIL, 2010a, p. 22).

A atividade turística deve popularizar-se e humanizar-se, devendo ser acessível a todos, pois deve ser entendida como um direito de todos. Todas as dimensões da realidade (econômica, social, cultural e histórica) devem ser contempladas pelas políticas públicas ligadas ao turismo.

O desenvolvimento não pode ser apenas econômico, quantitativo, há de se respeitar, também, os valores e a qualidade de vida das comunidades de acolhimento, a qualidade do ambiente (princípio do desenvolvimento sustentável) e dos recursos naturais, as exigências de natureza cultural (princípio da preservação dos valores culturais) e da satisfação dos visitantes, como relata Vieira (2007).

2.3.1 Sustentabilidade e planejamento

A partir da premissa dos limites do desenvolvimento, ocorre a identificação da crise socioambiental, surgindo movimentos ambientalistas e grupos que tentam integrar os processos de desenvolvimento econômico às questões ambientais.

De acordo com Frey (2002),

Nas últimas décadas, a crise ecológica tem se tornado cada vez mais evidente e presente na consciência política coletiva, ganhando espaço significativo no discurso público, ao menos nos países mais desenvolvidos. Trata-se de um dos temas sociais mais importantes que tem provocado discussões conflituosas e, ao mesmo tempo, estimuladoras no campo das teorias políticas e sociais. As causas e implicações da crise do Estado e da própria política, de um lado, da deterioração dos laços sociais nas comunidades e a falta de capacidade para a ação coletiva numa sociedade cada vez mais individualista e consumista, de outro, são discutidas com crescente fervor, colocando em destaque a questão democrática e a própria capacidade da democracia liberal em intermediar e mitigar os crescentes conflitos socioambientais e em conduzir os destinos de sociedades complexas. (FREY, 2002, p. 02).

Segundo o autor, a luta contra agressões ao meio ambiente pressupõe uma luta pelo respeito e a garantia dos direitos básicos dos socialmente mais fracos e pela criação de uma esfera pública, dentro da qual podem ser discutidas e resolvidas questões referentes à ecologia e à natureza, como também referentes aos problemas sócio ambientais (FREY, 2002).

Em 1987, o relatório elaborado pela Comissão de Brundtland definiu Desenvolvimento Sustentável como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidades de atender as gerações futuras” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1987).

De acordo com Bilhim (2004, p. 81), o desenvolvimento sustentável é uma estratégia de desenvolvimento “que gere todos os ativos, recursos naturais e humanos, bem como os ativos financeiros e físicos, para aumentar a riqueza em longo prazo e o bem estar social”. Para ele, um conceito de desenvolvimento sustentável deve integrar os aspectos da valorização e respeito pelo ambiente, bem

como a análise intra e intergerações dos diversos componentes que integram o projeto de desenvolvimento participado (BILHIM, 2004).

A Carta do Turismo Sustentável (1995) decreta que o desenvolvimento sustentável é um processo orientado que contempla uma gestão global dos recursos com o objetivo de assegurar a sua durabilidade, permitindo conservar o capital natural e cultural, incluindo as áreas protegidas. O turismo é, portanto, um expressivo instrumento de desenvolvimento, que pode e deve participar ativamente na estratégia de desenvolvimento sustentável.

Já a Organização Mundial do Turismo (2001) defende que o desenvolvimento turístico sustentável deve satisfazer as necessidades dos turistas e das regiões de acolhimento ao mesmo tempo em que protege e potencializa novas oportunidades para o futuro, preconizando que todos os recursos devem ser geridos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas sejam satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte vitais.

Com a identificação da crise ambiental e com a inserção do conceito de desenvolvimento sustentável começam a ser formuladas, na década de 90, políticas públicas que desenvolvem suas estratégias e intervenções no âmbito do planejamento, buscando conciliar o processo de desenvolvimento com as questões ambientais emergentes. O conceito de sustentabilidade se encontra atrelado a elaboração e implementação de etapas de um planejamento com foco na gestão de recursos e serviços em prol da contínua satisfação humana, baseada na capacidade de sustentação dos seres humanos hoje, sem prejudicar futuras gerações.

No entanto, conforme Cavalcanti (2003), segundo o paradigma das sociedades ocidentais, há uma grande contradição no desenvolvimento sustentável visto que o princípio básico das sociedades capitalistas, o crescimento econômico, pressupõe a acumulação de capital, o que por sua vez acarreta no esgotamento de algum recurso.

Segundo Leff (2001, p. 28), o desenvolvimento sustentável foi apropriado pela ordem econômica e se tornou um discurso neoliberal sem dar justo valor ao meio ambiente e a cultura passando a funcionar “como uma ideologia para legitimar as novas formas de apropriação da natureza”. Assim, políticas estatais e privadas utilizam este discurso e toda a questão ambiental para maquiagem a degradação

causada pelo desenvolvimento. Os recursos destinados as ações que envolvem a preservação da natureza (e elas próprias), são, ainda, insuficientes para amenizar a crise, ao contrário, apenas a intensificam à medida que a natureza é transformada em capital natural, e são agregados valores monetários aos recursos ambientais, o que ao entender de Leff (2001) denomina-se neoliberalismo ambiental.

Segundo este autor,

[...] o conceito de ambiente se defronta com as estratégias fatais da globalização. O princípio da sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da reinvenção do mundo; não só de “um mundo no qual caibam muitos mundos”, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômico-ecológica globalizada. (LEFF, 2001, p. 31).

Do ponto de vista de Cavalcanti (2003), para que haja um verdadeiro desenvolvimento sustentável é imprescindível contrapor-se ao sistema capitalista, desenvolvendo princípios de austeridade e renunciando ao desenvolvimento sem limites.

Para Jacobi (2005),

a noção de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso determinar uma limitação definida nas possibilidades de crescimento e um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos. (JACOBI, 2005, p. 238).

Uma boa gestão de turismo deve exigir a garantia de sustentabilidade dos recursos dos quais depende, uma vez que a contribuição ativa do turismo pressupõe, necessariamente, a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os atores envolvidos no processo. Portanto, geram-se recursos com uso eficiente dos recursos ambientais, respeitando a autenticidade das comunidades de acolhimento e proporcionando vantagens socioeconômicas a todos os autores que devem estar claramente informados para poderem ser participativos no processo de desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003). Isso significa que desenvolvimento sustentável é a atividade que harmoniza a obrigação do crescimento econômico promovendo a igualdade social e a preservação do

patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras.

Neste contexto, os princípios que regem a sustentabilidade se referem a:

Sustentabilidade ambiental que assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos.

Sustentabilidade sociocultural, que assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo construir uma civilização mais igualitária, ou seja, com mais equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

Sustentabilidade econômica, que assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras.

Sustentabilidade político-institucional, que assegura a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil. (BRASIL, 2007, p. 20).

Considera-se, então, que os quatro princípios da sustentabilidade mantêm uma forte relação entre si, precisando ser planejados concomitantemente, pois essa é a única maneira de se alcançar a sustentabilidade. Do mesmo modo, os impactos do turismo sendo positivos ou negativos, também afetam todos os campos envolvidos por esses princípios. Embora o aspecto ambiental por vezes tenha sido tratado com mais ênfase, vários impactos têm um caráter muito mais sociocultural ou econômico do que exclusivamente ambiental (BRASIL, 2007).

A partir do momento em que se preocupa com a sustentabilidade do ambiente, a atenção recai sobre a pressão que se dá em relação aos recursos naturais, pois quando o consumo aumenta em áreas onde os recursos já são escassos haverá impactos negativos da prática turística.

Segundo Silveira (2002), os efeitos negativos do turismo são decorrentes quando o nível de utilização do lugar é elevado e, ou o número de visitantes é maior do que a capacidade do ambiente dentro dos limites aceitáveis de mudança. O turismo convencional ou de massa, ao se expandir de forma descontrolada representa uma ameaça potencial para muitas áreas naturais ao redor do mundo.

Também é preciso tomar cuidado quando o turismo forma uma grande pressão sobre os recursos locais, como energia, alimentos e outras matérias-primas que pode encontrar-se em falta. A grande extração e o transporte destes recursos agravam os impactos físicos associados à sua exploração.

Devido ao caráter sazonal do turismo, muitos destinos têm dez vezes mais habitantes na época de alta do que de baixa temporada. A elevada demanda é colocada em cima destes recursos para atender os turistas que geralmente têm altas expectativas (aquecimento adequado, água quente, etc.), conclui Silveira (2002).

Pelas razões expostas, o desenvolvimento de uma área, sem o devido planejamento, pode levar, rapidamente, ao esgotamento dos recursos naturais, à descaracterização do patrimônio cultural e à desestruturação social. E, conseqüentemente, a uma diminuição drástica da demanda turística da localidade, fazendo com que seu interesse turístico seja reduzido. A atividade turística, quando é desenvolvida para buscar apenas o lucro rápido em curto prazo, sem considerar as conseqüências desse modelo de desenvolvimento, compromete todo o processo e isso encurta seu ciclo de vida num determinado local (BRASIL, 2007).

Por isso a busca por um modelo de desenvolvimento que não degrade os recursos que constituem a base do turismo tornou-se fundamental para potencializar os benefícios que a atividade pode, reconhecidamente, gerar.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (2001), o Turismo sustentável é a atividade que satisfaz às necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro.

Portanto, o turismo, quando planejado e executado dentro dos princípios conceituais da sustentabilidade, fortalece a cultura local e regional preservando a identidade social, fomentando a diversidade cultural das comunidades, grupos e regiões, com elevação da autoestima dos indivíduos/cidadãos.

Assim, repensar o planejamento dos espaços de lazer dos municípios visando o reencontro do ser humano e a natureza, através de diferentes possibilidades de práticas nos espaços voltados ao turismo de aventura, pode contribuir no sentido de reverter alguns valores que vem tomando destaque no cotidiano das cidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando alcançar os objetivos propostos neste trabalho, optou-se por desenvolver a pesquisa dentro de um paradigma qualitativo de cunho interpretativo, caracterizada como um estudo de natureza exploratória. Segundo Gil (2008, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias [...]. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”. Este tipo de pesquisa é desenvolvida visando proporcionar uma visão geral sobre determinado tema, que geralmente é pouco explorado.

Primeiramente foi realizada a construção de um referencial teórico pautado em diferentes contribuições científicas, na procura de esclarecer os principais conceitos e teorias referentes às discussões. A pesquisa abrangeu referências de diversos campos do conhecimento, em especial da Geografia. Nessa perspectiva, foram utilizados como fontes de informação livros, artigos e trabalhos acadêmicos (dissertações e teses).

O segundo passo para se chegar ao objetivo do trabalho, se refere a contextualização da área de estudo: o município de Morretes - Paraná. Acredita-se que para discutir o planejamento e o desenvolvimento do turismo é necessário que sejam evidenciadas as características peculiares do local em questão. Portanto, para uma primeira aproximação com o elemento de estudo, realizou-se um diagnóstico preliminar, através de uma descrição sucinta do município, procurando ressaltar alguns aspectos relevantes do seu meio físico, biótico e socioeconômico. Nesta fase, a pesquisa foi realizada principalmente através de dados secundários obtidos a partir de documentos históricos, *sites* institucionais, *site* da prefeitura, legislação, instituições de pesquisa, além de pesquisas em livros, artigos, trabalhos acadêmicos e meios de comunicação. Tais dados se referem a elementos físicos, naturais, culturais, sociais, políticos e econômicos, inerentes à discussão sobre o turismo, além de ser uma referência em relação a forma como o homem interage com o espaço.

Em seguida, buscando responder as questões da pesquisa foi realizada a coleta de dados por meio de três instrumentos: pesquisa documental, observação acompanhada de registros fotográficos e entrevistas.

A pesquisa documental se referiu à busca por documentos e relatórios técnicos, legislação, planos, projetos e programas, que orientam as políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no município de Morretes. Segundo Gil (2008), este tipo de fonte possibilita a investigação dos processos de mudança social e cultural. Segundo o autor,

[...] Todas as sociedades estão continuamente mudando. Mudam as estruturas e as formas de relacionamento social, bem como a própria cultura da sociedade. Para captar os processos de mudança, não basta, portanto, observar as pessoas ou interrogá-las acerca de seu comportamento. Nesse sentido é que as fontes documentais tornam-se importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais etc. (GIL, 2008, p. 153).

Buscando compreender a atual forma de planejamento do turismo no Município de Morretes optou-se por analisar o Plano de Desenvolvimento Turístico e o Plano Diretor deste município. A análise destes tipos de documentos visou identificar questões pontuais a partir das questões de interesse (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

Segundo Ludke e André (1986, p. 38), “como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos”, e ao mesmo tempo, os dados revelados a partir desta técnica possibilitam a validação de informações obtidas nas outras fases da pesquisa. Portanto, fez-se necessário também uma pesquisa de campo composta por observação e entrevistas. A observação se constitui como um dos principais instrumentos de coleta de dados em abordagens qualitativas, no entanto, para que seja fidedigna, é necessário que seja planejada e sistemática (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

De acordo com Gil (2008), a observação pode ser utilizada como procedimento científico, à medida que serve a um objetivo formulado de pesquisa, é sistematicamente planejada e é submetida a verificação e controles de validade e precisão.

Esta técnica proporciona uma experiência direta em relação ao tema abordado, e permite uma maior aproximação da perspectiva dos sujeitos envolvidos na pesquisa, sendo uma forma de verificar a ocorrência de um determinado assunto (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

Em relação ao que deve ser observado, existe uma gama de possibilidades que segundo Ludke e André (1986), se encaixam em dois aspectos: descritivos e reflexivos. Está incluída no primeiro a descrição dos sujeitos, reconstrução de diálogos, descrição de locais, das atividades e do comportamento das pessoas, entre outros. Já no segundo entram reflexões analíticas e metodológicas, dilemas éticos e conflitos, esclarecimentos necessários.

Para responder às questões apresentadas neste estudo o conteúdo das observações foi de caráter descritivo, referindo-se a descrição dos locais selecionados em relação à localização, condições, manutenção, acessibilidade, segurança, atividades realizadas e apropriação por parte dos turistas.

Gil (2008) aponta para os meios utilizados na observação (que pode ser estruturada ou não estruturada) e para o grau de participação do observador (participante ou não participante), adotando as seguintes classificações: a) observação simples; b) observação participante; e c) observação sistemática.

De acordo com as características de cada uma dessas classificações, optou-se pela observação sistemática, que segundo o autor:

[...] é frequentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses. Nas pesquisas deste tipo, o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos. Por essa razão, elabora previamente um plano de observação. (GIL, 2008, p. 104).

A observação realizada no presente estudo se constituiu como não participante, já que o observador não interferiu na realidade, e estruturada, uma vez que houve o registro sistematizado das observações, realizado por meio de um protocolo de observação (apêndice I). O intuito foi descrever os espaços pesquisados desvendando características relacionadas ao perfil, acessibilidade e apropriação de cada espaço visitado, buscando responder as questões colocadas no início do trabalho.

Como auxílio, realizou-se um mapeamento fotográfico dos locais observados, dando subsídio às análises posteriores. As imagens⁵ puderam ser

⁵ A fotografia como fonte historiográfica adquire uma grande importância documental. Segundo Kossoy (2001, p. 28) ela é um “intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções”. Dessa forma, um registro da vida cotidiana que apresenta um fragmento da realidade. KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

utilizadas enquanto instrumento de pesquisa para representar o tema, uma vez que podem ser consideradas uma forma de linguagem e, portanto, uma fonte valiosa de informações visuais.

A escolha dos espaços observados foi realizada a partir de um mapeamento dos espaços onde ocorrem a prática do turismo de aventura no município de Morretes, sendo selecionados para a observação aqueles que corresponderam aos seguintes critérios:

- Desenvolvimento de práticas corporais de aventura na natureza: espaços que possibilitem a realização destas práticas;
- Visibilidade: espaços que são constantemente divulgados nos meios de comunicação;
- Visitação: espaços que contam com o maior número de visitantes e praticantes de atividades de aventura.

Portanto, após a análise desses três aspectos, os espaços selecionados foram:

1. Caminho Colonial do Itupava;
2. Parque Estadual Marumbi;
3. Rio Nhundiaquara;
4. Salto da Fortuna.

No Caminho Colonial do Itupava foram realizadas duas visitas, a primeira no dia 3 de agosto (somente a observação), e a segunda no dia 28 de setembro, (observação e entrevistas). Em ambas, as condições climáticas eram amenas, com sol entre nuvens. As visitas ao Rio Nhundiaquara ocorreram nos dias 12, 19 e 20 de outubro, dias de calor, sendo o primeiro com sol forte e os dois últimos com uma chuva leve. O Salto da Fortuna foi visitado nos dias 19 de outubro e 28 de dezembro, nos quais, apesar do calor, caía uma chuva leve. Já no Parque Estadual do Marumbi foram realizadas cinco tentativas de visitação, sendo as três primeiras impossibilitadas devido ao mau tempo. Na quarta tentativa, dia 24 de outubro, apesar da chuva, foi possível subir até o menor dos cumes, denominado Rochedinho. Na quinta tentativa, dia 10 de novembro, realizou-se a trilha até o Abrolhos. Todas as visitas foram realizadas durante o segundo semestre do ano de 2013.

O terceiro instrumento, utilizado com os turistas dos lugares observados, foi a entrevista, definida por Gil (2008) como

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2008, p. 109).

Existem três formas de entrevistas: entrevista estruturada, não estruturada e semiestruturada, sendo a última àquela utilizada no presente estudo. Para Triviños (1987) a forma selecionada tem como característica a presença de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, sendo o foco principal apresentado pelo investigador-entrevistador. Para o autor, a entrevista semiestruturada “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

O planejamento da coleta de informações acontece por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que abranjam os objetivos pretendidos, o que possibilita ao pesquisador coletar as informações básicas, e se organizar para o processo de interação com o informante (MANZINI, 2003).

A entrevista foi composta, portanto, por questões semiestruturadas formuladas de acordo com os objetivos do estudo (apêndice II). Quanto a forma de registro, foram realizadas anotações durante a entrevista.

Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas com os turistas que visitavam os locais observados (Caminho Colonial do Itupava, Parque Estadual Marumbi, Rio Nhundiaquara e Salto da Fortuna), não sendo estes identificados. Quanto ao número de entrevistas realizadas, optou-se por realizar cinco em cada espaço, dado o caráter qualitativo da pesquisa.

Por fim, o material coletado foi submetido à técnica de análise de conteúdo, através da construção de categorias elaboradas após análises primárias das informações e dados disponíveis.

Após a coleta de dados, a análise passou por uma fase de classificação e organização dos dados, e em seguida uma fase de teorização, em que o pesquisador não deve se deter à mera descrição das categorias achadas, mas

acrescentar uma abstração, um salto no sentido de procurar novas explicações e abstrações (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

Segundo Ludke e André (1986), há dois tipos de unidades: a unidade de registro, em que se observa a repetição de um determinado fato, e a unidade de contexto, em que se analisa a situação onde o fato ocorre.

Portanto, por meio das informações coletadas, foram elaboradas duas categorias de análise na intenção de responder às questões colocadas no início do trabalho. A primeira delas se referiu a como o poder público percebe e direciona o turismo de aventura e as práticas corporais na natureza, a partir de uma interpretação dos documentos que direcionam o planejamento. A segunda apontou como os turistas se apropriam dos espaços voltados ao turismo de aventura, além de discutir o papel destes espaços e a importância de planejá-los.

A partir dos dados obtidos, portanto, foi realizada uma análise interpretativa, em busca de um entendimento das questões que envolvem o planejamento e desenvolvimento do turismo de aventura, tentando identificar qual a importância das práticas corporais de aventura na natureza nesse contexto.

Acredita-se que a contextualização sobre o município auxiliou no entendimento do contexto em que o turismo está sendo estudado, além de fornecer uma visão sobre alguns dados quantitativos. O mapeamento fotográfico, o protocolo de observação, as entrevistas e a análise documental possibilitaram perceber como a administração pública planeja e desenvolve o turismo de aventura, além de perceber se existe uma compreensão sobre a relação entre o turismo, as práticas corporais na natureza, e o desenvolvimento do município.

4 ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE MORRETES - PARANÁ

Considerando que a forma com que o homem se apropria historicamente é condicionada pelas características do espaço que ocupa, bem como pelos fatores econômicos e políticos e sociais, para uma melhor compreensão da área de estudo, a seguir encontram-se algumas informações sobre o município no que se refere a sua evolução histórica, aos aspectos físicos e naturais, e à situação socioeconômica atual.

Os dados apresentados foram fundamentais no auxílio à discussão sobre o planejamento e desenvolvimento do turismo de aventura no município, uma vez que este depende das características do processo de desenvolvimento local.

4.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Até o século XVI, a área onde hoje se encontra o município de Morretes era território dos índios Carijós, e a partir de 1646, com a descoberta de jazidas de ouro, passou a ser ocupada por mineradores e aventureiros provenientes da cidade de São Paulo (IBGE, 2013).

O povoamento da localidade foi lento e, a partir de meados do século XVIII, os parnanguaras Capitão Antonio Rodrigues de Carvalho e sua esposa Dona Maria Gomes Setúbal se estabeleceram em Morretes, onde construíram uma Capela dedicando-a a Nossa Senhora do Porto e Menino Deus dos Três Morretes (IBGE, 2013).

A partir desta época, o lugar teve grande crescimento com o setor comercial, tornando-se ponto de referência obrigatória aos viajantes de serra acima e rio abaixo. No período de 1811 a 1832, o comércio e a indústria, particularmente o beneficiamento de erva-mate e a indústria de aguardente, sobrepujavam as demais atividades (IBGE, 2013).

Foi o ouvidor Rafael Pires Pardini quem determinou que a Câmara Municipal de Paranaguá autorizasse a medição e demarcação para a instalação do município de Morretes, sendo este desmembrado por completo da cidade de

Paranaguá em 31 de outubro de 1733 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013b).

Através da Lei Provincial nº 016, de 1º de março de 1841, Morretes foi elevada a categoria de município. Em 24 de maio de 1869, pela Lei providencial nº 188, Morretes teve sua denominação alterada para Nhundiaquara. Pela Lei Provincial de nº 227 de 7 de abril de 1870, voltou a denominar-se Morretes (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).

O nome do município deve-se pela presença de morros de pequena elevação, que eram denominados Morretes. A colonização do município de Morretes foi impulsionada pelo primeiro ciclo econômico do estado, a mineração, que desencadeou efeitos relevantes em todo o litoral (CUNICO, 2007).

4.2 LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS FÍSICO-NATURAIS

Situado no litoral do Estado do Paraná, o município de Morretes conta com uma área de 684,580 quilômetros quadrados e está localizado na microrregião de Paranaguá e mesorregião Metropolitana de Curitiba (IBGE, 2013). O município possui dois distritos administrativos, Morretes e Porto de Cima, e tem como limite os municípios de Paranaguá, Antonina, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais e Guaratuba (FIGURA 1). A distância da capital do Estado, Curitiba, é aproximadamente de 70,4 Km (IPARDES, 2013).

Apesar de ser um município considerado litorâneo, Morretes não possui balneários para a exploração do turismo sol e praia. Este município encontra-se entre o oceano Atlântico e a serra do Mar (planície litorânea), sendo a cobertura vegetal caracterizada pela Mata Atlântica (BASTARZ, 2009). Conta com atrativos naturais como o Rio Nhundiaquara, no qual são praticados: canoagem, *rafting*, *bóia-cross* e pesca. Conta também com o conjunto Marumbi (cadeia de montanhas, em que se destaca o Pico Marumbi, com 1.539 metros de altitude), onde são realizadas atividades como montanhismo e escalada, e com o Caminho do Itupava, o qual proporciona uma caminhada de aproximadamente 16 km em meio a natureza (BASTARZ, 2009).

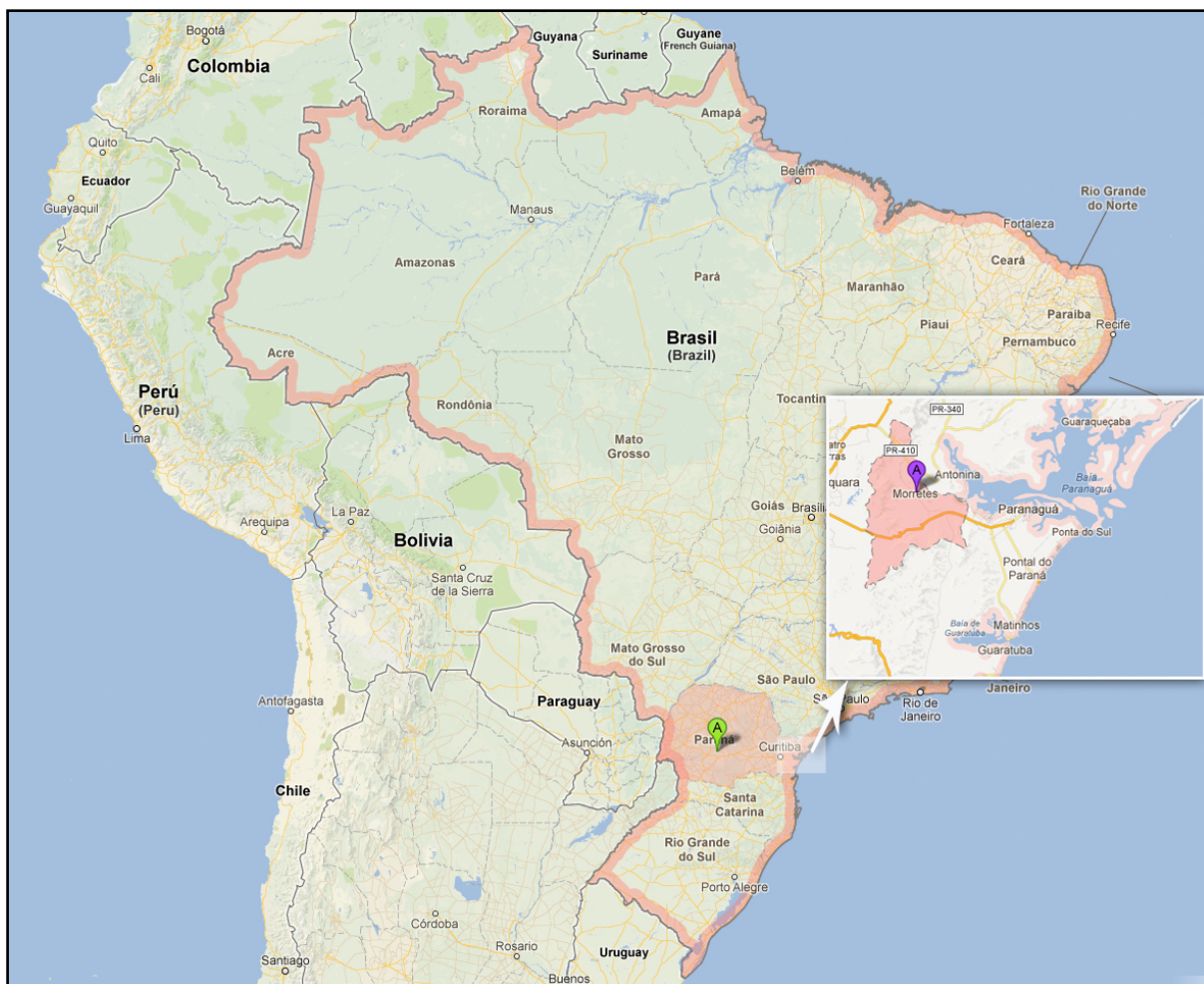


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ NO BRASIL E DO MUNICÍPIO DE MORRETES NO ESTADO DO PARANÁ
 FONTE: GOOGLE MAPS, 2013.

Segundo Cunico (2007), Morretes é composta por ambientes que abrangem desde as regiões com a clinografia mais acentuadas da Serra do Mar, vales encaixados, estreitos e profundos, até um relevo plano e suavemente ondulado originado por planícies aluvionares. Destaca-se que a Serra do Mar apresenta um importante papel na geomorfologia paranaense uma vez que separa os planaltos da região litorânea, e suas elevações se aproximam aos 2.000 metros de altura.

A autora aponta que a Serra do Mar apresenta um desnível maior para o oceano do que para o continente, possuindo taludes e vertentes íngremes para os dois flancos. O relevo é bastante acidentado, com vales profundos, estreitos e clinografia acentuada, e muitas vezes a drenagem está encaixada em linhas de falhas ou fraturas (CUNICO, 2007).

Em relação à geologia da região, esta se apresenta de forma complexa, abrangendo desde rochas de idade Proterozóica até sedimentos recentes da planície costeira, destacando-se as rochas de alto grau de metamorfismo, onde as mais comuns são os Migmatitos e Gnaisses (SALAMUNI E ROCHA, 2002). Deve-se considerar também a presença de rochas graníticas nas grandes extensões de Serra do Mar, sendo a Serra do Marumbi um exemplo expressivo (CUNICO, 2007).

Outro aspecto que merece atenção é relativo a vegetação. Segundo a classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) no Manual Técnico da Vegetação Brasileira, as classes de vegetação que caracterizam a Serra do Mar, e, por conseguinte as áreas de estudo são:

- Floresta Ombrófila Densa: associada a presença da Serra do Mar; fatores climáticos tropicais de elevada temperatura e de alta precipitação, sem período seco pronunciado;
- Floresta Ombrófila Mista: floresta com araucária e suas variações; ocorre no planalto, a partir da encosta da Serra do Mar;
- Áreas de Formações Pioneiras: espécies colonizadoras de ambientes novos; preparam o meio para a instalação subsequente de espécies mais exigentes ou menos adaptativas as condições ambientais existentes;
- Vegetação Secundária: refere-se aos estágios sucessionais de evolução da vegetação, seja dentro de um processo natural ou de recuperação após perturbação causada pelo homem;
- Refúgios Vegetacionais: vegetações encontradas acima do limite da Floresta Ombrófila Densa Altamontana; campos de altitude localizados nos topos dos morros, em solos muito rasos, e entre áreas de rocha exposta;
- Reflorestamento: áreas povoadas com espécies arbóreas predominantemente dos gêneros Pinus; espécies exóticas que podem causar danos aos sistemas naturais; em geral agressivas e com grande capacidade de colonização de áreas abertas.

Entre a vegetação habitam várias espécies de aves, mamíferos, anfíbios, répteis e peixes, algumas ameaçadas de extinção. A onça pintada, o macaco prego, o tucano, a suçuarana são alguns dos animais que representam a fauna da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013a).

Para proteger esta diversidade foram criadas no município as seguintes Unidades de Conservação⁶ (TABELA 3):

TABELA 3 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE MORRETES

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	ÁREA (HA)	MUNICÍPIO(S)	PROTEÇÃO
APA Estadual de Guaratuba	199.596,51	Morretes, Guaratuba, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Matinhos	Uso Sustentável
Parque Estadual da Graciosa	1.189,58	Morretes	Proteção Integral
Parque Estadual do Pau Oco	905,58	Morretes	Proteção Integral
Parque Estadual Roberto Ribas Lange	2.698,69	Morretes e Antonina	Proteção Integral
Vô Borges	21,50	Morretes	Uso Sustentável

FONTE: SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2013.

A partir das características apresentadas, destaca-se o potencial do município para o turismo de aventura uma vez que conta com características físico-naturais apropriadas à realização das práticas corporais de aventura na natureza.

No entanto, sem um planejamento adequado, toda esta biodiversidade de fauna e flora pode estar ameaçada pela exploração desmedida do homem em busca de riquezas ou diversão. Acredita-se que a proteção destes espaços não deve ser garantida pela restrição ao acesso do ser humano, mas sim pela apropriação de um espaço planejado, para que este sofra o menor impacto possível e que, além disso, possa de alguma maneira servir como um instrumento de desenvolvimento de um mundo sustentável.

4.3 ASPECTOS POPULACIONAIS E SOCIOECONÔMICOS

4.3.1 População

⁶ No ano de 2000, através da Lei Federal n.º 9.985, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, com objetivo de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC's). Dentre os objetivos relacionados ao uso público, está o favorecimento e promoção de práticas de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Segundo dados do IBGE (2013), entre os anos de 2000 e 2010, o aumento populacional no município de Morretes foi pouco significativo, sendo de 443 habitantes. Em 2010 Morretes contava com uma população de 15.718 habitantes dos quais, pouco mais da metade residia em área rural (TABELA 4). A densidade demográfica do município é de 22,96 hab/Km² (IBGE, 2013).

TABELA 4 – POPULAÇÃO URBANA, POPULAÇÃO RURAL E POPULAÇÃO TOTAL EM 2000 E 2010 NO MUNICÍPIO DE MORRETES - PR

MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	2000	2010
	Total	15.275	15.718
Morretes - PR	Urbana	7.153	7.178
	Rural	8.122	8.540

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013.

Cabe ressaltar que devido ao apelo turístico, o Município possui também um considerável volume de população flutuante que se concentra nos meses de novembro a março, embora esteja presente ao longo de todo o ano em menor intensidade (IBGE, 2013). Destaca-se a necessidade de preparar estes municípios para receber esta demanda, oferecendo um atendimento adequado à população local e aos visitantes.

4.3.2 Estrutura Urbana

A atividade turística demanda de uma série de elementos de infraestrutura, os quais se encontram relacionados a saúde, educação, saneamento básico, lazer, comércio e prestação de serviços, entre outros que se fazem essenciais para o seu desenvolvimento.

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em 2013, havia no município de Morretes 22 unidades de saúde (TABELA 5), sendo a metade destes estabelecimentos administrados pela esfera privada e a outra metade pela esfera pública (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

TABELA 5 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DE MORRETES, ANTONINA E MATINHOS – PR, EM ABRIL DE 2012

MUNICÍPIO	ESFERA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Morretes - PR	Público	11
	Privado	11
	Total	22

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012.

Em relação à educação, neste Município, encontram-se 25 instituições de ensino, sendo 22 administradas pela esfera pública e 03 pela esfera privada (TABELA 6) (SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2012).

TABELA 6 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MORRETES, EM 2012

MUNICÍPIO	ESFERA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Morretes - PR	Público	22
	Privado	03
	Total	25

FONTE: SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 2012.

Em relação à estrutura viária, este município é cortado pela rodovia BR-277, que liga Curitiba ao litoral do Estado, e a PR-410 (Estrada da Graciosa), que liga a rodovia BR-116 aos municípios de Morretes e Antonina. Pode-se chegar ao município também pela BR-376 (via Garuva/Santa Catarina), e pela Estrada de Ferro Paranaguá – Curitiba (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013a).

Há apenas uma rodoviária, de onde partem ônibus com destino à Curitiba e as outras cidades do litoral paranaense. A empresa responsável é denominada Viação Graciosa. O transporte coletivo é realizado pela Viação Porto, com a linha Porto de Cima (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013a).

4.3.3 Atividades Produtivas, trabalho e renda

Com a melhoria do sistema rodoviário nas décadas de 1970 e 1980, ocorre um crescente aumento do mercado imobiliário principalmente em apoio às atividades turísticas e de lazer em muitas regiões do país. Conseqüentemente, verifica-se também um crescimento da construção civil entre as atividades secundárias, além do comércio em geral. Esta situação pode ser observada no Município em questão através dos dados de emprego e renda disponibilizados pelo IBGE para os anos de 2000 e 2009 (TABELA 7) (IBGE, 2013).

TABELA 7 – POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS, EM 2010

ATIVIDADE ECONÔMICA	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.927
Indústrias extrativas	31
Indústrias de transformação	383
Eletricidade e gás	14
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	75
Construção	740
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	945
Transporte, armazenagem e correio	279
Alojamento e alimentação	381
Informação e comunicação	43
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	43
Atividades imobiliárias	10
Atividades profissionais, científicas e técnicas	120
Atividades administrativas e serviços complementares	229
Administração pública, defesa e seguridade social	357
Educação	323
Saúde humana e serviços sociais	95
Artes, cultura, esporte e recreação	67
Outras atividades de serviços	171
Serviços domésticos	472
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-
Atividades mal especificadas	464
Total	7.172

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013.

Atividades relacionadas à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, podem estar ligadas ao turismo, como por exemplo, a produção de farinha de mandioca, bala e cachaça de banana.

Em relação ao número de empregos, destacam-se as atividades de comércio varejista e de serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão, que segundo dados apresentados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2013), representam as atividades que geram o maior número de empregos perdendo somente para a

administração pública (TABELA 8). Tais atividades podem estar diretamente relacionadas ao turismo no município.

TABELA 8 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS, EM 2011

ATIVIDADE ECONÔMICA	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
Indústrias de extração e minerais	4	13
Indústrias de produtos minerais não metálicos	1	3
Indústria mecânica	1	1
Indústria da madeira e do mobiliário	2	5
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	6	159
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecido	2	9
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	11	48
Serviços industriais de utilidade pública	1	1
Construção civil	21	33
Comércio varejista	127	515
Comércio atacadista	2	19
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	4	22
Administradora de imóveis, valores mobil., serviços técnicos profis., auxiliar de atividades econômicas	25	88
Transporte e comunicações	18	74
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	95	365
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	5	53
Ensino	4	41
Administração pública direta e indireta	4	608
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	76	167
Total	409	2.224

FONTE: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2013.

Quanto ao rendimento, verifica-se que Morretes apresenta rendimento médio maior apenas do que no município de Guaraqueçaba, estando consideravelmente abaixo do nível médio estadual (TABELA 9).

TABELA 9 – RENDIMENTO MÉDIO (R\$) NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE NO ANO DE 2008

MUNICÍPIO	RENDIMENTO MÉDIO
Guaraqueçaba	640,07
Morretes	719,43
Guaratuba	791,63
Matinhos	795,08
Pontal do Paraná	796,85
Antonina	878,96
Paranaguá	1.298,92
Paraná	1.196,77

FONTE: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2013.

Deve-se destacar que o município é rota turística em função da estrada da graciosa e da estrada de ferro que interliga Curitiba, Morretes e Paranaguá, o que faz com que o turismo seja um significativo gerador de renda para a população local.

4.4 O TURISMO EM MORRETES

Morretes compõe a Região Turística do Litoral do Paraná⁷, juntamente com os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do Paraná (FIGURA 2).

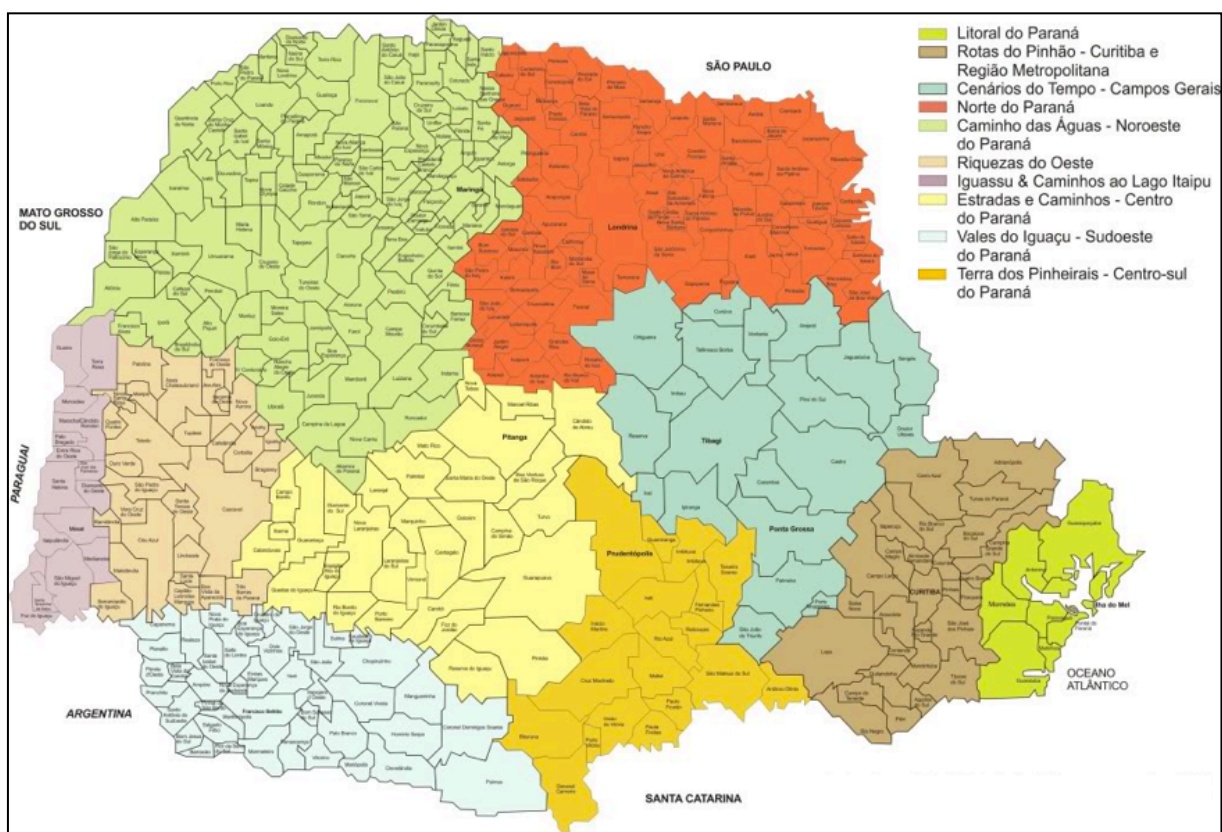


FIGURA 2 – REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ
 FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013a.

⁷ As Regiões Turísticas do Paraná fazem parte do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, proposto pelo Ministério do Turismo em 2004. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO – SETU. **Programa de Regionalização do Turismo** – Roteiros do Brasil. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=270>>. Acesso em 20 out. 2013.

Segundo estudo de demanda turística realizado pela Secretaria de Estado do Turismo nos anos de 2000 a 2006, a maior parte dos turistas é procedente de Curitiba e do sexo masculino (TABELA 10).

TABELA 10 – RESIDÊNCIA E SEXO DOS TURISTAS

	2000	2001	2002	2004	2005	2006
PROCEDÊNCIA						
Curitiba	58,3	55,8	61,8	52,4	64,1	58,1
Região Metropolitana	11,5	10,0	12,5	15,9	8,0	12,3
Outras/Paraná	11,6	14,2	13,8	11,3	15,1	14,2
Outros/Estados	16,9	17,6	11,9	18,1	12,4	14,5
Exterior	1,7	2,4	-	2,3	0,4	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
SEXO						
Masculino	79,3	70,2	68,4	79,5	80,4	74,3
Feminino	20,7	29,8	31,6	20,5	19,6	25,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013d.

(-) Dado desconhecido.

O estudo ainda aponta que o meio de transporte mais utilizado neste período foi o automóvel, que mais de 80% do público atual viaja em família e já visitou o litoral mais de uma vez, e que a grande maioria dos turistas utiliza como meio de hospedagem a casa de parentes e amigos, sendo que em 2006, apenas 13,7% hospedaram-se em hotel (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013d).

Em relação ao marketing, Morretes apresenta ações de promoção e comercialização planejadas, utilizando como apoio principalmente *folder*, livreto, mídia impressa e televisiva, *stands* em eventos.

Com relação à mídia online, Morretes possui dois sites oficiais, um institucional e outro contratado. Ambos os sites são bem elaborados, com informações concisas e completas, que atraem e auxiliam o potencial turista ou visitante. O enfoque no turismo é tão aparente que mesmo o site da prefeitura possui pouca informação sobre a mesma; sua página inicial remete aos dois segmentos turísticos principais: o ecoturismo e o turismo de aventura. Já o site contratado apresenta uma proposta de divulgação diferenciada, buscando propiciar um espaço crítico e educacional, com enfoque na preservação da cultura, história e meio ambiente (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013b, p. 58).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, referente ao Polo turístico do litoral paranaense, o litoral do Paraná conta com 73 atrativos turísticos prontos para visitação, sendo o turismo de aventura o terceiro

segmento com maior número de atrativos (14,7%), ficando atrás apenas do turismo cultural (25,3%) e do ecoturismo (24,0%) (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013b).

Em relação ao turismo cultural, Morretes apresenta diversos atrativos, entre os quais estão o centro histórico, a estação ferroviária e a Igreja de São Benedito. A cidade oferece também diversos restaurantes com a comida típica da região, o barreado (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).

Entre as principais potencialidades para o turismo, ligados ao ambiente natural estão “a cadeia de montanhas da Serra do Mar, que divide a planície litorânea do 1.º planalto; a presença de um dos últimos remanescentes no Brasil da Mata Atlântica” (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013b, p. 354). De acordo com este documento,

A serra do mar paranaense faz parte de um dos ecossistemas mais ricos do mundo em termos de diversidade de fauna e flora, configurando uma paisagem reconhecida pela beleza cênica e a necessidade de proteção. A paisagem equaciona a conservação do maior remanescente contínuo de Mata Atlântica, caminhos históricos e a atividades de lazer e aventura em um ambiente único. (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013b, p. 33).

A Serra do Mar, no município de Morretes, atrai turistas, principalmente, para a prática de ecoturismo e turismo de aventura.

O Caminho do Itupava e o Pico do Marumbi estão entre os sete Parques Estaduais do Paraná e com maior número de visitantes entre 2008 e 2012. No ano de 2012 o Caminho do Itupava recebeu 18.573 visitantes e o Pico do Marumbi 6.725 (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013c).

Entre as atividades ofertadas por operadoras locais e de Curitiba, destaca-se o cicloturismo nos caminhos históricos, montanhismo, *trekking* e *hikking* no Parque Estadual do Marumbi, *cascading* nas cachoeiras e *trekking* no caminho do Itupava (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013b, p. 177).

4.4.1 Espaços e equipamentos de lazer

Os espaços e equipamentos de lazer podem ser importantes atrativos turísticos para um município.

De acordo com Boullón (2002), são considerados atrativos turísticos os recursos naturais ou artificiais capazes de motivar a viagem e atrair turistas para o destino. São atrativos que se encontram em ambientes naturais tais como unidades de conservação, montanhas e morros, rios, quedas d'água e caminhos coloniais.

Neste contexto, a presença dos rios e das montanhas em Morretes significa que este Município conta com recursos que podem gerar potenciais atrativos relacionados ao turismo de aventura, caso recebam um planejamento e uma estrutura adequada.

Considerando os pressupostos acima, destacam-se a seguir alguns atrativos do município de Morretes, ligados ao turismo de aventura.

Igreja de São Sebastião do Porto de Cima:

Localizada em Porto de Cima, foi inaugurada em 1850 e possui características coloniais. Devoção de origem Portuguesa conta com uma arquitetura interna rica (FIGURA 3). Foi tombada e restaurada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1963 (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 3 – IGREJA SÃO SEBASTIÃO DE PORTO DE CIMA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2014.

Igreja Matriz de Nossa Senhora do Porto:

Situada no Largo da Matriz, sua construção teve início em meados de 1812, mas foi inaugurada somente em 1850, e possui em seu interior uma Via-Sacra a óleo executada pelo pintor morretense Theodoro de Bona (FIGURA 4). Em frente à igreja está instalado um sino, vindo de Portugal, com o brasão do Império, fundido no ano de 1854, além de uma cruz que data da passagem do século e um relógio em sua torre que funciona desde a fundação da igreja (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 4 – IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PORTO
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2014.

Igreja de São Benedito:

Localiza-se na confluência das Ruas Conselheiro Sinimbu e Fernando Amaro. Tombada pelo Patrimônio Histórico do Paraná, conta com seu estilo colonial e seu acervo histórico e artístico é bem conservado (FIGURA 5). Existem divergências quanto aos seus dados históricos, pois consta que foi construída por escravos em 1765, ou que sua fundação seria em 1863 (com sua torre edificada somente 53 anos mais tarde, em 1916, por iniciativa do provedor e tesoureiro Capitão Roberto França), ou ainda que sua inauguração tivesse sido em 01 de janeiro de 1884 e benta em 7 de setembro do mesmo ano (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 5 – IGREJA DE SÃO BENEDITO
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2014.

Galeria de Arte Mirtillo Trombini:

Localiza-se na Alameda João de Almeida, e os horários de visita são de terça-feira a domingo, das 9h às 16h. Foi inaugurada em 26 de maio de 1995, considerado um espaço filantrópico que realiza exposições permanentes retratando a história do Município através das pinturas do artista plástico e fundador Mirtillo Trombini (FIGURA 6). Possui salas expositivas, espaço de convivência e biblioteca (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e).



FIGURA 6 – GALERIA DE ARTE MIRTILO TROMBINI
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2014.

Casa Rocha Pombo:

Localizada no Largo Dr. José Pereira, conta com características arquitetônicas em estilo colonial da época dos jesuítas, sendo construída com duas frentes (FIGURA 7): uma para a cidade e outra para o Rio Nhundiaquara. Neste local funciona um centro cultural e encontra-se exposta a maquete da Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 7 – CASA ROCHA POMBO
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2014.

Marco Zero:

Localizado às margens do Rio Nhundiaquara, na Rua General Carneiro, está o Marco zero, fixado em 31 de dezembro de 1733, quando o Ouvidor Rafael Pires Pardiniho determinou aos oficiais da Câmara Municipal da Vila de Paranaguá, que demarcassem 300 braças para delimitação do município (FIGURA 8) (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 8 – MARCO ZERO
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2014.

Estação Ferroviária:

Localiza-se na Praça Rocha Pombo, de onde se tem uma bonita visão das montanhas da Serra do Mar. Construída em 1885, o antigo prédio deu lugar a uma estação com características modernas que possui lanchonetes, sanitários e barracas com produtos artesanais (FIGURA 9) (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 9 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2014.

Caminho da Graciosa / Estrada da Graciosa:

Liga Morretes a capital do Estado, Curitiba. O Caminho da Graciosa teve sua construção em duas etapas: a primeira da Serra do Mar, entre 1646 e 1653 e a segunda até o Atuba, entre 1848 e 1870. No entanto, a abertura definitiva se deu somente após a Emancipação da Província, em 1872. A Estrada da Graciosa é considerada um percurso do Caminho da Graciosa, que conta com churrasqueiras, sanitários, quiosques para venda de produtos típicos, mirantes, a ponte de ferro sobre o Rio Mãe Catira e o Portal da Graciosa (FIGURA 10). Acredita-se que esta parte do percurso tenha sido concluída por volta de 1873, apesar de não ser possível precisar quando foram finalizadas as obras (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 10 – PORTAL DA GRACIOSA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2006.

Estrada do Anhaia:

Remanescente do Caminho do Arraial, a estrada foi a primeira ligação entre o litoral e o planalto, aberto entre 1586 e 1590 (FIGURA 11). Durante o percurso são encontrados dois alambiques ativos e vários desativados (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 11 – INÍCIO DA ESTRADA DO ANHAIA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2014.

Morro do Sete:

Encontra-se na área do Parque Estadual Roberto Ribas Lange, na porção oriental do conjunto Marumbi, e está há 27 km do centro de Morretes, sendo o acesso realizado pela Estrada da Graciosa. Possui aproximadamente 1.450 metros de altitude, de onde pode ser vista grande parte da planície litorânea (FIGURA 12). A subida é de nível difícil, levando em torno de cinco horas (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).

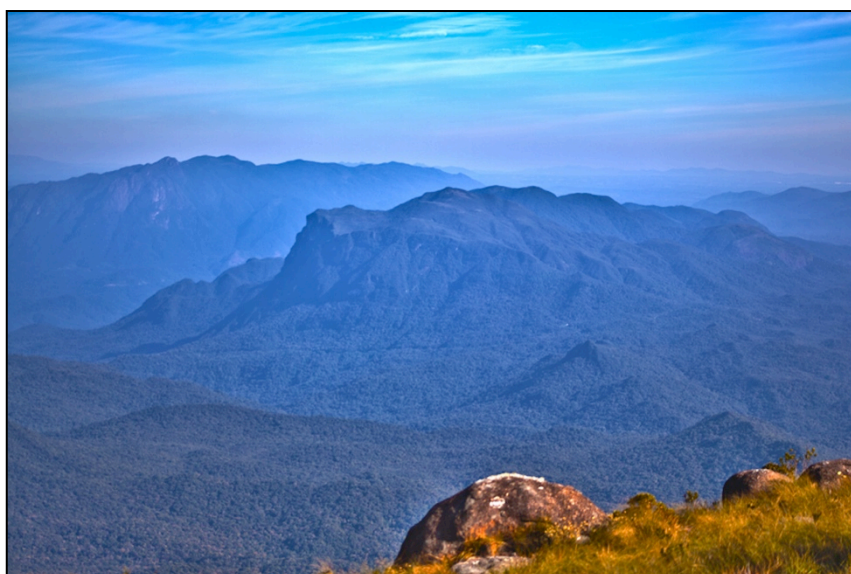


FIGURA 12 – MORRO DO SETE
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2012.

Salto dos Macacos e Salto Redondo:

Ambos estão localizados na Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi. O Salto dos Macacos apresenta aproximadamente 70 metros de altura e forma uma piscina natural (FIGURA 13). Já o Salto Redondo, com 40 metros de queda livre forma no seu topo um mirante natural com vista para o conjunto Marumbi. Existem dois caminhos de acesso: por ferrovia, desembarcando na Estação do Marumbi, ou via Porto de Cima pela Estrada de Prainhas (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 13 – SALTO DOS MACACOS
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2005.

Salto da Fortuna:

O Salto da Fortuna é uma cachoeira de 50 metros de altura com uma grande piscina natural em sua base (FIGURA 14). Localiza-se no Parque Estadual do Pau Oco, que foi criado em 1994 com o objetivo de proteger seus 905,58 hectares, remanescentes da Floresta Atlântica. O acesso é feito pela estrada da Anhaia, e a trilha, considerada de nível leve, é percorrida em aproximadamente 40 minutos, porém não está sinalizada em alguns pontos. No início da trilha há um local onde é realizado o cadastro dos visitantes (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e).



FIGURA 14 – SALTO DA FORTUNA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

Parque Estadual Pico Marumbi:

O Parque está localizado na Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar e o acesso pode ser realizado de três formas: pela trilha do Caminho Colonial do Itupava, por ferrovia, desembarcando na Estação do Marumbi, ou via Porto de Cima pela Estrada de Prainhas. O parque é administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e atração do Parque é o Conjunto Marumbi, uma cadeia de montanhas formada por oito picos: Olimpo ou Marumbi (1.547 metros); Boa Vista (1.500 metros); Gigante (1.487 metros); Ponta do Tigre (1.400 metros); Esfinge (1.378 metros); Torre dos Sinos (1.280 metros); Abrolhos (1.200 metros) (FIGURA 15); e Facãozinho (1.100 metros). No Parque há também a cachoeira dos Marumbinistas, uma queda d'água quase vertical, com uma altura de aproximadamente 50 metros. Muito procurado para a prática do montanhismo, por proporcionar escaladas em todas as modalidades e graus de dificuldade. As trilhas variam do nível leve ao nível pesado, e contam com sinalizações (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).

O Parque foi criado em 1990 e tombado pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade. Conta com uma área de 8.745 hectares destinados à “preservação da flora e fauna da região, ao desenvolvimento de pesquisa científica, à promoção da educação ambiental e do lazer de forma participativa e ordenada” (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013c).



FIGURA 15 – CUME DO ABROLHOS – PARQUE ESTADUAL DO PICO MARUMBI
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

Caminho Colonial do Itupava:

Aberto entre 1625 e 1654, a partir de uma trilha indígena do período pré-colonial e calçado com pedras irregulares no século XIX, o Caminho do Itupava liga os municípios de Morretes e Quatro Barras, e por quase 250 anos foi a principal via de comunicação entre o litoral e o planalto curitibano. São 22 quilômetros de trilha (FIGURA 16), que passam por sete passarelas e três pontes semi-pênseis. Além disso, o caminho cruza a ferrovia e passa por pontos históricos como a Casa do Ipiranga e pelo Santuário de Nossa Senhora do Cadeado. O caminho cruza três unidades de conservação: a Área Especial Interesse Turístico do Marumbi e os Parques Estaduais do Pico do Marumbi e Serra da Baitaca. Após abertura da Estrada da Graciosa se iniciou o declínio do Caminho, tendo se extinguido quase por completo após a abertura da ferrovia Curitiba-Paranaguá, em 1885, entretanto, o caminho foi restaurado para a prática de esportes como o *trekking* e montanhismo (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).

Segundo dados da Secretaria de Turismo (2013c), a visitação neste local tem uma grande variação, sendo que no ano de 2010 o Itupava recebeu 13.961 visitantes, em 2011, 7.296 pessoas passaram pelo caminho, e em 2012, após um processo de revitalização, recebeu 18.573 visitantes.



FIGURA 16 – TRILHA DO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2012.

Rio Mãe Catira:

O acesso se dá pelo Recanto Mãe Catira, na Estrada da Graciosa. Este Rio atravessa a Estrada da Graciosa na região ao pé da Serra e logo abaixo se conflui com o rio São João para formar o rio Nhundiaquara (FIGURA 17) (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e).



FIGURA 17 – RIO MÃE CATIRA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2006.

Rio Nhundiaquara:

O Rio Nhundiaquara nasce da junção dos rios São João e Mãe Catira e corta o Município em sentido de Oeste para Leste. O Nhundiaquara é navegável em aproximadamente 12 km (de Porto de Cima a Barreiros) e permite a prática de esportes como canoagem, pescarias e boia-cross, além de ser utilizado para banhos de rio nos pontos como Porto de Cima (FIGURA 18), e o Poço Belga. Como atrações destacam-se a Ponte Velha, sobre o rio, no centro da cidade, considerada uma obra de arte com portais rebuscados, inaugurada em 1912 e recuperada em 1975, por ser uma importante via de comunicação da cidade e por sua importância histórica e turística no contexto de Morretes. Em alguns locais existem pontos de comércio como lanchonetes e pousadas (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013e; PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013).



FIGURA 18 – RIO NHUNDIAQUARA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi utilizada com o objetivo de conseguir informações e conhecimentos acerca da importância dos espaços para o turismo de aventura no município de Morretes, e como estão sendo pensadas as políticas públicas de planejamento. Para tanto primeiramente foi realizada uma análise do Plano de desenvolvimento Turístico e do Plano Diretor Municipal, documentos em que constam as diretrizes que direcionam as políticas públicas de planejamento dos espaços turísticos. Em seguida foram realizadas observações e entrevistas semiestruturadas com turistas nos seguintes lugares: Parque Estadual Pico Marumbi; Caminho Colonial do Itupava; Salto da Fortuna; e Rio Nhundiaquara.

A seguir são apresentados os resultados, análises e discussões referentes aos dados coletados.

5.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO DO TURISMO DE AVENTURA EM MORRETES

Visando delimitar o campo de estudo, entre os instrumentos de planejamento foram selecionados o Plano de desenvolvimento Turístico e do Plano Diretor Municipal, uma vez que é a partir das diretrizes contidas nestes documentos que deve se desenvolver o turismo de aventura no município de Morretes.

5.1.1 O Plano de Desenvolvimento Turístico de Morretes

O Plano de Desenvolvimento Turístico de Morretes está dividido em quatro partes sendo que a primeira delas se refere ao Planejamento. Apresentam-se os princípios orientadores da Política de Turismo do Estado do Paraná como norte para as políticas de planejamento, sejam eles: sustentabilidade; mobilização; visão sistêmica; parcerias; descentralização; regionalização; inclusão social;

competitividade; conhecimento; qualidade (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ, 2010).

Segundo o documento, o planejamento estratégico está baseado em objetivos em longo prazo, buscando a inovação e a diversificação. Apresenta, além disso, uma “hierarquia de objetivos” que deve ser levada em consideração na administração do turismo, a qual é apresentada da seguinte forma: influências econômicas do ambiente (ligados à localização geográfica e mercados existentes); influências não econômicas (ligado à cultura); influências internas (econômicas: ligadas à capacidade de emprego e renda; e não econômicas: ligadas à relação cultural, melhoria da qualidade de vida e preservação ambiental).

Ressaltam-se também os objetivos do planejamento:

[...] o planejamento dá coerência e convergência às atividades em prol do crescimento do turismo. Além disso, deve converter recursos naturais em recursos turísticos, ordenando o território e melhorando as infraestruturas, equipamentos, serviços, promoções e preservação do ambientes físico, natural e urbano. [...] Dois objetivos básicos prevalecem no planejamento indutos do desenvolvimento do turismo:

1. Buscar a elevação da qualidade da oferta turística, em sua forma mais abrangente, coordenando ações, recursos e instrumentos técnicos, de forma a estimular as áreas receptoras a atender as necessidades e desejos do consumo de lazer.
2. Estudar um modelo de ocupação territorial que atenda as demandas e ao desenvolvimento sustentável do turismo.

A segunda parte do documento se refere a Informações Administrativas, sendo bastante descritiva. A terceira coloca os Aspectos Gerais, sendo dividida em: análise socioeconômica (destaque para a atividade turística, gerada pela posição geográfica do município, evidenciando os seguimentos gastronômico, ecoturismo e turismo de aventura e cultural), análise da oferta (descrição dos atrativos), e análise da demanda (dados sobre demanda pela Secretaria de Estado de Turismo sobre o litoral do Paraná).

Na quarta parte é efetivamente apresentando o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Morretes, a partir do seguintes itens:

- **Justificativa:** analisar a viabilidade do desenvolvimento planejado e ordenado do turismo no município. Ressaltando que toda atividade turística é econômica, propõe-se tornar Morretes um núcleo receptor com espaços bem cuidados, boa estrutura e pessoal capacitado na prestação de serviços. O

documento também propõe dar suporte às atividades e projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal.

- **Diagnóstico:** o município tem potencial para o desenvolvimento do turismo cultural (necessidade de cuidados com o centro histórico); fácil acesso rodoviário; sinalização turística e informativa deficiente; potencial para o turismo na natureza, como ecoturismo e turismo de aventura; interesse do poder público no envolvimento da comunidade nas atividades, porém a comunidade em geral ainda não está tão envolvida com o processo de conscientização e sensibilização turística; deve-se considerar a sazonalidade; preocupação do município com o meio ambiente, já que possui muitas áreas de preservação ambiental; saneamento básico é precário; necessidade de melhorar a imagem do município, obtendo mais recursos para o marketing; necessidade de incentivar a qualificação profissional; falta estrutura na área rural.

- **Prognóstico:** investir na restauração do patrimônio histórico, preservação dos recursos naturais, melhorar a sinalização informativa e turística, investimento na infraestrutura, capacitação e sensibilização turística para o envolvimento da comunidade, melhoria no saneamento básico, quanto à área rural, formular roteiros que estimulem o turista a conhecer mais profundamente o município, investir em marketing turístico.

- **Objetivos:** o principal objetivo do documento é definir um planejamento ordenado e coerente com as necessidades de desenvolvimento turístico do município de Morretes. Além disso, apresentam-se entre os objetivos: articulação entre organizações públicas e privadas; definir políticas de implantação de equipamentos e atividades; coordenar e controlar o desenvolvimento espontâneo; incentivar a implantação de equipamentos e serviços turísticos; maximizar os benefícios socioeconômicos (minimizar custos e aumentar a rentabilidade); garantir que espaços necessários do desenvolvimento turístico não sejam utilizados para outros fins; evitar deficiências; minimizar a degradação; conscientizar as autoridades públicas da importância do planejamento; capacitar vários serviços públicos e privados para a atividade; garantir os padrões reguladores exigidos a iniciativa privada; ligar a imagem do destino com a proteção do meio ambiente e qualidade dos serviços prestados; atrair financiamentos e assistência para o desenvolvimento do turismo.

- **Estratégias:** apoio da Prefeitura Municipal de Morretes, através da Secretaria de Turismo e Cultura; parceria com Eco Paraná e entidades como Banco do Brasil, IAP, SENAC, SEBRAE e Secretaria de Estado do Turismo para o fomento do turismo e a capacitação de moradores, criando novos projetos e aproveitando projetos já existentes.

- **Proposta de atuação:** estudos e pesquisas (área econômica); articulação institucional público e privada (parcerias); infraestrutura básica e de apoio ao turismo (melhorar oferta e equipamentos para satisfação dos visitantes); estimular o turismo de aventura e o ecoturismo; criar atividades ligadas ao meio ambiente, promovendo a sensibilização e a preservação ambiental; financiamentos e investimentos no turismo (oportunidade de negócios); conscientização, sensibilização e profissionalização da Comunidade (capacitação da comunidade); marketing e comercialização (promover o município).

Por fim, o documento apresenta como conclusão, que se pode “transformar o turismo em uma poderosa atividade econômica” mas que é necessário a conscientização dos governantes, visitantes e comunidade, e que o planejamento turístico é uma forma de “estudar, estruturar e desenvolver o turismo no município de Morretes”, sendo o documento apresentado uma forma de se enquadrar neste planejamento para o crescimento e a satisfação de todos os envolvidos no processo.

5.1.2 O Plano Diretor Municipal de Morretes

O Plano Diretor Municipal de Morretes é composto por 125 Artigos e apresenta-se dividido em cinco Títulos. Todo o conteúdo deste documento pode exercer influência na atividade turística e conseqüentemente no segmento da aventura, no entanto, a seguir, destacam-se as partes que foram consideradas de maior influência em relação ao tema abordado no estudo.

Título I - Das Disposições Preliminares:

Destaca-se o Artigo 2º

Art. 2º O Plano Diretor do Município de Morretes tem por finalidade precípua orientar a atuação do Poder Público e da iniciativa privada, prevendo políticas, diretrizes e instrumentos para assegurar o adequado ordenamento territorial, a contínua melhoria das políticas sociais e o desenvolvimento sustentável do Município, tendo em vista as aspirações da população.

O Plano Diretor é responsável pelo adequado ordenamento do município, tendo a função de orientar o desenvolvimento de Morretes para que ele se dê de forma sustentável. É importante destacar também que “o Plano Diretor se aplica a todo o território do Município de Morretes”.

O Capítulo I trata dos princípios e objetivos e está dividido em três Seções. A primeira Seção fala dos Princípios Fundamentais os quais se referem à participação popular; gestão democrática; direito ao espaço urbano e rural; desenvolvimento justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado; e combate a pobreza e redução das desigualdades sociais. Em relação ao tema da pesquisa, pode-se apontar a importância da participação popular e gestão democrática no que se refere ao planejamento do turismo, o direito ao espaço de lazer que atenda as necessidades da população, e o desenvolvimento do turismo de aventura como uma atividade de baixo impacto e economicamente viável, podendo auxiliar na redução das desigualdades sociais.

A segunda Seção se refere aos objetivos gerais, ou seja, o estabelecimento de políticas e diretrizes para desenvolvimento do município, para o cuidado com o meio ambiente e o patrimônio cultural, histórico, paisagístico, artístico e arquitetônico, e para uma adequada infraestrutura urbana e rural, entre outros.

A terceira Seção, sobre os objetivos específicos, aponta os objetivos municipais, os objetivos urbanísticos, e os objetivos institucionais. Dentre estes os que se relacionam mais intimamente com o tema pesquisado são os objetivos municipais:

- I - manter e aperfeiçoar a unidade territorial do Município, ampliando os meios para o aproveitamento racional dos recursos naturais e da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, para facilitar a diversificação e melhorar a competitividade das atividades produtivas, urbanas e rurais, promovendo o desenvolvimento econômico no Município;
- II - orientar o poder municipal na gestão do território, considerando a inter-relação entre fatores naturais e antrópicos, pela definição de macrozoneamento e pela indicação de alternativas de descentralização de equipamentos e serviços para atender de modo equilibrado as demandas sociais;

III - definir diretrizes e ações para aquelas áreas do Município que estão sob interferência direta do processo de urbanização, em especial as áreas urbanas do Distrito Sede e do Distrito Porto de Cima.

Torna-se importante destacar que o Distrito de Porto de Cima é local de passagem dos turistas que buscam as atividades de aventura, podendo esta contribuir com o processo de urbanização.

O Capítulo II trata das funções sociais da propriedade, definidas como “aquelas indispensáveis ao bem-estar de seus habitantes, incluindo: a moradia, a infraestrutura urbana, a educação, a saúde, o lazer, a segurança, a circulação, a produção e comercialização de bens, a prestação de serviços e a proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais ou criados”. Ou seja, a utilização do solo deve estar compatível com estas funções.

No Capítulo III, são apontados os fatores favoráveis e restritivos ao desenvolvimento do município. Entre os fatores favoráveis estão: I - o potencial paisagístico para o desenvolvimento do turismo no município; II - o patrimônio histórico e cultural do município; IV - a sua inclusão na microrregião do litoral que se traduz na proximidade da orla litorânea paranaense, com um potencial turístico elevado; VI - a existência de importantes áreas remanescentes de Mata Atlântica no seu território. Nota-se o turismo como um importante fator de desenvolvimento e a área de Mata Atlântica, neste contexto, pode se constituir como um polo do Turismo de Aventura.

Entre os fatores restritivos destaca-se a redução dos padrões de qualidade de vida pela deterioração da qualidade ambiental. É neste sentido que se destaca a importância de planejar o turismo para que não contribua com a degradação ambiental.

Título II Da Promoção Humana:

As diretrizes gerais da Política de Promoção Humana se referem às ações no âmbito da saúde, educação, habitação, ação social, esportes e lazer, e cultura, universalizando o acesso e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. Cada Capítulo se refere a um dos âmbitos citados, e de certa forma, todos se relacionam ao turismo, se observar que quanto melhor o município nestas questões, maior a probabilidade de atrair turistas.

Destaca-se o Capítulo V, referente à política municipal de esporte e lazer, uma vez que os espaços de lazer para a população local constituem também espaços de lazer para os turistas. Nesse sentido, nota-se uma visão esportivadora e que não leva em consideração as atividades de aventura na natureza como possibilidade de lazer. Percebe-se este fato ao verificar que os objetivos e diretrizes, desse âmbito, estão, em quase sua totalidade, voltados ao incentivo ao esporte.

Título III Do Desenvolvimento Municipal:

A política de Desenvolvimento Municipal prioriza o desenvolvimento sustentável, orientando-se, entre outros, “pela priorização de atividades geradoras de dinamismo econômico sustentável”, o qual se acredita ser o caso do turismo de aventura. O capítulo I fala da política de desenvolvimento econômico e está dividido em três seções. A primeira refere-se às diretrizes gerais para o desenvolvimento econômico, a segunda seção trata das diretrizes para o desenvolvimento turístico, e a Seção III, das diretrizes para o desenvolvimento rural.

Destaca-se a Seção II, constando entre suas diretrizes:

- II - compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município e da região;
- III - apoiar e incentivar iniciativas para instalação de infraestrutura de suporte ao turismo;
- IV - implementar o Plano Turístico Municipal;
- V - fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável, através da definição de políticas e implantação de ações que assegurem o fortalecimento da atividade econômica no município, gerando emprego e renda, e a garantia da preservação dos recursos naturais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações fixas;
- VII - articular ações, através da integração do plano municipal com os planos estadual e regionais, da busca de parcerias com a iniciativa privada a fim de incrementar o fluxo turístico e promover o desenvolvimento das potencialidades turísticas;
- VIII - atender o turista, através da implantação de pontos de atendimento ao turista e ao estímulo da cultura da hospitalidade, fazendo com que o turista aumente seu tempo de permanência e reconheça a excelência da prestação dos serviços públicos;
- X - identificar as áreas de maior potencialidade turística no território municipal, para o desenvolvimento de projetos de intervenções pontuais que visem a sua otimização, respeitando as diretrizes de ordenamento do uso do solo;

Observa-se uma visão voltada à captação de recursos financeiros, sem considerar o turismo como uma forma de interação entre ser humano com espaço e uma forma de desenvolvimento pessoal.

Título IV Da Política Urbana e do Meio Ambiente:

Esta parte encontra-se dividida em cinco Capítulos. O Capítulo I aponta diretrizes gerais para a área urbana. O Capítulo II refere-se ao macrozoneamento, e tem o objetivo de estabelecer a ocupação do solo urbano e rural.

Segundo o documento o território fica dividido nas seguintes macrozonas (FIGURA 19):

I - Macrozona Urbana (Sede Municipal, Porto de Cima, São João e Sambaqui);

II - Macrozona de Proteção Ambiental (áreas com declividade superior a 45%, faixas de preservação permanente ao longo das margens de cursos da água e nascentes, e áreas com cobertura vegetal nativa);

III - Macrozona da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar;

IV - Macrozona da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba;

V - Macrozona dos Parques;

VI - Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Econômico, (100 metros ao longo de cada lado da rodovia BR – 277);

VII - Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Turístico I (faixa de 100 metros ao longo das rodovias PR-410 e PR-411);

VIII - Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Turístico II (100 metros ao longo da rodovia PR-408 e PR-411);

IX - Macrozona do Eixo de Desenvolvimento Turístico III (faixa de 100 metros ao longo da Estrada do Anhaia);

X - Macrozona Rural (demais áreas do território municipal).

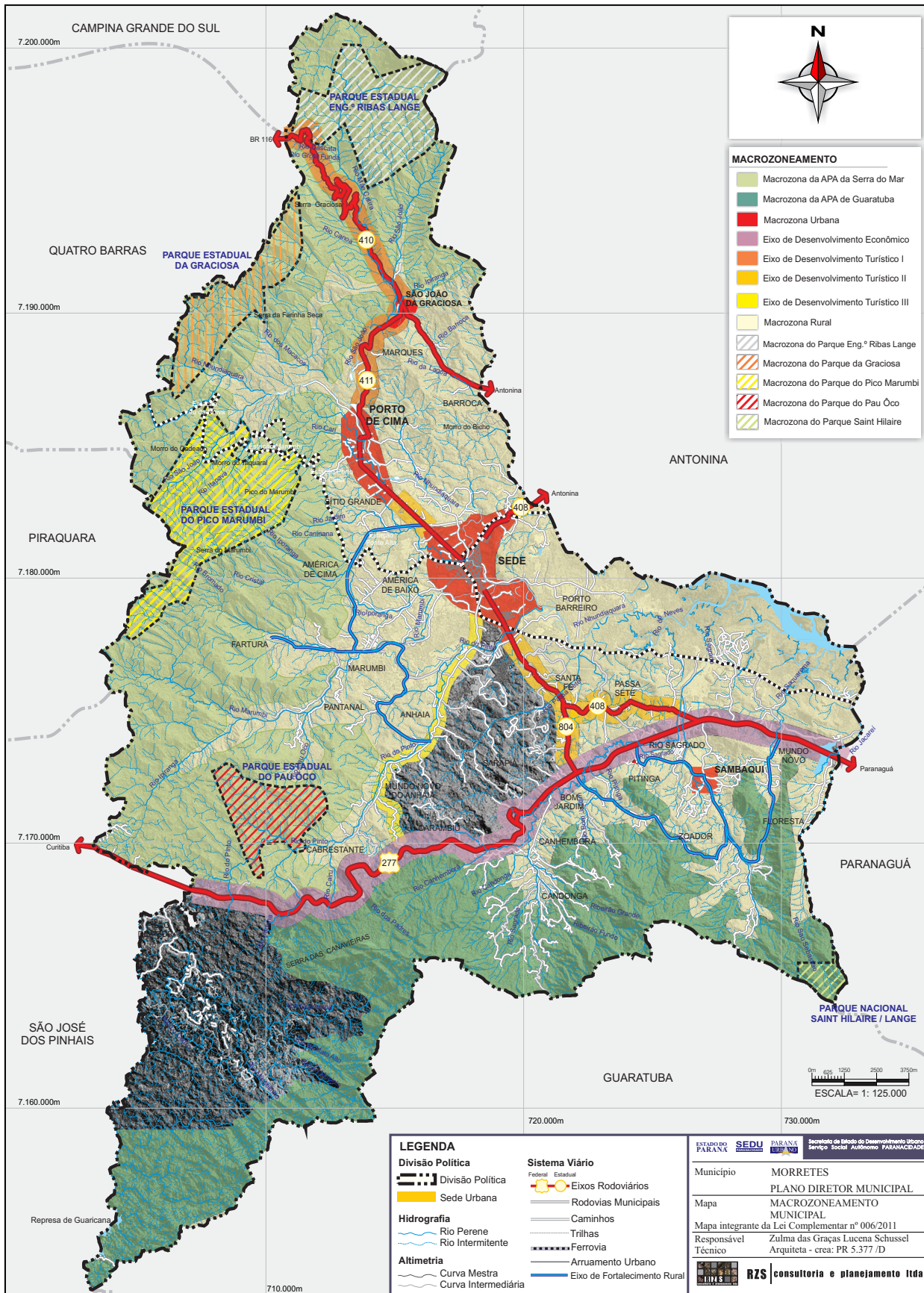


FIGURA 19 – MAPA DO MACROZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MORRETES
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES, 2013.

Os objetivos relativos as macrozonas se referem basicamente a garantir a sustentabilidade ambiental e impedir a instalação de atividades conflitantes. Nas macrozonas turísticas I, II e III, fica clara a prioridade em desenvolver atividades econômicas que incentivem a preservação ambiental e que promovam o desenvolvimento econômico das pequenas propriedades.

O Capítulo III, sobre a política municipal de mobilidade, e o Capítulo IV, sobre a política de saneamento, podem estar relacionadas ao turismo uma vez que o município deve apresentar condições adequadas para atrair o turista. No entanto, essa questão se distancia do objeto da presente pesquisa.

O Capítulo V que trata da política do meio ambiente, não aponta nenhuma diretriz diretamente relacionada ao turismo, e este não é visto como um tempo/espaço de educação ambiental. Mesmo não estando diretamente relacionada ao turismo, destaca-se a seguinte diretriz: “capacitar os agentes ambientais para o desenvolvimento de atividades de lazer e cultura voltadas à consciência ambiental”.

Título V Do Sistema de Planejamento e Gestão:

Esta parte divide-se em seis capítulos que se referem à: gestão pública; participação popular; sistema e processo de planejamento urbano; secretaria municipal responsável pelo desenvolvimento territorial e urbano do município; conselho da cidade de Morretes; sistema municipal de informações. Nenhum destes capítulos faz relação direta com a atividade turística.

Título VI Dos Instrumentos de Política Urbana:

Divide-se em oito Capítulos, a saber: aproveitamento adequado do solo urbano; parcelamento, edificação ou utilização compulsória; IPTU progressivo no tempo e da desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública; operações urbanas consorciadas; consórcio imobiliário; direito de preferência; direito de superfície; estudo de impacto de vizinhança. Mais uma vez, não foram encontradas diretrizes que fazem menção direta a atividade turística.

Título VII Das Disposições Gerais e Transitórias:

Apenas orienta questões de ordem burocrática.

Pode-se dizer que as diretrizes encontradas no Plano de desenvolvimento Turístico e do Plano Diretor Municipal, embora apontem a premissa da sustentabilidade, focam o desenvolvimento econômico. Além disso, ressaltam o potencial do município para o turismo de aventura mas apresentam orientações evasivas em relação a sua implantação.

Os documentos citados visam orientar a atividade turística, o que pressupõe um olhar sobre a organização dos espaços, seus usos e possibilidades. Levando em consideração este fato, é necessário verificar as características de cada espaço pesquisado observando se estas se apresentam de acordo com as orientações dos documentos que regem seu desenvolvimento. Neste sentido, a seguir é relatada uma descrição do Caminho Colonial do Itupava, do Parque Estadual do Marumbi, do Rio Nhundiaquara e do Salto da fortuna, bem como o as opiniões dos usuários destes espaços.

5.2 A APROPRIAÇÃO DO TURISTA E A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS CORPORAIS NA NATUREZA

Para verificar a aplicabilidade Plano de desenvolvimento Turístico e do Plano Diretor Municipal, foram observados e descritos quatro dos principais espaços de lazer ligados ao turismo de aventura no município de Morretes. Além disso, em cada um destes espaços foram realizadas entrevistas com os turistas presentes.

Através das observações e entrevistas houve a tentativa de estabelecer a relação entre as diretrizes propostas nos documentos que orientam o planejamento, e a realidade posta no momento da pesquisa. Foi observado, portanto, se estruturação dos espaços se encontra de acordo com a proposta, se ela atende as necessidades dos turistas, e o que seria necessário para um melhor aproveitamento destes espaços.

5.2.1 Os espaços pesquisados

Como parte da coleta de dados foi realizada uma observação direta em quatro espaços visitados (Caminho Colonial do Itupava, Parque Estadual Pico Marumbi, Rio Nhundiaquara e Salto da Fortuna), uma vez que considerou-se primordial a descrição das características destes para a prática do turismo de aventura. Para tanto, utilizou-se um protocolo de observação que permitiu analisar aspectos como: quantidade e variedade de equipamentos, condições de uso, localização, horário de funcionamento, acessibilidade, segurança, atividades realizadas, e a forma como o ser humano interage com o lugar. Dessa forma, obteve-se o seguinte:

Caminho Colonial do Itupava:

O caminho Colonial do Itupava é um dos espaços mais procurados pelos turistas que buscam aventura no Município de Morretes, proporcionando uma caminhada de aproximadamente 20 quilômetros, percorridos em uma média de 8 a 10 horas, em meio a mata atlântica. O nível de dificuldade é considerado moderado-intenso. A trilha apresenta subidas e descidas que em alguns pontos se apresentam bastante escorregadias, passa por rios, cachoeiras, pela ferrovia, e por pontos históricos, destacando-se:

- Casa do Ipiranga – até a década de 90 a casa era mantida pela extinta Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), quando houve a privatização da estrada e o abandono da construção. Atualmente encontra-se em ruínas, apresentando concentração de lixo e pichações. O estado de conservação foi considerado muito ruim. Algumas partes já não são identificáveis (FIGURA 20);



FIGURA 20 – CASA DO IPIRANGA NO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2012.

- Santuário Nossa Senhora do Cadeado – estrutura que abriga a imagem da Santa. Apresenta alguns pontos de deterioração. Não apresentou manutenção ao redor, visto que o mato começava a tomar conta;

- Ponto de cobrança de pedágio para o uso do caminho, na época colonial – é bastante difícil reconhecê-lo já que não foi conservado adequadamente e não apresenta sinalização.

Por ser bastante utilizada e por preservar o antigo calçamento feito pelos jesuítas em grande parte da trilha, é bem aberta evitando que se siga por um caminho errado.

Apesar de contar com manutenção realizada pelo Instituto Ambiental do Paraná, pode ser observada uma pequena quantidade de resíduos (garrafas de plástico e embalagens de comida) no decorrer da trilha.

Como parte da estrutura, existem ainda, sete passarelas de madeira e três pontes no estilo semi-pênsil, facilitando a transposição de rios e banhados (FIGURA 21).

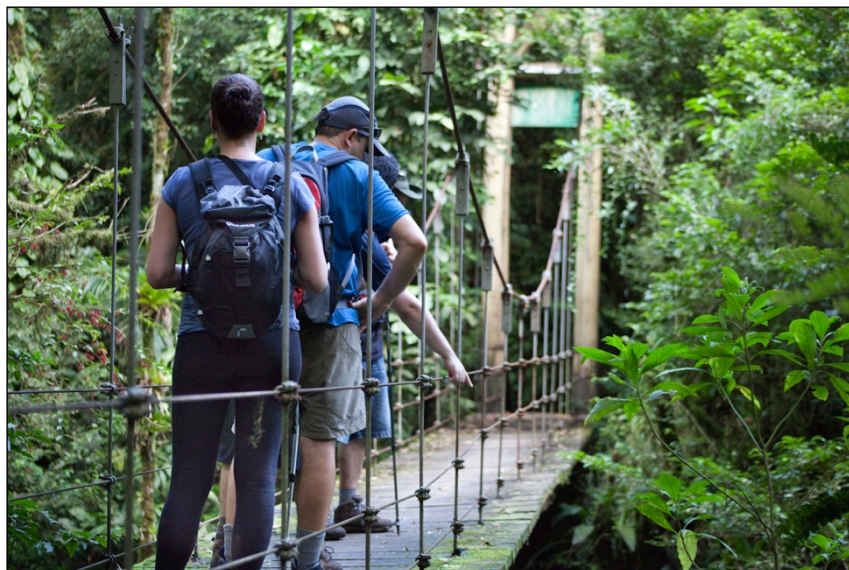


FIGURA 21 – PONTE SEMI PÊNCEL NO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2012.

Dois postos do Instituto Ambiental do Paraná, localizados no início e no fim da trilha, fazem o controle de visitantes. O primeiro, ainda no município de Quatro Barras, tem como parte física um “*trailer*”, e o atendimento é realizado de segunda a domingo das 8h00 as 18h00. O segundo, em Morretes, funciona na estrutura de uma casa, e atende de segunda a domingo das 8h00 as 19h00. Em ambos há banheiros e funcionários que fazem o controle dos visitantes, além de fornecer informações sobre a trilha e outros atrativos da área. Ressalta-se que, para segurança dos turistas, o responsável pelo segundo posto verifica quem chega e comunica ao primeiro posto. No entanto, o cadastro não é obrigatório.

Em relação ao acesso, o turista pode se deslocar até este espaço a partir do município de Curitiba, ou iniciar a trilha a partir de Morretes, fazendo o caminho inverso. Nos dois casos pode-se chegar facilmente de ônibus ou de automóvel.

As informações referentes à localização do espaço são apontadas por placas indicativas, tanto em quatro Barras (indicam o início do Caminho do Itupava), quanto em Morretes (indicam como chegar ao complexo turístico Porto de Cima).

As informações específicas sobre a trilha são encontradas somente nos postos do IAP e se referem a aspectos estruturais (distância, mapa, dificuldade da caminhada, etc.). Há também nestes postos placas com informações geológicas (em português e inglês) (FIGURA 22) e contendo o mapa da trilha. No decorrer do percurso não há presença de placas informativas e indicativas que apresentem localização

dos pontos, história, curiosidades, etc., contudo, existem muitas informações disponíveis na internet.



FIGURA 22 – PLACA INFORMATIVA NO INÍCIO DA TRILHA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2012.

Não há restrições quanto ao horário para quem deseja realizar a caminhada, no entanto, é aconselhável dar preferência pelo horário de funcionamento dos postos de controle, e iniciar o percurso no período da manhã, bem cedo, para terminar antes do anoitecer. Ressalta-se que não há cobrança de taxas para a realização da atividade.

Apesar de contar com estruturas como as passarelas de madeira, pontes e escadas, as quais facilitam a passagem por alguns locais, o percurso é longo, com trechos escorregadios, sendo caracterizado como de dificuldade moderado-intenso, o que restringe o acesso para as pessoas que não possuam boas condições de saúde e alguns tipos de necessidades especiais.

A segurança é um ponto crítico. Apesar dos postos que controlam a entrada e saída dos visitantes, existem outros caminhos para se chegar a trilha que são comumente utilizados por assaltantes. Casos de violência são frequentemente relatados, e por este motivo aconselha-se a não levar objetos de valor na caminhada, bem como a realizar o percurso em grupos grandes.

Além dos postos do IAP, não há outras medidas de segurança, nem em relação a violência, nem em caso de acidentes durante o percurso. É relevante apontar que em alguns trechos não há sinal de celular.

Outro ponto observado foi a relação entre o ser humano e o lugar. Compreende-se que cada ser humano apresenta comportamentos diferentes, mas em geral é possível destacar alguns pontos. No decorrer da trilha observou-se a preocupação em manter o local limpo pela maioria das pessoas. Um ponto interessante foi a sociabilização, uma vez que as pessoas trocam informações e experiências até mesmo com pessoas que não eram suas conhecidas. As pessoas também demonstram um sentimento de admiração ao meio em que estão inseridas naquele momento. A sensação de cansaço fica perceptível ao final da trilha, mas ainda sim haviam sorrisos e as pessoas demonstraram felicidade por conseguir ultrapassar os obstáculos impostos pela natureza. Em contato com as cachoeiras e paisagens é perceptível o sentimento de admiração e encantamento com o lugar.

No percurso da trilha foram observadas pessoas das mais diferentes idades, sendo a mais nova na faixa dos 18 anos, e a mais idosa na faixa dos 70 anos, e além da caminhada, realizaram atividades como banhos de rio e de cachoeira, observação de fauna e flora e fotografia (FIGURA 23).



FIGURA 23 – OBSERVAÇÃO DE FLORA E FOTOGRAFIA NO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2012.

Destacam-se entre os pontos positivos: a intervenção do IAP; a conservação da trilha; a existência de pontos históricos e culturais; a gratuidade; a interação entre o ser humano e a natureza; facilidade de se chegar ao espaço. Entre os aspectos negativos: a falta de segurança; a pouca ou inexistente manutenção dos pontos históricos e culturais; ausência de placas informativas durante o percurso.

Parque Estadual Marumbi:

O Parque Estadual do Marumbi é muito procurado não só para a prática do montanhismo, mas também por escaladores provenientes de diversas regiões. A estrutura do Parque conta com:

- Posto do Instituto Ambiental do Paraná – funciona na estrutura de uma casa, e atende de segunda a domingo das 8h00 as 19h00. Há banheiros e funcionários que fazem o controle dos visitantes, além de fornecer informações sobre as trilhas e outros atrativos das proximidades. Ressalta-se que este é o mesmo posto que atende os visitantes no final do Caminho do Itupava;

- Estação Ferroviária/Administração – estrutura que pertence a empresa que administra a ferrovia. Na estação ferroviária há banheiros que podem ser utilizados pelos usuários. Na administração do Parque os visitantes são novamente cadastrados e recebem orientações e informações sobre as trilhas do Conjunto Marumbi (FIGURA 24);



FIGURA 24 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA À ESQUERDA E ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PICO MARUMBI À DIREITA DA FOTO

Foto: ROSANE PIKUSSA, 2013.

- Área de *camping* – atualmente encontra-se interditada, aguardando o processo de revitalização para ser reaberto. Apesar disso, *camping* é bem estruturado sem pontos de possíveis “alagamentos” e possui banheiros com chuveiro de água quente. Na parte externa dos banheiros, existem pias para fazer

as refeições. Na frente da área do *camping* encontrou-se uma grande quantidade de resíduos como madeiras podres, canos, móveis, utensílios domésticos (fogão, pia, armário, etc.) (FIGURA 25);



FIGURA 25 – CONCENTRAÇÃO DE RESÍDUOS EM FRENTE A ÁREA DE CAMPING
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

- Vias de escalada – o conjunto Marumbi conta com cerca de 80 vias nos mais variados estilos, onde predomina a escalada móvel de parede. As escaladas são exigentes, pouco protegidas e bastante expostas. As vias recebem manutenção dos próprios usuários e encontra-se em excelente estado;

- Trilha do Rochedinho – leva ao cume de mesmo nome (625 metros de altitude), e é considerada de nível leve, sendo o tempo de subida de aproximadamente uma hora (FIGURA 25);



FIGURA 26 – TRILHA DO ROCHEDINHO
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

- Trilha do Facãozinho – que leva ao cume do Rochedinho (625 metros), ao cume do Facãozinho (1100 metros), a Cachoeira dos Marumbistas, ao cume Boa Vista (1539 metros) e ao cume do Olimpo (1539 metros), é considerada de nível médio e o tempo de subida é de em média quatro horas, e está temporariamente fechada para recuperação ambiental;

- Trilha Frontal – também chamada de trilha branca, passa pela Cachoeira dos Marumbistas e leva ao Olimpo, sendo a caminhada de aproximadamente três horas. Considerada de nível médio-pesado;

- Trilha Noroeste – também chamada de trilha Vermelha, leva aos cumes do Abrolhos (1200 metros), Torre dos Sinos (1280 metros), Esfinge (1370 metros), Gigante (1487 metros) e Olimpo (1539 metros). Considerada de nível pesado, leva em média quatro horas e meia de caminhada (FIGURA 27).



FIGURA 27 – TRILHA QUE LEVA AO CUME DO ABROLHOS NO PARQUE ESTADUAL DO **MARUMBI**
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

Ressalta-se que as trilhas contam com manutenção, sinalização e limpeza, além de correntes, cordas e grampos que auxiliam tanto na subida quanto na descida.

O acesso ao Parque é feito principalmente pela Ferrovia Paranaguá-Curitiba, a partir da rodoferroviária de Curitiba, em aproximadamente duas horas de viagem, chega-se à estação Marumbi, onde se localiza a administração do parque.

Partindo de Morretes, deve-se chegar até o distrito de Porto de Cima. De ônibus, o visitante desce na rodovia e segue a pé. De automóvel, o visitante pode chegar até o posto do IAP, e ainda, se o veículo for 4x4, pode seguir até a estação Engenheiro Langue. Depois passa para a estação do Marumbi por uma trilha, que se inicia mais ou menos 50 metros à direita da estação, depois do trilho. O acesso também pode ser feito a pé pelo Caminho do Itupava.

Não foram observadas durante o trajeto muitas indicações de como chegar ao Parque, facilitando que o visitante siga por um caminho errado. Quanto as informações específicas do Parque, existem placas informativas apontando distâncias, nível de dificuldade e alguns aspectos históricos, e placas indicativas apontando o início e direção das trilhas. Na administração do Parque é possível obter informações referentes a diferentes aspectos que abrangem desde a vegetação até dados históricos e numéricos do Parque. As trilhas contam com fitas

que sinalizam o caminho, mas não há nenhum outro tipo de informação no decorrer destas.

A administração do Parque funciona de quarta à segunda-feira e feriados, das 8h30 às 18h00, no entanto, a subida pode ser realizada somente até as 13h00. Não são cobradas taxas para a entrada no Parque ou para a realização das atividades.

As trilhas seguem, na maior parte do tempo, dentro da floresta, em subida íngreme, sobre raízes e rochas. São estreitas, com predominância de solos rasos e matéria orgânica. Em determinados locais existe exposição completa sobre abismos e em outros a subida só é possível com o auxílio de correntes ou escadas (degraus) fixado nas rochas. Existem muitos trechos escorregadios que merecem bastante atenção. Estas condições restringem o acesso para as pessoas que não possuem boas condições de saúde e alguns tipos de necessidades especiais.

Em relação a segurança, verifica-se como medidas: o cadastro dos visitantes; as informações fornecidas pela administração; a proibição de subir após as 13 horas; existência de cordas, correntes e degraus como auxílio nos trechos mais difíceis.

Além disso, o Parque conta com o COSMO, Corpo de Socorro em Montanha, que é uma associação civil sem fins lucrativos, formada por montanhistas voluntários que prestam serviços de prevenção de acidentes, resgate de acidentados, busca de perdidos, manutenção e conservação de trilhas e vias de escalada. Sua área de atuação compreende o Parque Estadual Marumbi e área de entorno, na Serra do Mar paranaense.

No que se refere à relação entre o ser humano e o espaço, foi possível observar um cuidado e respeito com o lugar, a busca pela superação das barreiras naturais, o deslumbre com a paisagem, a atenção para observar o que há em volta (fauna e flora). O corpo é forçado a cada obstáculo imposto pela natureza, e arranhões, hematomas, dores musculares são resultados do esforço físico na ânsia de ultrapassar as barreiras naturais.

Durante a trilha, sempre uma mão estendida para auxiliar o outro, quando as cordas e correntes não são suficientes. No cume, sentar sobre uma rocha para observar a paisagem é um momento de renovação para a maioria dos que ali descansam. Nas vias de escalada, a cumplicidade entre as pessoas e o lugar é

imprescindível. São relações que se dão de maneira livre, por prazer, “sem obrigações”.

Em relação às atividades que são realizadas neste espaço, destaca-se que o Conjunto Marumbi é um dos grandes centros de Escalada em rocha do Brasil, e o *rape/* também é bastante praticado nesta montanha. No entanto o montanhismo é a atividade mais desenvolvida, juntamente com a fotografia (FIGURA 28) e banhos de cachoeira. O *Base Jump*, também já foi realizado no Marumbi.



FIGURA 28 – ATIVIDADE DE FOTOGRAFIA NO CUME DO ABROLHOS
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

Segundo informações fornecidas pela Administração do Parque, algumas trilhas estão com restrição para visitação desde 2011, quando foram iniciadas as obras de revitalização. A empresa responsável não estava cumprindo o contrato que foi suspenso em agosto de 2012. Em 22 de setembro de 2013 foi lançado edital para contratação da empresa que dará continuidade às obras de infraestrutura do Parque Estadual Pico do Marumbi. Após a escolha da vencedora, o prazo para execução da obra será de 150 dias.

Destacam-se entre os pontos positivos: a intervenção do IAP; a conservação da trilha; a gratuidade; a interação entre o ser humano e a natureza; manutenção realizada pelos frequentadores. Entre os aspectos negativos: a restrição do uso pelas obras de infraestrutura; ausência de placas informativas durante o percurso; manutenção não realizada pelos órgãos públicos; falta de informações no decorrer da trilha.

Rio Nhundiaquara:

O Rio Nhundiaquara nasce da junção dos rios São João e Ipiranga. A distância até sua foz, na Baía de Antonina, é de 37 quilômetros. Navegável em aproximadamente 12 quilômetros (de Porto de Cima a Barreiros) o Rio corta o Município em sentido de Oeste para Leste e é envolto por construções coloniais e por uma rica vegetação. Em língua indígena *nhundi* significa peixe e *quara*, significa buraco. Anteriormente denominado "Cubatão", contribuiu economicamente para o desenvolvimento da cidade de Morretes.

Em relação à estrutura, esta é composta basicamente por locais de comércio e prestação de serviços, destacando-se:

- Hotéis, pousadas e *campings*: não foi possível precisar a quantidade e as condições destes, no entanto, observou-se que há uma variedade de estilos e preços para diferentes públicos;

- Restaurantes, lanchonetes e quiosques: também não foi possível precisar a quantidade e as condições, os preços variam conforme os produtos oferecidos (FIGURA 29);



FIGURA 29 – ESTRUTURA DE COMÉRCIO EM FRENTE AO NHUNDIAQUARA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

- Aluguel de bóias: o aluguel de bóias é feito por alguns estabelecimentos de hospedagem, por empreendimentos específicos e por moradores. Em alguns lugares está incluso o estacionamento, o capacete e o colete salva-vidas. Os

equipamentos observados encontram-se em boas condições de uso e valor do aluguel varia entre R\$ 15,00 e R\$ 30,00. O percurso é de aproximadamente três quilômetros, realizados em torno de duas horas. Os empreendimentos recolhem os equipamentos no final do percurso;

- Aluguel de caiaques: alguns estabelecimentos alugam caiaques, juntamente com equipamentos como capacete e colete salva-vidas. Os equipamentos observados encontram-se em boas condições de uso e valor varia entre R\$ 20,00 e R\$ 60,00 a hora.

Em relação ao acesso, a partir de Morretes é possível chegar a vários pontos do Rio, que inclusive, passa na área central da cidade. Estrada da Capituva, Estrada da Graciosa e Estrada das Prainhas são alguns dos acessos. Alguns pontos do Rio são acessíveis apenas por trilhas, algumas curtas e tranquilas, outras um pouco mais longas.

No município existem placas indicando a localização do Rio e da presença dos empreendimentos que margeiam o Nhundiaquara (FIGURA 30).



FIGURA 30 – PLACA INFORMANDO A LOCALIZAÇÃO DO RIO NHUNDIAQUARA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

No que se refere a informações específicas sobre o Rio, como trajeto, nascente, foz, qualidade da água, aspectos geológicos e ambientais, e segurança, não foram constatados meios de divulgar tais conhecimentos no local.

Não há controle de horário dos visitantes no Rio Nhundiaquara, e os empreendimentos que oferecem serviços geralmente funcionam em horário comercial (das 8h00 as 17h00), inclusive nos finais de semana. Nos dias em que o rio está muito alto ou há nuvens negras e pesadas na serra do mar, é aconselhável não permanecer e/ou realizar atividades no Rio, pois podem ocorrer as chamadas “cabeças d’água” (aumento súbito do volume da água do rio). Quando há muitas folhas e a água tem cor de chá é indício que o rio está subindo e também não se recomenda ficar na água. Em relação às atividades como a canoagem e o boia-cross, o ideal é fazer a descida entre 9h00 e 14h00.

Em geral, o acesso ao Rio Nhundiaquara é gratuito, no entanto, as atividades desenvolvidas neste espaço são oferecidas por empresas que cobram em troca dos seus serviços. Os valores variam de acordo com o empreendimento e a atividade desenvolvida.

Nos empreendimentos há presença de profissionais para auxiliar na visitação do espaço e na realização das atividades, no entanto os turistas não são acompanhados durante todo o tempo. As instruções são dadas no início da atividade e o turista entra em contato com o responsável somente ao final do trajeto.

Desta forma, verificou-se também que alguns turistas não seguem as instruções, como exemplo, se pode citar um grupo de quatro crianças que desciam o Rio com apenas uma bóia e um colete salva-vidas (FIGURA 31).



FIGURA 31 – ATIVIDADE DE BOIA-CROSS NO RIO NHUNDIAQUARA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

O leito do Nhundiaquara é preenchido por pedras e rochas de circunferências variadas fazendo com que em alguns pontos ocorra a formação de corredeiras. Já em outros pontos verifica-se a formação de piscinas naturais de diversas profundidades. Apesar do risco de acidentes, apenas no período de alta temporada, novembro a fevereiro, alguns pontos contam com salva vidas.

Foi observada a presença de lixo em alguns pontos, nas margens e dentro do Rio, principalmente no final da tarde. A quantidade foi considerada pequena, e em alguns pontos os resíduos são recolhidos pela prefeitura.

Nos dias de sol e calor é grande a quantidade de pessoas que visitam o local, se concentrando principalmente próximo a ponte de ferro. No que diz respeito a relação entre o ser humano e o espaço, observou-se que as pessoas se apropriam do local de maneira semelhante às pessoas quando vão a praia, para tomar banho de sol e de rio. O Rio também é ponto de parada de cicloturistas que aproveitam para se refrescar. Algumas pessoas preferem procurar locais ao longo do rio onde a concentração de pessoas seja menor e possam aproveitar mais a natureza. Famílias e grupos de amigos são os principais frequentadores. Nota-se que é um momento de lazer e descontração que foge do cotidiano, fazendo com que as pessoas se sintam bem.

Entre as atividades observadas neste espaço estão o boia *cross* (FIGURA 31), canoagem, *rafting*, pescarias, banho de rio e piqueniques, durante as quais puderam ser identificadas emoções como medo, satisfação, conquista, superação, felicidade, tranquilidade, entre outros.

Por fim, destaca-se que o Rio Nhundiaquara é um dos principais pontos turísticos do Município de Morretes, frequentado por famílias, grupos de amigos, pessoas jovens, adultos e idosos, além de crianças.

Foram considerados pontos positivos: o fácil acesso; a gratuidade; a interação entre o ser humano e a natureza; variedade de produtos oferecidos; diversidade de preços. Entre os aspectos negativos: ausência de informações sobre o Rio; segurança precária; não há atividades de aventura gratuitas.

Salto da Fortuna:

O Salto da fortuna é uma cachoeira de aproximadamente 50 metros de altura que está localizada dentro do Parque Estadual do Pau Oco. Pode-se dizer que

depois do Salto dos Macacos é a segunda cachoeira mais conhecida e visitada no município.

Em relação à estrutura, observa-se que a trilha que leva a cachoeira é larga e bem marcada, porém não é sinalizada (FIGURA 32), sendo uma única indicação de direção encontrada em apenas um ponto, que se refere a uma madeira que impede que se siga por uma trilha menor. Não há a presença de lixo no decorrer desta e o estado de conservação foi considerado ótimo. A manutenção é realizada pelo Parque.



FIGURA 32 – TRILHA SALTO DA FORTUNA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

Apesar de apresentar pedras escorregadias, troncos e raízes de árvores, a trilha é considerada leve e a caminhada dura aproximadamente 40 minutos. Não há subidas e descidas íngremes e é preciso passar por dentro do rio em dois pontos com profundidade de aproximadamente 70 cm. No primeiro, a corda, que serviria como apoio, está arrebitada (FIGURA 33), e no segundo, não há nenhum tipo de auxílio, além da falta de sinalização sobre a continuação da trilha, facilitando que os turistas sigam pelo caminho errado neste ponto.



FIGURA 33 – PRIMEIRA TRAVESSIA DO RIO PARA CHEGAR AO SALTO DA FORTUNA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

Na base da cachoeira forma-se uma piscina natural, onde a profundidade varia conforme o local. Assim como no percurso da trilha, no salto também não houve presença de lixo, somente algumas madeiras queimadas, indicio de uma fogueira (o que é proibido dentro de áreas de proteção ambiental).

Para chegar ao local deve-se seguir pela estrada da Anhaia. A partir de Morretes são aproximadamente 16 quilômetros de estrada de chão e existe apenas uma placa indicando a presença do Parque Estadual do Pau Oco. Até mesmo na internet são poucas as informações de como chegar a este espaço.

Informações específicas sobre espaço, como trajeto, qualidade da água, aspectos geológicos e ambientais, e segurança, por exemplo, não foram encontradas. Na reserva havia apenas duas placas que indicavam o início da trilha, e uma delas continha também informações sobre a distância e o grau de dificuldade (FIGURA 34).



FIGURA 34 – PLACA COM INFORMAÇÕES NO INÍCIO DA TRILHA
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

No início da trilha há uma casa e os moradores realizam o cadastro dos visitantes, e apesar de serem bastante atenciosos e fornecerem todas as informações necessárias, percebeu-se que não há qualificação profissional. Nesta casa é preenchido um formulário com nomes e telefones de contato para casos de emergência, no entanto, não há um controle para que todos que por ali passam realizem este cadastro. Além disso, não é controlada a saída dos visitantes da trilha.

Quanto ao horário de funcionamento, não foram encontradas especificações, a informação repassada pelo responsável pelo cadastro foi de que somente não é permitido fazer a trilha no período da noite. O acesso é gratuito.

As características da trilha permitem que ela seja acessível aos menos preparados fisicamente, exigindo pouco esforço. No entanto há restrições à alguns tipos de necessidades especiais.

Em relação à segurança ressaltam-se fatores já apontados como a falta de rigorosidade no controle de entrada e saída dos visitantes, a ausência de sinalização para que os turistas não se peçam na trilha, e falta de estrutura para a travessia segura dos rios.

No que se refere a relação entre o ser humano e o lugar, notou-se que as pessoas demonstram paz, alegria, tranquilidade. As pessoas cumprimentam-se e conversam independentemente de se conhecerem ou não. Durante a trilha, e até mesmo na cachoeira, as pessoas ajudam umas as outras a transpor os obstáculos.

Observou-se a troca de informações entre as pessoas, sendo o assunto principal a natureza. O contato com a água gelada parece revitalizar as pessoas e o encantamento com a beleza do lugar é perceptível nas expressões e nas palavras das pessoas.

As atividades observadas foram caminhadas, banhos de rio e de cachoeira, piquenique, observação de fauna e flora, passeios fotográficos. Apesar de ser um local propício para a prática do *rapel*, este não é permitido (FIGURA 35).



FIGURA 35 – PLACA INDICANDO A PROIBIÇÃO DA PRÁTICA DO RAPEL
FOTO: ROSANE PIKUSSA, 2013.

Desta forma, foram considerados pontos positivos: a gratuidade; cadastro dos visitantes; a interação entre o ser humano e a natureza; manutenção da trilha. Entre os aspectos negativos: ausência de informações sobre o local; falta de sinalização para se chegar ao local; ausência de sinalização na trilha; falta de estrutura para a travessia segura dos rios; proibição da prática do *rapel*.

5.2.2 As Entrevistas

As entrevistas realizadas com os participantes visou obter respostas válidas e informações pertinentes para a pesquisa. As perguntas foram feitas de acordo com

os objetivos da pesquisa, obedecendo ao roteiro preestabelecido, mas não se restringindo a ele.

Caminho Colonial do Itupava:

- Perfil dos entrevistados:

Foram realizadas no local, cinco entrevistas, sendo três homens e duas mulheres, com idade entre vinte a quarenta anos. A cidade de origem de quatro entrevistados era Curitiba, um Guaraqueçaba. Em relação à escolaridade, dois cursavam o ensino superior e três já tinham especialização concluída.

- Quantidade de vezes que já visitaram o Caminho Colonial do Itupava:

Duas pessoas responderam apenas uma vez, uma pessoa respondeu três vezes, uma sete vezes, e uma não soube dizer o número exato, mas alegou que foram mais de 50 vezes.

- Motivos que levaram a utilizar este espaço:

Os principais motivos, citados por quatro dos entrevistados, foram realizar a atividade de caminhada, superar o desafio, e o contato com a natureza. Além disso, foram indicados como motivos: conhecer o lugar; estar em contato com o ar puro; influencia de outras pessoas; curiosidade histórica, já que o lugar é “parte da história do caminho feito pelos colonizadores, onde grandes figuras como Dom Pedro e a Princesa Izabel passaram”.

- Como os entrevistados souberam do local:

Apenas um respondeu que foi através do pai, que já percorria o Caminho do Itupava na década de 1970. Todos os outros souberam deste espaço pelos amigos e pela internet.

- Atividades que foram realizadas pelos entrevistados:

Todos citaram caminhada, banhos de cachoeira e fotografia. Um dos entrevistados apontou que antes da área ser tombada e virar parque acampou em vários pontos ao longo do caminho do Itupava e que ainda hoje acampa nas proximidades da casa do Ipiranga, ainda que não seja mais permitido.

- Quais atividades poderiam ser realizadas segundo os entrevistados:

Acampamento foi a atividade citada por todos os entrevistados, havendo outras respostas, como por exemplo, *rapel*, arvorismo, tirolesa, *mountain bike*, observação da fauna e flora. Também foi citada a criação de um museu na Casa do

Ipiranga, “contando a história do caminho, assim como a do Paraná”. Segundo um dos entrevistados, “poderiam ser oferecidas condições de preservação da história que caíram no esquecimento devido a privatização da linha férrea, onde a empresa que ganhou a licitação, pouco se importa com a história do local e visa só o lucro da ferrovia”.

- Motivos que levaram a procurar este tipo de atividade de lazer (o turismo de aventura):

O gosto por atividades que envolvam o sentimento de aventura e o contato com a natureza, foram os motivos mais citados, seguido pela superação do desafio, testar os limites do corpo, e a possibilidade de vivenciar algo diferente do cotidiano.

- Importância deste tipo de lugar para a prática do lazer:

O contato com a natureza, a preservação, “fugir da metrópole” e “fugir da rotina” foram os aspectos mais citados. Um dos entrevistados colocou que “as pessoas precisam do contato com a natureza e a experiência de sentir a satisfação de estar nestes tipos de lugares com ar puro, sem poluição e com tranquilidade, não só para diminuir o estresse do dia a dia, mas também para aprender a respeitar a natureza”. Outro apontou que é “bom para descarregar as energias negativas das semanas de trabalho”. Além disso, citaram que o Caminho do Itupava era especificamente importante por ser próximo da capital do estado, por ser local de treino para alguns atletas de corrida de aventura, e principalmente por unir história, esporte e natureza conservada.

- Importância de um planejamento adequado por parte do poder público:

Todos concordaram que o planejamento adequado é de importante, pois acarreta na melhoria da estrutura, garantindo assim a segurança dos turistas, além de proporcionar mais conhecimento sobre o lugar, enriquecer a cultura, e fazer com que o visitante tenha a sensação de bem estar. Outro ponto importante citado foi que através do planejamento e consequente melhora da infraestrutura se pode atrair mais turistas e fazer com que mais pessoas venham a conhecer o lugar. Todos acreditam que o resultado do planejamento adequado é a aproximação das pessoas com a natureza.

- Sensações e sentimentos que o lugar desperta:

Os sentimentos citados foram paz, tranquilidade, relaxamento, harmonia, prazer, satisfação, felicidade, medo, introspecção. Além disso, os entrevistados

complementaram: “o lugar é místico, muitos ali faleceram na construção da linha férrea assim como na época do Brasil colônia, assim quando se está transpondo o caminho você acaba dentro da história, vem a sensação do inesperado logo após a cada curva do caminho”; “que diante da natureza somos pequenos e deveremos sempre aprender”; “sentimentos únicos, faz eu me sentir em paz, feliz e viva. Me faz enxergar melhor as coisas ao meu redor e ter a sensação de respirar um ar muito mais puro”.

- O que o poder público pode fazer para melhorar a estrutura do lugar:

- **Segurança.** O ponto mais importante segundo todos os entrevistados se refere a segurança, dado os frequentes assaltos, para melhorar este aspecto foi sugerida uma fiscalização e um controle mais rigoroso em relação aos acessos; além disso, foi sugerida uma estrutura, no início ou final da trilha, para o caso de emergências com os visitantes, “pois caso aconteça alguma coisa com alguém no meio da trilha, não adianta buscar socorro que o IAP não tem nenhum carro para ir buscar no início da trilha, quem dirá no meio da mata”;

- **Informações.** Sinalização para que as pessoas não fiquem perdidas em meio a mata; placas indicativas e informativas;

- **Educação.** Trabalho de conscientização e preservação não só na trilha, mas também em diversos âmbitos da sociedade, como por exemplo, nas escolas; restauração dos patrimônios históricos, como a casa do Ipiranga; placas com informações históricas, e ambientais; apoio a pesquisas;

- **Estrutura.** Pontos de apoio no interior da trilha; banheiros; coleta de lixo / limpeza; intervenções de caráter técnico para conservação e prevenção de erosão; manejo da trilha; maior integração entre o roteiro Itupava/Morretes com o Parque Estadual Marumbi; criação de estrutura de *camping* ou refúgios em alguns locais ao longo da trilha já que “atualmente o *camping* é simplesmente proibido, mas poderia se tornar aliado do poder público no controle, monitoramento e base de operações de controle e fiscalização de atividades na área, além de servir aos próprios usuários da trilha (sugestões de locais: casa do Ipiranga/roda d’água; estação véu de noiva; santuário do cadeado; prainhas”); aproveitamento das antigas estruturas da RFFSA ao longo da ferrovia Paranaguá-Curitiba, “patrimônio público da União (como se faz questão de frisar em diversas placas), mas totalmente abandonado. Com a recuperação das antigas estações e casas da RFFSA poderiam ser criadas

estruturas de apoio ao visitante, sem falar na preservação da história paranaense, transformando o caminho numa interessante integração entre meio ambiente e história”;

- **Transporte.** Transporte turístico ou ônibus urbano interligando o final da trilha, em Prainhas/Porto de Cima ao centro de Morretes; aumentar a disponibilidade de ônibus rodoviário/intermunicipal entre Morretes e Curitiba;

- Considerações Relevantes:

Segundo os entrevistados o lugar é maravilhoso, por isso deveria receber mais atenção e cuidados, além de haver uma maior conscientização das pessoas para conservar este lugar sempre limpo, para não agredir a natureza e manter a trilha como um patrimônio do estado do Paraná. A história do Estado precisa ser lembrada e preservada e o Caminho do Itupava teve um papel fundamental no crescimento do Paraná. Além disso, muitas pessoas deixam de visitar o local pela falta de segurança.

- Percepção dos entrevistados:

Conforme tabela 5, foi unânime entre os entrevistados que o valor cobrado destaca-se como ótimo, e que a segurança é o aspecto mais negativo. Foram considerados ruins pela maioria a infraestrutura e a valorização dos patrimônios naturais. A qualidade das informações a respeito do local, a acessibilidade, limpeza e manutenção e conservação do ambiente foram considerados bons pela maioria. O grau de satisfação foi considerado bom e ótimo. Todos pretendem retornar ao Caminho do Itupava e acreditam que seja função do poder público planejar e manter este espaço (TABELA 11).

TABELA 11 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO CAMINHO COLONIAL DO ITUPAVA

Grau de satisfação sobre o local visitado	() Ruim	(3) Bom	(2) Ótimo
Qualidade das informações a respeito do local	(1) Ruim	(4) Bom	() Ótimo
Acessibilidade ao local	(1) Ruim	(4) Bom	() Ótimo
Valores cobrados	() Ruim	() Bom	(5) Ótimo
Segurança oferecida durante o passeio	(5) Ruim	() Bom	() Ótimo
Limpeza e manutenção	(1) Ruim	(4) Bom	() Ótimo
Infraestrutura oferecida	(4) Ruim	(1) Bom	() Ótimo
Conservação e preservação do ambiente	(1) Ruim	(4) Bom	() Ótimo
Valorização dos patrimônios naturais	(4) Ruim	(1) Bom	() Ótimo
Pretende retornar	(5) Sim	() Não	() Talvez
Acredita que é função do poder público planejar e manter este espaço	(5) Sim	() Não	() Talvez

FONTE: ENTREVISTA COM USUÁRIOS DO LOCAL, 2013.

Parque Estadual Marumbi:

- Perfil dos entrevistados:

Foram realizadas no local, cinco entrevistas, sendo quatro homens e uma mulher, com idade entre vinte e cinco a trinta anos. As cidades de origem foram Maringá, Ponta Grossa, Curitiba, Lapa e São José dos Pinhais, todas no estado do Paraná. Em relação à escolaridade, dois tinham o ensino superior completo, um cursava o ensino superior, e dois com especialização concluída.

- Quantidade de vezes que já visitaram o Parque estadual do Marumbi:

Um entrevistado respondeu uma vez, um duas vezes, duas pessoas responderam três vezes, e uma não soube dizer o número exato, mas alegou que foram mais de 10 vezes.

- Motivos que levaram a utilizar este espaço:

A realização do montanhismo e o contato com a natureza foi o principal motivo citado pelos entrevistados, sendo apontados também, prática de esportes, escalada, rapel, e banho de cachoeira. A beleza do lugar também foi citado como um motivo que levou a utilização do lugar.

- Como os entrevistados souberam do local:

Quatro souberam por amigos e um pelo avô que o trazia para a montanha quando era criança.

- Atividades que foram realizadas pelos entrevistados:

Foram realizadas por todos os entrevistados montanhismo, caminhada, fotografia e banho de rio. Dois praticaram também a escalada e o *rapel*. E um, além destas atividades apontou que realizou manutenção de trilhas, orientação de visitantes, guia de montanha e limpeza da estação.

- Quais atividades poderiam ser realizadas segundo os entrevistados:

Além das atividades colocadas no item anterior, as sugestões foram voo livre, *mountain bike*, arvorismo, sensibilização ecológica, *base jump* e corrida de aventura. Um dos entrevistados apontou que poderiam ser mais explorados o turismo histórico e o turismo geológico (geoturismo). Apenas um dos entrevistados, alegou que as atividades apontadas no item anterior já eram suficientes.

- Motivos que levaram a procurar este tipo de atividade de lazer (o turismo de aventura):

Os principais motivos foram o contato com a natureza, a beleza do lugar, e a realização de atividades de aventura. Além disso, obteve-se como respostas: “a sensação que este tipo de atividade proporciona o fato de estar entre amigos, e superar os meus limites”, “o grau de dificuldade (médio-pesado), a fim de aprimorar técnicas em montanha”, “meditação e autodesenvolvimento”.

- Importância deste tipo de lugar para a prática do lazer:

Segundo os entrevistados este tipo de lugar é importante para que as pessoas tenham contato com a natureza, com o montanhismo, e com os benefícios que esta atividade oferece. Em relação especificamente ao Conjunto Marumbi, foi apontando a importância deste espaço, já que foi uma das primeiras montanhas a serem exploradas, sendo “o berço do montanhismo no Brasil”.

- Importância de um planejamento adequado por parte do poder público:

Em primeiro lugar foi citado que o planejamento é importante para manter o ambiente preservado e oferecer uma boa estrutura ao turista. Também foi colocado que o local a tempo vem sendo vandalizado já que não conta com um planejamento adequado, e caso este fosse realizado poderia reduzir e/ou eliminar problemas como “falta de manutenção da ferrovia com descarrilamento de trem de carga e contaminação das nascentes de rios, atos de vandalismo, roubo e agressão, superlotação, erosão não natural, desmatamento, incêndio, morte e ferimento em acidente de montanha, exploração rural de área de mata nativa, extração ilegal de plantas nativas (especialmente palmito), etc.”. Segundo um dos entrevistados, “cabe ao poder público a responsabilidade pela execução do plano de manejo do parque e viabilizar a infraestrutura e educação de base para execução de atividades turísticas que exigem alto nível de conhecimento e treinamento”.

- Sensações e sentimentos que o lugar desperta:

As sensações e sentimentos relatados foram prazer, alegria, cansaço, dever cumprido, realização, conquista, superação, satisfação, harmonia, calma, respeito, e orgulho do país.

- O que o poder público pode fazer para melhorar a estrutura do lugar:

- **Segurança.** Contratação de profissionais capacitados para atuar em caso de acidentes; melhorar a sinalização; disponibilizar verbas para auxiliar o trabalho do COSMOS (Corpo de Socorro em Montanhas), o qual “é formado por voluntários montanhistas com vasta experiência”;

- **Educação.** Trabalho de conscientização e preservação ambiental; atividades para integração entre o Parque e a comunidade local;

- **Estrutura.** Criação de uma estrutura para receber, orientar e proteger o turista; contratação de profissionais habilitados para “cuidar do parque” e para o atendimento ao turista; contratação de funcionários específicos para a limpeza do Parque; intervenções de caráter técnico para conservação e prevenção de erosão; manejo da trilha; aumentar a quantidade e qualidade de informações disponibilizadas; banheiros; estacionamento; reestruturação do *camping*; suporte e acomodações para alpinistas que vem de cidades distantes. Além disso, segundo os entrevistados, é função do poder público liberar verbas para que as melhorias citadas possam ocorrer.

- Considerações Relevantes:

As considerações feitas por todos os entrevistados se referem ao abandono do Parque, “tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada”. Segundo um dos entrevistados, “houve alguma movimentação do governo para melhorar o parque nos últimos anos em vista de graves acidentes, e manifestação da imprensa fazendo cobranças (limpeza da trilha do Itupava, construção de banheiros na estação do Marumbi, abertura dos postos do IAP, pontes pênsil). Porém isto foi apenas o mínimo necessário”. Outro apontou que “para que futuras gerações possam ver tamanha beleza, é necessário que seja dado o valor ao local, que hoje está abandonado”.

Foi ressaltado o grau de dificuldade das trilhas, não indicadas para pessoas sedentárias, já que em vários pontos se está ao lado de abismos ou crateras, com perigo de quedas fatais. Destaca-se também que, de acordo com um dos entrevistados, “a vista do cume para o litoral encanta qualquer um que sobe o Abrolhos ou o Tigre, cumes da cordilheira”.

- Percepção dos entrevistados:

Conforme tabela 6, foi unanime entre os entrevistados que o valor cobrado destaca-se como ótimo. Outro aspecto que recebeu mais conceito positivo foi o grau de satisfação. A qualidade das informações a respeito do local, a infraestrutura, e conservação do ambiente foram considerados bons pela maioria. Foram considerados ruins pela maioria a acessibilidade ao local, a limpeza e manutenção, e a valorização dos patrimônios naturais. Em relação a segurança oferecida os

entrevistados ficaram divididos, dois conceituaram como ótimo, dois como bom, e um como ruim. Todos pretendem retornar ao Parque Estadual Pico Marumbi e acreditam que seja função do poder público planejar e manter este espaço (TABELA 12).

TABELA 12 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO PARQUE ESTADUAL PICO MARUMBI

Grau de satisfação sobre o local visitado	() Ruim	(2) Bom	(3) Ótimo
Qualidade das informações a respeito do local	() Ruim	(3) Bom	(2) Ótimo
Acessibilidade ao local	(3) Ruim	(2) Bom	() Ótimo
Valores cobrados	() Ruim	() Bom	(5) Ótimo
Segurança oferecida durante o passeio	(1) Ruim	(2) Bom	(2) Ótimo
Limpeza e manutenção	(4) Ruim	(1) Bom	() Ótimo
Infraestrutura oferecida	(2) Ruim	(3) Bom	() Ótimo
Conservação e preservação do ambiente	(1) Ruim	(3) Bom	(1) Ótimo
Valorização dos patrimônios naturais	(3) Ruim	(2) Bom	() Ótimo
Pretende retornar	(5) Sim	() Não	() Talvez
Acredita que é função do poder público planejar e manter este espaço	(5) Sim	() Não	() Talvez

FONTE: ENTREVISTA COM USUÁRIOS DO LOCAL, 2013.

Rio Nhundiaquara:

- Perfil dos entrevistados:

Foram realizadas no local, cinco entrevistas, sendo quatro homens e uma mulher, com idade entre dezesseis a quarenta anos. A cidade de origem de quatro dos entrevistados é Curitiba, e um oriundo de Campo Mourão. Em relação à escolaridade, um cursava o ensino médio, dois cursavam o ensino superior, um já havia concluído o ensino superior e um com especialização concluída.

- Quantidade de vezes que já visitaram o Rio Nhundiaquara:

Apenas um entrevistado soube dizer o número exato de vezes que esteve neste espaço, sendo sete vezes. Os outros não souberam dizer o número exato, afirmando que foram mais de dez, quinze e vinte vezes.

- Motivos que levaram a utilizar este espaço:

O contato com a natureza foi o principal motivo citado pelos entrevistados, sendo apontados também, a prática do *boia-cross*, e o banho de rio.

- Como os entrevistados souberam do local:

Três apontaram que souberam através da família, e dois por amigos.

- Atividades que foram realizadas pelos entrevistados:

Foram realizadas por todos os entrevistados: caminhadas, banhos de rio e boia-cross. Um deles afirmou ter realizado também canoagem, *rafting* e acampamentos.

- Quais atividades poderiam ser realizadas segundo os entrevistados:

Além das citadas no item anterior, foi apontada somente a realização de atividades lúdicas com crianças.

- Motivos que levaram a procurar este tipo de atividade de lazer (o turismo de aventura):

Foram citados: contato com a natureza, descanso, gosto pelas atividades, baixo custo, facilidade de acesso, e “para se refrescar nos dias de muito calor”.

- Importância deste tipo de lugar para a prática do lazer:

Segundo os entrevistados, este tipo de espaço proporciona o contato com a natureza, relaxamento, realização de atividades no ambiente natural, além de serem áreas de livre acesso, o que, segundo um dos entrevistados, são “coisas cada vez mais raras”. Foi citado também que este tipo de espaço une esporte, recreação e natureza relativamente conservada, próxima da capital do estado, “servindo como um parque natural onde se pode fugir da metrópole e passar bons momentos em meio à natureza”. Também foi apontado que este espaço atraiu turistas gerando renda para os moradores próximos.

- Importância de um planejamento adequado por parte do poder público:

As respostas apontaram que o planejamento é importante para a conservação do meio ambiente, para a segurança dos visitantes, para organização e fiscalização das atividades.

- Sensações e sentimentos que o lugar desperta:

As sensações e sentimentos relatados foram aventura, paz, alegria, harmonia, tranquilidade, relaxamento, descanso, energia, liberdade, prazer, introspecção e “alegria de estar em convívio com a natureza”.

- O que o poder público pode fazer para melhorar a estrutura do lugar:

- **Segurança.** Disponibilizar salva-vidas; realizar a fiscalização das atividades como *boia-cross* e canoagem; melhorar a sinalização;

- **Informações.** Implantação e manutenção de placas informativas; criação de um posto de informações turísticas;

- **Educação.** Investimentos na preservação ambiental; disponibilizar materiais de educação ambiental aos frequentadores; realizar um trabalho de conscientização ecológica com os visitantes; apoio a pesquisas;

- **Estrutura.** Construção de uma estrutura pública de apoio à visitação, com estacionamento, vestiários e banheiros; limitar o número de pessoas em visitação nos pontos de banho ao longo do rio, “uma vez que há excesso de gente (superlotação) nos finais de semana do verão”; fiscalização da legislação vigente relacionada à proteção à mata nativa, ao silêncio e a higiene dos locais; melhorar a coleta do lixo; retirada das casas na beira do rio; fiscalização em relação a poluição (“há poluição da água por produtos e dejetos nela lançados, como bebidas, urina, lixos diversos, uso de óleos bronzadores e protetores solares na pele dos banhistas”); criação de estrutura de *camping* ou refúgios em alguns locais ao longo da margem – fiscalizados rigorosamente;

- **Transporte.** Aumentar a disponibilidade de ônibus rodoviário/intermunicipal entre Morretes e Curitiba.

- Considerações Relevantes:

Na percepção de um dos entrevistados “atualmente o local do entorno é explorado pela iniciativa privada como uma extensão de suas propriedades (bares, lanchonetes, pousadas)”. Em relação à estrutura para acampamento foi colocado que “atualmente o *camping* é simplesmente proibido, mas poderia se tornar aliado do poder público no controle, monitoramento e base de operações de controle e fiscalização de atividades na área, além de servir aos próprios usuários do rio”. Outra consideração colocada apontou que “uma época em que se valoriza o ecoturismo e o contato com a natureza, e a sustentabilidade, maiores estudos e práticas deveriam ser voltadas ao local”. Todos acreditam que este espaço deve ser planejado para melhorar a qualidade do ambiente e a segurança, uma vez que “já tiveram até mortes de pessoas que bateram nas pedras, pularam da ponte por festa e negligência!”.

- Percepção dos entrevistados:

Conforme tabela 7, o grau de satisfação, a qualidade das informações a respeito do local, a acessibilidade ao local, os valores cobrados, e a segurança oferecida foram considerados bons pela maioria dos entrevistados. Já a limpeza e manutenção, a infraestrutura, e a valorização dos patrimônios naturais, foram

consideradas ruins pela maioria. Em relação a conservação e preservação do ambiente os entrevistados ficaram divididos, dois conceituaram como ruim, dois como bom, e um como ótimo. Todos pretendem retornar ao Parque Estadual Pico Marumbi e acreditam que seja função do poder público planejar e manter este espaço (TABELA 13).

TABELA 13 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO RIO NHUNDIAQUARA

Grau de satisfação sobre o local visitado	(1) Ruim	(3) Bom	(1) Ótimo
Qualidade das informações a respeito do local	(2) Ruim	(3) Bom	() Ótimo
Acessibilidade ao local	(2) Ruim	(3) Bom	() Ótimo
Valores cobrados	() Ruim	(4) Bom	(1) Ótimo
Segurança oferecida durante o passeio	(2) Ruim	(3) Bom	() Ótimo
Limpeza e manutenção	(4) Ruim	() Bom	(1) Ótimo
Infraestrutura oferecida	(3) Ruim	(2) Bom	() Ótimo
Conservação e preservação do ambiente	(2) Ruim	(2) Bom	(1) Ótimo
Valorização dos patrimônios naturais	(4) Ruim	() Bom	(1) Ótimo
Pretende retornar	(5) Sim	() Não	() Talvez
Acredita que é função do poder público planejar e manter este espaço	(5) Sim	() Não	() Talvez

FONTE: ENTREVISTA COM USUÁRIOS DO LOCAL, 2013.

Salto da Fortuna:

- Perfil dos entrevistados:

Foram realizadas no local, cinco entrevistas, sendo três homens e duas mulheres, com idade entre vinte e trinta e cinco anos. A cidade de origem de todos os entrevistados era Curitiba. Em relação à escolaridade, quatro apresentaram o ensino superior completo e um havia concluído o mestrado.

- Quantidade de vezes que já visitaram o Caminho Colonial do Itupava:

Um entrevistado respondeu apenas uma vez, dois responderem duas vezes, um três, e um quatro vezes.

- Motivos que levaram a utilizar este espaço:

O banho de cachoeira e a realização da caminhada foram os principais motivos citados pelos entrevistados, sendo apontados também, a beleza do lugar, e o convite de amigos como motivações.

- Como os entrevistados souberam do local:

Todos responderam que souberam do local por amigos, e um ainda acrescentou que obteve informações pela internet.

- Atividades que foram realizadas pelos entrevistados:

Foram realizadas caminhadas, banho de cachoeira e fotografia.

- Quais atividades poderiam ser realizadas segundo os entrevistados:

Além das citadas no tópico anterior foram apontadas as atividades de rapel, arvorismo, tirolesa, palestras sobre a biodiversidade e sobre o caminho do Araial.

- Motivos que levaram a procurar este tipo de atividade de lazer (o turismo de aventura):

O principal motivo, citado por todos os entrevistados foi o contato com a natureza. Também foram apontados admirar as belezas naturais, curiosidade em conhecer a cachoeira e um pouco mais do estado do Paraná, e “busca por novos ares em ambientes naturais”.

- Importância deste tipo de lugar para a prática do lazer:

Para os entrevistados a importância do lugar está relacionada como a qualidade das experiências que ele proporciona, “são lugares únicos, que proporcionam experiências únicas”. Além disso, acreditam ser importante o contato com a mata atlântica. Em relação especificamente ao Salto da fortuna, acreditam que é importante por ser preservado, bonito, e oferecer uma opção de lazer em que se tenha o contato com a natureza.

- Importância de um planejamento adequado por parte do poder público:

As respostas apontaram que o planejamento é importante principalmente para manter o lugar conservado e para a segurança dos visitantes. Além disso, segundo os entrevistados, o planejamento serve para dar suporte aos visitantes através da oferta de estrutura, recursos e ações de educação ambiental. Dessa forma o planejamento se constitui como fundamental “para que se sintam bem nestes lugares”.

- Sensações e sentimentos que o lugar desperta:

As sensações e sentimentos relatados foram tranquilidade, calma, felicidade, alegria, satisfação. Segundo um dos entrevistados, estar neste tipo de ambiente “nos faz esquecer a vida que temos fora de lá”.

- O que o poder público pode fazer para melhorar a estrutura do lugar:

- **Segurança.** Melhorar a sinalização; políticas de segurança contra acidentes;

- **Informações.** Implantação e manutenção de placas informativas; melhorar a estrutura de recepção dos turistas agregando material informativo e funcionários

capacitados; melhorar a divulgação e as informações de como chegar ao Salto da Fortuna;

- **Educação.** Criação de programas de conscientização e preservação do meio ambiente;

- **Estrutura.** Melhorar a estrutura de recepção aos turistas; criação de atrativos para todos os tipos de público; estacionamento; banheiros e vestiários; estrutura de hospedagem.

- Considerações Relevantes:

Nas considerações foram ressaltadas a beleza do lugar, a falta de estrutura e de informações, e a importância de conservá-lo. Além disso, foi colocado que “o local foi utilizado como o primeiro caminho usado pelos colonizadores, hoje a maioria dos que passam por lá mal sabem disso, nem o preservam como deveriam”.

- Percepção dos entrevistados:

Conforme tabela 8, foi unânime entre os entrevistados a conceituação ótima para os seguintes aspectos: grau de satisfação, valores cobrados e conservação do meio ambiente. Também recebeu conceito ótimo pela maioria dos entrevistados o quesito limpeza e manutenção. A qualidade das informações a respeito do local, a acessibilidade, a infraestrutura, e a valorização dos patrimônios naturais foram considerados bons pela maioria. Em relação a segurança oferecida os entrevistados ficaram divididos, dois conceituaram como ótimo, dois como bom, e um como ruim. Todos pretendem retornar ao Parque Estadual Pico Marubi e acreditam que seja função do poder público planejar e manter este espaço (TABELA 14).

TABELA 14 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO SALTO DA FORTUNA

Grau de satisfação sobre o local visitado	() Ruim	() Bom	(5) Ótimo
Qualidade das informações a respeito do local	() Ruim	(3) Bom	(2) Ótimo
Acessibilidade ao local	(1) Ruim	(3) Bom	(1) Ótimo
Valores cobrados	() Ruim	() Bom	(5) Ótimo
Segurança oferecida durante o passeio	(1) Ruim	(2) Bom	(2) Ótimo
Limpeza e manutenção	() Ruim	(2) Bom	(3) Ótimo
Infraestrutura oferecida	(1) Ruim	(4) Bom	() Ótimo
Conservação e preservação do ambiente	() Ruim	() Bom	(5) Ótimo
Valorização dos patrimônios naturais	() Ruim	(4) Bom	(1) Ótimo
Pretende retornar	(5) Sim	() Não	() Talvez
Acredita que é função do poder público planejar e manter este espaço	(5) Sim	() Não	() Talvez

FONTE: ENTREVISTA COM USUÁRIOS DO LOCAL, 2013.

5.2.3 Turismo de Aventura em Morretes: o lugar das Práticas Corporais na Natureza

A partir dos dados apresentados, faz-se a discussão acerca do turismo, mais especificamente das políticas públicas municipais de planejamento do turismo de aventura, em Morretes/Paraná, a partir de uma perspectiva geográfica, abordando a importância das práticas corporais na natureza e da relação entre ser humano e o espaço. A análise e a discussão foram realizadas a partir de três aspectos. O primeiro relaciona-se especificamente às políticas públicas, apontando como estas se apresentam em relação ao turismo de aventura. O segundo aponta a busca pela natureza e a importância do contato do ser humano com o ambiente natural no seu momento de lazer. Por fim, o terceiro discute especificamente a questão da segurança e da estrutura como um fator fundamental para um lazer de qualidade.

5.2.3.1 As Políticas Públicas no âmbito municipal e o turismo de aventura em Morretes

A partir dos documentos analisados, sejam eles o Plano de Desenvolvimento Turístico e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Morretes, foi possível constatar o fomento ao turismo como principal atividade econômica, visando elevar o nível de vida e bem estar da população. Na prática, o que se observa, é que apesar das diretrizes gerais relacionadas ao turismo influenciarem diretamente o turismo de aventura, em ambos não há propostas específicas para este segmento.

Ressalta-se que o Município, pelas suas características, apresenta potencial para o desenvolvimento do turismo em que predominam as práticas corporais ligadas a natureza.

Tais documentos apresentam-se pautados no princípio da sustentabilidade. Segundo Molina (2001),

Os principais pontos deste modelo [sustentável] devem orientar o desenvolvimento de um acervo científico e de um instrumental tecnológico capaz de satisfazer metas econômicas e financeiras, de aumentar a eficiência dos sistemas produtivos mas, também, e no mesmo nível,

daqueles relacionados ao uso sustentável dos recursos e à ampliação de valores culturais vinculados à ampliação da consciência ambiental. (MOLINA, 2001, p. 180).

No entanto, é perceptível que a atenção destes instrumentos de planejamento volta-se principalmente aos aspectos econômicos, como pode-se observar na conclusão do Plano de Desenvolvimento Turístico, segundo a qual, se pode “transformar o turismo em uma poderosa atividade econômica”.

Da mesma forma, toma-se como exemplo o Capítulo II do Plano Diretor, em que é apontado como prioridade nas macrozonas turísticas I, II e III, o desenvolvimento de atividades econômicas que incentivem a preservação ambiental e que promovam o desenvolvimento econômico das pequenas propriedades. Apesar da preocupação com o meio ambiente e a busca pela sustentabilidade, ainda existe uma ênfase no aspecto econômico.

De acordo com Frey (2001) a abordagem territorial do desenvolvimento sustentável pressupõe um maior papel local na gestão do seu próprio desenvolvimento territorial. Essa mudança é também um problema político e de exercício do poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-administrativas, da participação e do processo político. Assim sendo, o planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável deve indicar objetivos amplos do que se quer e do que se pode para determinada área. E, a partir desses objetivos mais amplos é que se mobilizam meios para chegar ao futuro desejado.

Tanto nos documentos, como nas observações, não foram encontrados indícios de uma aproximação entre os diferentes âmbitos (municipal, estadual, federal e privado), para a efetivação de propostas e ações de melhoramento dos espaços. As ações observadas para melhoramento destes espaços é realizada pelo Instituto Ambiental do Paraná, que está ligado ao Governo Estadual.

Todos os entrevistados apontaram que é responsabilidade do poder público planejar e manter estes espaços (TABELA 15), este fato, provavelmente se deve a serem espaços públicos.

TABELA 15 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AOS ESPAÇOS PESQUISADOS

Grau de satisfação sobre o local visitado	(1) Ruim	(8) Bom	(11) Ótimo
Qualidade das informações a respeito do local	(3) Ruim	(13) Bom	(4) Ótimo
Acessibilidade ao local	(7) Ruim	(12) Bom	(1) Ótimo
Valores cobrados	() Ruim	(4) Bom	(16) Ótimo
Segurança oferecida durante o passeio	(9) Ruim	(7) Bom	(4) Ótimo
Limpeza e manutenção	(9) Ruim	(7) Bom	(4) Ótimo
Infraestrutura oferecida	(10) Ruim	(10) Bom	() Ótimo
Conservação e preservação do ambiente	(4) Ruim	(9) Bom	(7) Ótimo
Valorização dos patrimônios naturais	(11) Ruim	(7) Bom	(2) Ótimo
Prende retornar	(20) Sim	() Não	() Talvez
Acredita que é função do poder público planejar e manter este espaço	(20) Sim	() Não	() Talvez

FONTE: ENTREVISTAS COM USUÁRIOS, 2013.

Nas observações e entrevistas realizadas nos quatro locais pesquisados, percebem-se que a falta de diretrizes relacionadas ao turismo de aventura reflete na estruturação destes espaços turísticos. A infraestrutura, não recebeu conceito ótimo em nenhum dos espaços e a valorização dos patrimônios naturais foi considerada ruim pela maioria. Segurança, limpeza e manutenção, também são considerados problemas importantes.

Destaca-se a gratuidade como o fator considerado mais positivo pelos entrevistados. Segundo o Plano Diretor, a administração pública tem o dever de garantir os direitos básicos do ser humano, e entre eles está o direito ao lazer. Porém, é contraditório observar que a qualidade é precária, uma vez que por ser uma forma de lazer gratuita não gera altos lucros. O desenvolvimento neste caso se dá a partir da mudança de valores que este tipo espaço pode proporcionar e não do capital que pode acumular. Considera-se que a falta de investimentos nestes espaços, portanto, pode estar relacionada ao fato do turismo de aventura não ser um forte gerador direto de capital.

O planejamento destes espaços se apresenta como fundamental em relação à utilização pelos turistas. Segundo as entrevistas realizadas, a importância deste planejamento está ligada principalmente à conservação do meio ambiente, como relata um dos entrevistados com um planejamento adequado pode-se evitar “a contaminação das nascentes de rios, atos de vandalismo, roubo e agressão, superlotação, erosão não natural, desmatamento, incêndio, morte e ferimento em acidente de montanha, exploração rural de área de mata nativa, extração ilegal de plantas nativas (especialmente palmito), etc.”.

Para Marinho (2001), diversas atividades de aventura são reveladas por seu caráter degradante: veículos motorizados em regiões sensíveis, visitação acima da capacidade adaptativa dos locais, rastro de lixo, equipamentos esquecidos, entre outros, sendo importantes a oes que evitem ou minimizem os aspectos negativos desta atividade de lazer.

Outro ponto fundamental se refere à segurança dos turistas, ainda mais por se tratar de atividades que tem como característica o risco de acidentes. Além disso, para os turistas, um planejamento adequado proporciona uma boa estrutura ao turista, que segundo um dos entrevistados, se constitui como fundamental “para que os turistas se sintam bem nestes lugares”, e conseqüentemente para que retornem a visita-lo.

O planejamento tem o poder de atrair mais turistas, fazendo com que mais pessoas vivenciem o contato com a natureza no seu tempo de lazer, o que pode levar a uma aproxima o do ser humano com a natureza.

A partir das contribui es dos visitantes, puderam-se observar quais os interesses, necessidades e motiva es que os levam ao município de Morretes, e em especial aos locais visitados: Parque Estadual Pico Marumbi; Caminho Colonial do Itupava; Salto Redondo; Salto da Fortuna e Rio Nhudiaquara.

Para atrair o turista, além da estrutura, um planejamento deve contemplar também a divulga o dos espaços através de a oes de *marketing*. No entanto, a partir da pesquisa, observou-se que grande parte dos visitantes tomou conhecimento dos espaços por meio de amigos e familiares.

Ressalta-se que apenas um dos entrevistados citou o desenvolvimento econômico como um dos benefícios do planejamento. Isso demonstra que para os turistas que procuram este tipo de atividade, o crescimento pessoal através do contato com a natureza é um benefício mais relevante do que o de desenvolvimento econômico do município. Pode-se dizer também, que este não deveria ser o objetivo principal, mas sim conseq ncia de um planejamento que vise o bem estar e a segurança do turista. Portanto, deve-se buscar um equilíbrio entre conserva o e desenvolvimento por meio de uma atividade turística que considere o meio ambiente e cultura das localidades. Ainda se limite o crescimento econômico, o principal objetivo do planejamento deve ser um turismo integrado a consciência ambiental.

De acordo com Petrocchi (1998), o sistema turístico deve procurar garantir a qualidade de seus serviços, de sua cidade e suas atrações aos visitantes, para assegurar a satisfação do turista, é preciso manter a qualidade em cada uma das interfaces do sistema turístico com o visitante.

Compreende-se, então, que a expansão da atividade turística propicia a valorização do espaço geográfico, visando à aptidão apresentada pelo turista de apreciar as paisagens naturais, exóticas e do meio rural, a partir da idealização de um estilo de vida, que possibilite um contato maior com a natureza.

Porém, um planejamento ser faz necessário, Hall (2004) expõe que:

[...] planejar é o processo de preparar um conjunto de decisões a serem colocadas em prática no futuro, direcionadas para o cumprimento de metas pelos meios preferidos. Todavia, o processo de planejamento turístico não trata apenas de decidir o que deve ser oferecido no futuro para uma determinada área de terra ou comunidade. O assunto é muito mais complexo. O planejamento é um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas, ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais. Planejar é, portanto, apenas uma parte de um processo global de planejamento-decisão-ação. Além disso, pode ser difícil isolar muitas atividades desse processo, haja vista que o planejamento e outras atividades envolvem aspectos como barganhas e negociação, compromisso, coerção, valores, escolha e política. (HALL, 2004, p. 24).

Souza (2006) ao afirmar que após seu delineamento e elaboração, as políticas públicas desdobram-se, entre outros, em planos, programas e projetos. E estes, durante e após sua implementação, ficam sujeitos a sistemas de acompanhamento e avaliação. Configura-se assim o “ciclo da política”: decisão, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Entretanto, há de ter certos cuidados por parte do poder público para que esses espaços possam possibilitar momentos de lazer que propiciem um encontro do ser humano com a natureza, e que auxiliem na construção de valores e formas de viver pautadas na sustentabilidade.

Frey (2001) enfoca sobre a importância de uma gestão participativa, cujas características principais são a participação da comunidade na gestão (orçamento participativo, conselhos populares, fórum da cidade, audiências públicas e conferências municipais), o predomínio de princípios de cooperação e integração dentro da administração, a politização de questões ligadas à justiça social e a valorização política do poder legislativo.

O planejamento municipal é essencial, uma vez que é o ponto de partida para administração efetiva da máquina pública. Nesse contexto, a gestão municipal cria desafios e possibilita novos horizontes de desenvolvimento e progresso para os municípios. O planejamento estimula a participação da sociedade e a viabilidade de se desenvolver um município a partir de objetivos, estratégias e ações.

5.2.3.2 A busca pela natureza

A partir das observações e entrevistas realizadas também se pode observar que as pessoas buscam neste tipo de turismo não somente atividades relacionadas ao segmento da aventura, mas também, ao ecoturismo, como por exemplo a observação de fauna e flora e a fotografia, mostrando a integração entre estes dois segmentos.

As características do município de Morretes correspondem ao desenvolvimento do lazer e das práticas corporais de aventura na natureza. Nestas atividades o ser humano interage com o meio de uma forma diferenciada havendo a possibilidade de uma aproximação densa entre o ser humano e as preocupações ambientais (VILLAVERDE, 2003).

É importante lembrar que as práticas corporais de aventura não são somente aquelas que necessitam de equipamentos sofisticados (que deveriam ser acessíveis a todos), mas que uma simples trilha pode se constituir como uma prática de aventura, despertando sentimentos em relação a natureza que podem fazer com que haja a reflexão sobre os problemas ambientais e sociais.

Marinho e Schwartz (2005) salientam que é grande o crescimento das atividades de aventura no meio natural. Em que essas atividades são tidas como práticas corporais manifestadas nos momentos de lazer, tendo a natureza para seu desenvolvimento, os exemplos podem ser desde uma simples caminhada aos mais sofisticados e excitantes esportes. A autora escolheu o termo 'Atividades na natureza' para designar as diversas práticas realizadas nos mais diferentes locais naturais: terra, água ou ar, cujas características se diferenciam dos esportes tradicionais, tais como as condições de prática, os objetivos, a própria motivação e

os meios utilizados para o seu desenvolvimento, além da necessidade de inovadores equipamentos tecnológicos possibilitando uma fluidez entre os praticantes e o meio ambiente.

Conforme Marinho (2001) no turismo de aventura, as atividades que requerem os elementos naturais para o seu desenvolvimento, de formas distintas e específicas, parecem estar despertando maiores sensibilidades, em diferentes níveis. Uma vez que as intensas manifestações corporais, nessas práticas, permitem que as experiências na relação corpo-natureza expressem uma tentativa de reconhecimento do meio ambiente e dos parceiros envolvidos, expressando, ainda, um reconhecimento dos seres humanos enquanto parte desse meio.

As atividades realizadas pelos visitantes, envolvem basicamente a caminhada, banhos de rio, cachoeira e fotografia em todos os espaços pesquisados. Além destas, também são praticados montanhismo, escalada, *rapel*, *bóia cross*, canoagem e *rafting*, nos espaços que possibilitam estas práticas.

No entanto, acredita-se que outras atividades poderiam ser implantadas, como acampamento, arvorismo, tirolesa, *mountain bike*, voo livre, corrida de aventura, e atividades ligadas à educação ambiental.

Segundo as entrevistas, os motivos que levam as pessoas a buscarem estas atividades envolvem principalmente a busca pelo contato com a natureza, e a admiração causada pela beleza dos lugares. O segundo motivo mais citado envolve a possibilidade de vivenciar algo diferente do cotidiano, a “busca por novos ares em ambientes naturais”. O gosto por atividades que envolvam o sentimento de aventura seguido por sentimentos de superação, desafio e descanso, também se constituem como fortes motivações aos turistas. E por fim, o baixo custo e a facilidade de acesso também fazem com que estas atividades sejam realizadas.

Em relação aos sentimentos e sensações que o lugar desperta, foram citados: aventura, paz, tranquilidade, relaxamento, energia, harmonia, prazer, satisfação, felicidade, medo, introspecção, prazer, alegria, felicidade, cansaço, descanso, dever cumprido, realização, conquista, superação, calma, respeito, e orgulho do país.

Nota-se que os visitantes ligam as experiências realizadas nestes espaços a sensações e sentimentos positivos podendo ser destacados três aspectos fundamentais. O primeiro está relacionado ao sentir-se bem em meio ao ambiente

natural, sendo a frase “alegria de estar em convívio com a natureza”, dita por mais de um dos entrevistados. O segundo, também citado por quase todos os entrevistados está diretamente ligado com a “fuga” do cotidiano e aparece em frases como: “nos faz esquecer a vida que temos lá fora”. E por último, se destaca o respeito, exemplificado pela seguinte frase: “diante da natureza somos pequenos e deveremos sempre aprender”.

Desta forma estes espaços e as práticas corporais neles realizadas, se constituem como fonte de desenvolvimento pessoal e humano. Através de espaços bem planejados as experiências que se apresentam como satisfatórias para os visitantes podem ser ainda mais prazerosas, contemplando práticas corporais mais seguras e que levam o ser humano a refletir sobre seus valores.

O desenvolvimento econômico, neste contexto é relevado a um segundo plano, sendo resultado das práticas sustentáveis que as pessoas começam a valorizar quando compreendem a importância do meio ambiente.

Para Tuan (1985, p. 149), o fato de um mero espaço se tornar um lugar intensamente humano é uma tarefa para um geógrafo humanista, para tanto, ele apela a interesses distintamente humanísticos, como a natureza da experiência, a qualidade da ligação emocional aos objetos físicos, as funções dos conceitos e símbolos na criação da identidade do lugar.

Desse modo, o lugar reveste-se de novos significados a partir do enfoque humanista, e o turismo, redimensionado a uma escala mais humanizada, reavalia os valores apregoados pela experiência das descobertas e do encontro com o outro.

5.2.3.3 Estrutura, segurança e lazer de qualidade

Segundo o Plano Diretor, as diretrizes gerais da Política de Promoção Humana se referem as ações no âmbito da saúde, educação, habitação, ação social, esportes e lazer, e cultura, universalizando o acesso e promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, ressalta-se o importante papel das políticas públicas, as quais devem oferecer aos cidadãos acesso a cada um dos campos citados.

Porém não basta o acesso, a qualidade também é fundamental. Assim sendo, as entrevistas realizadas apontaram, basicamente, quatro pontos que podem ser melhorados nos espaços pesquisados, sejam eles a segurança, a estrutura, as políticas de educação ambiental, e a melhoria no que se refere às informações.

A segurança é primordial quando se trata do turismo de aventura, uma vez que esta envolve riscos de acidentes que podem ser graves. Ações simples como sinalização das trilhas são as principais preocupações dos visitantes. Funcionários capacitados para fiscalizar o uso, dar instruções e prestar socorro caso seja necessário é outra forte preocupação dos visitantes. Ações como estas podem fazer com que os turistas se sintam seguros, e ao mesmo tempo com que a apropriação se torne efetiva, acidentes podem ser evitados.

A estrutura é outro aspecto que se mostra primordial em relação a uma apropriação efetiva, sendo a qualidade do lazer diretamente ligada a um espaço bem planejado. Segundo os visitantes entrevistados as necessidades encontram-se vinculadas a estruturas físicas para a recepção dos turistas, com estacionamento, banheiros e funcionários capacitados para trabalhar com os turistas, esclarecendo dúvidas e fornecendo informações. A limpeza e manutenção dos espaços também são consideradas importantes para o turista que busca harmonia com a natureza.

A ampliação do sistema público de transporte que leve aos espaços, o incentivo para a instalação de serviços de hospedagem nos lugares ou próximos a eles, e a ampliação das atividades oferecidas são considerados fatores que podem diversificar e melhorar a qualidade das experiências de lazer, bem como favorecer o acesso dos turistas. Outra questão relacionada a estrutura se refere a criação de legislação de uso, assim como a fiscalização para que esta seja cumprida.

Uma preocupação constante percebida nas entrevistas está relacionada à conservação da natureza, para que os espaços estejam sempre disponíveis e bem cuidados, assim proporcionando os sentimentos e sensações relatadas. Nesse sentido, políticas de educação ambiental se mostram fundamentais no processo de planejamento destes espaços, sendo uma das principais preocupações dos visitantes entrevistados.

Por fim, percebe-se a busca não somente pelas práticas corporais, mas também por conhecimento. O interesse, nesse sentido, não envolve apenas informações relacionadas a localização e divulgação, mas também conhecimentos

relacionados aos aspectos históricos, físicos e naturais. Este fato mostra que as pessoas procuram uma aproximação maior com o espaço, o que pode ser positivo visto que quando o ser humano cria um vínculo, passa a cuidar e conservar o espaço.

Conforme as necessidades apontadas pelos entrevistados para melhorar a qualidade do espaço, nota-se que não foram citados pontos como a melhoria ou pavimentação das estradas, construções de pontes sobre os rios, ou outras estruturas mais ligadas ao conforto, já que a dificuldade é um dos fatores que chamam a atenção dos que praticam o turismo de aventura. Dessa forma, a intenção das políticas não deve ser facilitar a presença do ser humano, mas atentar para que este supere as dificuldades com segurança, tendo as informações necessárias, e de forma que o meio ambiente não seja prejudicado.

Nesse sentido, a importância de planejar os espaços para o turismo de aventura encontra-se relacionada à preservação do meio ambiente e a sustentabilidade dos recursos. Quando o planejamento leva em consideração as práticas corporais, os espaços passam a ser preparados para que estas sejam realizadas de forma a proporcionar uma relação mais intensa entre o ser humano e o ambiente, passando a valorizar, respeitar e compreender a importância do lugar, além de ter a possibilidade de repensar os valores de uma sociedade que aparenta despreocupada com a verdadeira sustentabilidade.

Tuan (1983, p. 6) esclarece que a ideia de lugar está submetida ao que é conhecido e transmite segurança, o que se difere do espaço, pois é ligado a um conceito mais abstrato, isto é, o que começa como espaço indeterminado transforma-se em lugar à medida que se conhece melhor e que agregamos valor. Assim sendo, a perspectiva de Tuan vai além dos mecanismos biológicos dos sentidos, uma vez que envolve a cultura dos diferentes grupos humanos, influenciando na sua percepção, valores e atitudes em relação ao ambiente.

Andrade (2001) aponta que:

Lazer traduz liberdade, individualidade, inteligência, sensações de leveza e de habilidades sociais, e longas séries de emoções, geralmente decorrentes da integração interpessoal dos indivíduos e, às vezes, também de segmentos sociais variados. O lazer, pela própria natureza que garante a univocidade de seu significado real, pode ser maior ou menor, tanto em suas dimensões como em seus efeitos, desde que, de fato, os indivíduos optem livremente por recreações convenientes. (ANDRADE, 2001, p. 52).

E é justamente isso que se viu nos espaços visitados em Morretes, os turistas voltam porque alcançaram um grau de satisfação esperado. No entanto, os mesmos estavam preocupados com a situação em que se encontram os espaços, muitos estão à revelia, em que não há a menor infraestrutura para que as pessoas se sintam seguras e acolhidas.

Já para Dias (2008) ao levar em conta o uso do espaço, o planejamento se compõe numa técnica indispensável às administrações públicas municipais que acreditam no desenvolvimento do turismo. Portanto, o planejamento é imprescindível porque um território é um componente básico do desenvolvimento turístico, visto que abriga os recursos ambientais e culturais dos destinos turísticos, além de ser o espaço físico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir sobre o turismo de aventura em Morretes, buscou-se focar as políticas públicas municipais de planejamento, a partir de uma perspectiva geográfica, abordando a importância das práticas corporais na natureza e da relação entre ser humano e espaço.

Através da descrição do município de Morretes foi possível comprovar seu potencial para o desenvolvimento do turismo de aventura, uma vez que conta com espaços que possibilitam práticas corporais na natureza, destacando-se a presença da Mata Atlântica, as formações montanhosas e a hidrografia, além de contar com unidades de conservação. A proximidade com a capital do Estado, Curitiba, também é um fator favorável para o turismo, que é um dos principais geradores de renda do município. No entanto, as suas características mostram ainda a necessidade de mais investimentos nessa área, para que os turistas sejam recebidos adequadamente.

Os principais documentos, no âmbito municipal, que apontam diretrizes no sentido de orientar o desenvolvimento do turismo são o Plano Diretor Municipal e o Plano de Desenvolvimento Turístico. O que se pode perceber nestes documentos é que a questão do turismo está atrelada a uma visão economicista, que não se preocupa com as atividades desenvolvidas neste tempo de lazer, mas sim com os ganhos financeiros que este vai gerar. Além disso, apesar do potencial do Município, não há diretrizes específicas sobre o segmento do turismo de aventura.

Pode-se dizer que as práticas corporais na natureza em si, não são valorizadas nas principais políticas que orientam o desenvolvimento do município, uma vez que os espaços para tais práticas não são contemplados e, portanto, não são preparados para oferecer ao turista algumas experiências corporais que o levem a satisfação ao desenvolvimento pessoal.

Não é possível precisar o que leva as políticas públicas a assumir essa perspectiva, mas acredita-se que pela falta de conhecimento em relação à importância das práticas corporais, a visão pautada em um sistema social que prioriza questões relacionadas a interesses políticos podem ser os principais fatores que contribuem com a ausência de uma visão que trate com mais seriedade as necessidades humanas, entre as quais está incluída o lazer.

Através das entrevistas, foi observada a importância dos espaços para as práticas corporais na natureza e conseqüentemente do turismo de aventura. Quando apropriados pelos visitantes tornam-se um lugar de experiências ricas e prazerosas, onde o ser humano interage com o ambiente natural aprendendo a admirá-lo e respeitá-lo. Interage também com outros seres humanos, os quais também fazem parte da natureza. O espaço exige que as pessoas ajudem umas as outras para que obstáculos sejam superados, e com isso se aprende a importância de ajudar uns aos outros.

Além disso, neste espaço, encontra-se um lugar diferenciado do cotidiano que geralmente é agitado e cheio de problemas. Um espaço onde não há propagandas por todos os lados apontando o que as pessoas têm de vestir, comer, ou fazer. Um lugar onde o conforto é trocado pela superação dos obstáculos. E apesar de todo o esforço físico necessário nas práticas corporais realizadas durante o turismo de aventura, os espaços em que são realizadas proporcionam sensações de relaxamento, calma e bem estar, fazendo com que o visitante volte ao seu cotidiano mais disposto e tranquilo, e compreendendo a importância de preservar o que lhe faz bem. Nesse sentido ressalta-se a importância que o espaço geográfico pode assumir em relação às práticas sustentáveis. No entanto, é preciso planejá-lo para que possa atender as necessidades dos visitantes e potencializar as práticas corporais nele desenvolvidas. Se tratando de espaços públicos, deve ser cuidado por todos, principalmente pelo setor público que é o responsável por administrar tais espaços.

Percebe-se, então, que a importância de planejar estes espaços não está só diretamente ligada ao desenvolvimento econômico do município, mas a qualidade do lazer do turista envolve seus valores sociais e ambientais, na busca por um mundo em que as pessoas respeitem uns aos outros bem como o espaço em que vivem. Em uma sociedade que vem se tornando cada vez mais violenta, corrupta e individualista, se torna fundamental planejar espaços que possam proporcionar a mudança de alguns valores.

Um planejamento adequado, portanto, não auxilia somente o desenvolvimento econômico do município, o qual passa a receber mais turistas e ter o retorno daqueles que se satisfazem com a qualidade que espaços oferecem. O planejamento influencia também no desenvolvimento de toda uma sociedade,

através da consciência que esta pode adquirir através de experiências corporais prazerosas.

O planejamento do espaço voltado ao turismo de aventura envolve diretamente a segurança, fator fundamental neste tipo de atividade em que o risco de machucados, lesões, e até mesmo morte, são inerentes. E ao fazê-lo adequadamente podem-se prevenir diversos acidentes que em alguns casos podem ser fatais. Ressalta-se que na pesquisa realizada a segurança é a principal preocupação dos turistas entrevistados nos quatro espaços visitados, o que reafirma a relevância de um planejamento nesse sentido.

Percebe-se, portanto, a pouca importância que vem sendo dispensada às práticas corporais de aventura e aos espaços que são disponibilizados para estas, o que acarreta na dificuldade de oportunizar experiências e vivências corporais na natureza. As entrevistas, nesse sentido, possibilitaram identificar ações que podem auxiliar no desenvolvimento do turismo de aventura neste município, as quais envolvem um planejamento focado principalmente em segurança, políticas de educação ambiental, melhoria no que se refere às informações, e em estrutura.

Quanto à segurança, além dos riscos e dos planejamentos que visariam diminuir os, percebe-se a importância de ações como sinalização das trilhas e funcionários capacitados para dar instruções, já que em caso de emergência eles poderiam prestar socorro e fazer com que os turistas se sintam seguros, além da contribuição em evitar acidentes.

As políticas de educação ambiental se mostram fundamentais na preservação do meio ambiente. A partir do momento em que se tem a oportunidade de vivenciar experiências juntamente com a natureza, abre-se espaço para alcançar a sensibilidade do ser humano, fazendo com que este entenda que não é apenas um consumidor do meio ambiente, mas que faz parte dele. Ademais, o lazer pode ser visto como um tempo e espaço rico em possibilidades relacionadas à educação socioambiental no que diz respeito às relações sociais, à renovação de sentimentos, valores e comportamentos, na elaboração de princípios éticos e políticos.

As melhorias relacionadas a informações referem-se a diferentes aspectos, como localização, história, biodiversidade, divulgação, entre outros. A intenção não é somente atrair turistas, mas fazer com que estes compreendam a importância do espaço em questão, e conheçam mais sobre ele. Acredita-se que uma apropriação

efetiva passe pelo conhecimento sobre o lugar, tornando o ser humano mais próximo a ele.

Em relação à estrutura, as melhorias que podem auxiliar o desenvolvimento do turismo de aventura envolvem: estacionamento, banheiros, estruturas físicas para a recepção dos turistas, contratação de funcionários, limpeza e manutenção dos espaços, criação de legislação de uso bem como fiscalização, ampliação do sistema público de transporte que leve aos espaços, incentivo a instalação de serviços de hospedagem nos lugares ou próximos a eles, ampliação das atividades oferecidas. A partir dos resultados do estudo desenvolvido, sugere-se a realização de pesquisas específicas em relação à viabilidade das necessidades apontadas pelos próprios turistas.

Ressalta-se ainda, que para cada espaço em que ocorre o turismo de aventura é necessário um estudo específico de impactos ambientais, o que pode viabilizar o desenvolvimento de uma maior variedade das práticas corporais de aventura na natureza, com melhor qualidade, e com menos chances de agredir o meio ambiente.

Um planejamento participativo para esses espaços, portanto, deve ouvir não somente a comunidade local, mas também aqueles que mais o utilizam, os turistas. Sendo o Plano Diretor Municipal e o Plano de Desenvolvimento Turístico documentos que devem ser revistos periodicamente, sugere-se que durante a revisão destes se realizem pesquisas direcionadas aos turistas, e que as diretrizes propostas nestes levem em consideração a importância das práticas corporais como uma forma de desenvolver não só o Município, mas a sociedade como um todo.

O planejamento e gestão do turismo são essenciais para garantir práticas sustentáveis. Essas ferramentas colaboram para que a atividade turística se desenvolva sem provocar malefícios a suas próprias fontes de existência.

É preciso atentar para que o turismo não se apresente como uma forma específica de produção e consumo que envolve a lógica capitalista, semelhante às demais atividades econômicas que, produzem mercadorias. Mas que seja, além disso, uma forma de despertar a consciência do ser humano para um mundo mais justo e menos desigual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A.; GUERRERO, A. L.; FIORI, S. R. **Geografia e cartografia para o turismo**. São Paulo: IPSIS, 2007.

AMARAL, M. **A influência das organizações transnacionais em Sistemas Nacional de Educação**. Sistemas de Frankfurt: Peter Lang, 2006.

ANDRADE, J. V. **Lazer** - princípios, tipos e formas na vida e no trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8.ed. São Paulo: Ática, 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Morretes**. Morretes, 2010.

BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T. M. V. O turismo de aventura na região amazônica: desafios e potencialidades. In: UVINHA, R. R. (Org.). **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005.

BASTARZ, C. **Análise da preferência da paisagem do Município de Morretes, Paraná como subsídio ao planejamento do turismo**. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico. **Revista Ra' e Ga** - O Espaço Geográfico em Análise. Curitiba, Editora UFPR, n. 8, p. 141-152, 2004.

BETRÁN, J. O. Rumo a um novo conceito de ócio ativo e turismo na Espanha: as atividades físicas de aventura na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Manole, 2003, p.157-202.

BILHIM, J. **A Governação nas Autarquias Locais**. Porto Alegre: Sociedade Portuguesa de Inovação, S.A, 2004.

BLESSMANN, E. A sociabilidade e a ludicidade nos jogos esportivos adaptados para idosos. In: STIGGER, M. P.; GONZÁLEZ, F. J. SILVEIRA, R da (Orgs.). **O esporte**

na cidade: estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos. Porto Alegre: UFRGS, 2007. pp. 147-159.

BORGES, M. d. R.; LIMA, S. O Turismo de Montanha: Abordagem Conceptual e Enquadramento do Produto. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n 6, 157-165, 2006.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 jul. 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**. Relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

_____. **Turismo no Brasil**. Termo de referência para a atuação do Sistema SEBRAE. Brasília, 2010a.

_____. **Turismo de Aventura**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

_____. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Embratur/Ibama, 1994.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

BRUHNS, H. T. De Grazia e o lazer como inserção de obrigações. In: _____ (org). **Lazer e ciências sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

_____. Ecoturismo e caminhada: na trilha das idéias. **Revista Unibero de Turismo e Hotelaria**, São Paulo, v. , n. Maio, 2004.

CALVENTE, M. C. M. H. Ilhabela – Turismo e Território. **Geografia**: Revista do Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina. V. 8, n. 1. jan./jun. 1999.

CARTA DO TURISMO SUSTENTÁVEL. **Conferência Mundial de Turismo Sustentável**, reunidos em Lanzarote, Ilhas Canárias, Espanha, de 27 a 28 de Abril de 1995.

CARVALHO, Y. M. Práticas Corporais e Comunidade: um projeto de educação física no Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa. In: FRAGA, A. B; WACHS, F. **Educação Física e Saúde Coletiva**: Políticas de Formação Perspectivas de Intervenção, UFRGS Editora, 2007.

CAVALCANTE, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus. 1998.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização, econômica. In: _____ (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4 edição. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – COMISSÃO DE BRUNDTLAND. **Nosso futuro comum**. 1987. Tradução de Our common future. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, M. A. F.; RIBEIRO, W. O.; TAVARES, M. G. C. O turismo enquanto espaço de análise geográfica: três perspectivas de abordagem. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/124/94>>. Acesso em 15/11/2013.

CUNICO, C. **Zoneamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Marumbi – PR**: Perspectivas para Análise e Avaliação das Condições Socioambientais. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

DE DECCA, E.S.. E. P. Thompson: Tempo e Lazer nas Sociedades Modernas. In: BRUHNS. Heloisa Tutini (org.). **Lazer e ciências sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

DE GRAZIA, S.. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.

DE LA TORRE, O. **El Turismo, Fenómeno Social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

DUMAZEDEIR, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FERNANDES, R. C. **Esportes Radicais**: referências para um estudo acadêmico. Conexões: Educação, Esporte e Lazer. UNICAMP, 1998.

FIGUEIREDO, L. G. B. CAMPOS, J. G. C. **Turismo e Esportes de Aventura**: livro didático. 3ª Ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

FONTOURA, L. M.; SILVEIRA, M. A. T. **Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial**: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR. Trabalho apresentado ao GT- 12 Turismo e Recursos Naturais do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1986.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**. Ano IV, n. 9, 2001.

_____. **Democracia e sustentabilidade das cidades na era digital**. In: I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Sociedade & Ambiente (ANPPAS), Campinas. I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Sociedade & Ambiente (ANPPAS). Campinas: ANPPAS, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, P. C. Da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONZÁLEZ, F. J. Sociabilidades e práticas corporais: leitura de uma relação. In: STIGGER, M. P.; GONZÁLEZ, F. J.; SILVEIRA, R. da (orgs.). **O esporte na cidade**:

estudos etnográficos sobre sociabilidades esportivas em espaços urbanos. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 13-30.

GOOGLE MAPS. **Morretes**. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&client=safari&rls=en&q=como+referenciar+google+maps+em+cient%C3%ADfico&bav=on.2,or.r_qf.&bvm=bv.44442042,d.dmg&biw=1868&bih=948&um=1&ie=UTF-8&sa=N&tab=wl>. Acesso em: 01/04/2013.

HALL, M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HOLZER, W. O conceito de lugar na geografia cultural-humanística: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia**. Ano V, n 10, 2003.

IGNÁCIO, C. F. Guia para **Elaboración del Estudios del Medio Físico: contenido y metodología**. 2a ed. Serie Manuales, 3. Madrid: CEOTMA, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual Técnico de Vegetação Brasileira**. Série: Manuais Técnicos em Geociências n. 01. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=411620>>. Acesso em: 13/04/2013.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do Município de Morretes**. Julho/2013. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=83350&btOk=ok>>. Acesso em: 13/07/2013.

JACOBI, R.P.. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. V. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, S.; PARTIDÁRIO, M. d. R. **Novos Turistas e a Procura da Sustentabilidade** – um novo segmento de mercado turístico. Lisboa: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003.

MARCASSA, L. Lúdico. In: GONZÁLEZ, F.J.; FENSTERSEIFER, P.E. (orgs.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

MARINHO, A. Lazer, natureza e aventura: compartilhando emoções e compromissos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas (SP): Autores Associados, v.22, n.2, jan., p.143-153, 2001.

MARINHO, A.; SCHWARTZ, G. M. Atividade de Aventura como conteúdo da Educação Física: reflexões sobre seu valor educativo. **Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 10, n. 88, Set/2005.

MARUJO, M.N.; CARVALHO, P. Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, outubro de 2010.

MASCARENHAS, Fernando; MARCASSA, Luciana. Lazer. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (orgs.). **Dicionário Crítico de Educação Física**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Tópos**. V. 4, n 2, 2010, p. 9-32.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES**. Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br/>>. Acesso em: 30 dez. 2012.

MOLINA, S. E.; RODRÍGUEZ, S. A. **Planejamento Integral do Turismo – Um Enfoque para a América Latina**. Bauru: EDUSC, 2001.

MORAES, A. C. R. **Ratzel**: Geografia. São Paulo: Ática, 1990.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

PETROCCHI, M. C. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES. **Lei Complementar 5/2011**. Institui o Plano Diretor Municipal de Morretes/PR. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-de-morretes/1114445/lei-complementar-5-2011-morretes-pr.html>>. Acesso em: 15/11/2013.

_____. **Turismo**. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.gov.br/index.php/turismo>>. Acesso em: 15/10/2013.

_____. **A cidade**. Disponível em: <<http://www.morretes.pr.gov.br/index.php/municipio>>. Acesso em: 20/12/2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, D. A.; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. 2ª edição. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

RODRIGUES, A. A. B. Geografia e turismo – notas introdutórias. **Revista do departamento de geografia da USP**. São Paulo, n. 6, 1992.

RUSCHMANN, D. V. de M.; WIDMER, G. M. Planejamento Turístico. In: ANSARAH, M. G. dos R. (org.). **Turismo – como aprender, como ensinar**. São Paulo/SP: Senac, 2000.

SALAMUNI, R.; ROCHA, A. L. **Geologia da região do Rio Cachoeira. Antonina/PR**. Curitiba, 2002. Relatório Inédito.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - SEED-PR. **Consulta de Escolas**. Disponível em:
<<http://www4.pr.gov.br/escolas/frmPesquisaEscolas.jsp>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO – SETU. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Disponível em:
<<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=270>>. Acesso em 20 set. 2013a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PEDITS) – Polo Turístico do Litoral Paranaense 2008-2011**. Disponível em:
<<http://www.turismo.pr.gov.br/>>. Acesso em 20 set. 2013b.

_____. **Atrativos do Paraná 2008-2012**. Disponível em:
<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/AtrativosPR2008_2012.pdf>. Acesso em 20 set. 2013c.

_____. **Estudo da Demanda Turística Litoral-PR 2000-2006**. Região Turística: litoral do Paraná em dados. Disponível em:
<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/Litoral_2000_2006.pdf>. Acesso em 20 set. 2013d.

_____. **Guia Turístico do Litoral 2013**. Disponível em:
<http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Guia_do_Litoral_2013.pdf>. Acesso em 20 dez. 2013e.

SILVA, A. M.; MEDEIROS, F. E. de; LAZZAROTTI FILHO, A; SILVA, A. P. S. da; ANTUNES, P. C.; LEITE, J. O. Corpo e experiência: para pensar as práticas corporais. In: FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. C. (orgs). **Práticas corporais no contexto contemporâneo: (in)tensas experiências**. Florianópolis: Copiart, 2009.

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 87-98.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Space and place**: humanistic perspective. In: GALE, Stephen e OLSSON, G. (orgs.). *Philosophy in geography*. Dordrecht/Boston/London: D. Reiel Publishing Co., 1979. p. 387-428.

_____. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

UVINHA, Ricardo R. **Turismo de aventura**: uma análise do desenvolvimento desse segmento na Vila de Paranapiacaba. Tese (Doutorado em Turismo e Lazer) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VIEIRA, J. **Planeamento e ordenamento territorial do turismo**: uma perspectiva estratégica. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2007.

VILLAVERDE, S. Refletindo sobre lazer/turismo na natureza, ética e relações de amizade. In: BRUHNS, Heloisa T.; Marinho Alcyane (orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza**. Barueri, SP: Manole, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO	148
APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	149

APÊNDICE 1 - PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO

Espaço: _____ data: ___/___/___ hora: ___:___

Equipamentos	Condições
<i>Descrição da infraestrutura disponível</i>	<i>Manutenção da infraestrutura</i>

Como chegar: *Descrição de como chegar ao local*

Informações: *Presença de placas informativas e indicativas, tanto no trajeto (como chegar) quanto no local (distâncias, nível de dificuldade, história, curiosidades, etc.)*

Horário: *Horário de funcionamento*

Acessibilidade: *Facilidade de locomoção, acesso a PNE, dificuldades em geral*

Custo: *Valor cobrado para a utilização do espaço ou equipamento*

Segurança: *Medidas em geral que auxiliem na segurança dos visitantes: precauções contra atitudes violentas de terceiros, condições de uso, presença de equipamentos de segurança, informações sobre segurança, restrições, etc.*

Profissionais: *Presença de profissionais capacitados para auxiliar na visitaçao do espaço*

Relação ser humano / Lugar: *Descrição da maneira como o ser humano interage com o lugar*

Atividades: *Atividades desenvolvidas pelos usuários*

Observações:

APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Espaço: _____ data: ___/___/___ hora: ___:___

Nome: _____ Idade: _____ Gênero: () Feminino () Masculino

Cidade de origem: _____

Atividade Principal: _____

Escolaridade: _____

1. Quantas vezes já veio a este lugar? _____

2. Qual o motivo pelo qual veio a este lugar? _____

3. Como ficou sabendo deste lugar? _____

4. Quais as atividades que você realizou neste lugar? _____

5. Quais atividades acredita que poderiam ser realizadas neste lugar? _____

6. Qual (is) o(s) motivo (s) que o fez procurar este tipo de atividade de lazer?

7. Qual a importância deste tipo de lugar para a prática do lazer? _____

8. Qual a importância de um planejamento adequado por parte do poder público, para este tipo de lugar? _____

9. Quais as sensações e sentimentos esse lugar desperta em você? _

10. Grau de satisfação sobre o local visitado () Ruim () Bom () Ótimo

11. Qualidade das informações a respeito do local () Ruim () Bom () Ótimo

12. Acessibilidade ao local () Ruim () Bom () Ótimo

13. Valores cobrados () Ruim () Bom () Ótimo

14. Segurança oferecida durante o passeio () Ruim () Bom () Ótimo

15. Limpeza e manutenção () Ruim () Bom () Ótimo

16. Infraestrutura oferecida () Ruim () Bom () Ótimo

17. Conservação e preservação do ambiente () Ruim () Bom () Ótimo

18. Valorização dos patrimônios naturais () Ruim () Bom () Ótimo

19. Pretende retornar () Sim () Não () Talvez

20. Acredita que é função do poder público planejar e manter este espaço () Sim () Não () Talvez

21. O que acha que pode ser feito por parte do poder público para melhorar a estrutura deste lugar?

22. Alguma consideração que ache importante sobre este lugar? _____

Observações: _____
